

Ministério da Saúde
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
Coordenação-Geral de Planejamento

2º Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas

Maio a Agosto
2015

Setembro de 2015

Índice

Introdução.....	5
1. Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira	6
1.1. Execução Orçamentária da Despesa – 2º Quadrimestre de 2015 - Grandes Grupos	7
1.2. Execução da Despesa por Fonte de Recurso – 2º Quadrimestre de 2015	12
1.3. Execução Orçamentária da Despesa dos Hospitais Próprios – 2º Quadrimestre de 2015 ..	13
1.4. Execução Orçamentária da Despesa do Grupo Hospitalar Conceição – 2º Quadrimestre de 2015.....	15
1.5. Saldo Financeiro nas Contas Bancárias do Fundo Nacional de Saúde	16
1.6. Execução de Restos a Pagar (a serem pagos em 2015).....	19
1.7. Acompanhamento Mensal da Receita Própria no 2º Quadrimestre de 2015	20
2. Desembolso Financeiro	23
2.1. Transferência Fundo a Fundo (Por Bloco).....	23
2.2. Transferência a Estados e Municípios – Quadro Geral por Modalidade de Aplicação 30/31/40/41.....	27
2.3. Transferência a Estados – Empenhado por Modalidade de Aplicação 30/31/40/41.....	28
2.4. Transferência a Estados – Liquidados por Modalidade de Aplicação 30/31/40/41	29
3. Oferta e Produção de Serviços – Rede Própria e GHC	30
4. Indicadores (Resultado Cumulativo).....	32
5. Resultados Qualitativos das Diretrizes da PAS – 2º Quadrimestre/2015	35
Diretriz 1 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.....	35
Diretriz 2 - Aprimorar a rede de urgência e emergência, com expansão e adequação de UPAs, SAMU, PS e centrais de regulação, articulando-a com outras redes de atenção.....	41
Diretriz 3 - Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a Rede Cegonha, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade.	44
Diretriz 4 - Fortalecer a rede de saúde mental, com ênfase no enfrentamento da dependência de Crack e outras drogas.	48
Diretriz 5 - Garantir a atenção integral à saúde da pessoa idosa e dos portadores de doenças crônicas, estimulando o envelhecimento ativo e saudável e fortalecendo as ações de promoção e prevenção.....	50
Diretriz 6 - Implementar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, articulado com o SUS, baseado no cuidado integral, observando as práticas de saúde e as medicinas tradicionais, com controle social, garantindo o respeito às especificidades culturais.	54
Diretriz 7 - Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.	57
Diretriz 8 - Garantir assistência farmacêutica no âmbito do SUS.....	66

Diretriz 9 - Aprimorar a regulação e a fiscalização da saúde suplementar, articulando a relação público - privado, gerando maior racionalidade e qualidade no setor saúde.....	69
Diretriz 10 - Fortalecer o complexo industrial e de ciência, tecnologia e inovação em saúde como vetor estruturante da agenda nacional de desenvolvimento econômico, social e sustentável, reduzindo a vulnerabilidade do acesso à saúde e da assistência farmacêutica no âmbito do SUS	71
Diretriz 11 - Contribuir para a adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações do trabalho dos profissionais e trabalhadores de saúde.	74
Diretriz 12 - Implementar novo modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável.	78
Diretriz 13 - Qualificar instrumentos de execução direta, gerando ganhos de produtividade e eficiência para o SUS.	83
Diretriz 14 - Promover internacionalmente os interesses brasileiros no campo da saúde, bem como compartilhar as experiências e saberes do SUS com outros países, em conformidade com as diretrizes da Política Externa Brasileira.....	86
Diretriz 15 - Implementar ações de saneamento básico e saúde ambiental, de forma sustentável, para a promoção da saúde e redução das desigualdades sociais.	89
Diretriz 16 - Contribuir para erradicar a extrema pobreza no país.....	90
ANEXO I.....	92

Introdução

Com a finalidade de atender ao disposto na Lei Complementar 141, de 13 de janeiro de 2012, o Ministério da Saúde (MS) apresenta o Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas (RQPC), referente ao quadrimestre de maio a agosto de 2015, com resultados acumulados de janeiro a agosto de 2015. Este relatório contém o desempenho do MS detalhado de acordo com o Art. 36 da referida Lei Complementar e foi formatado em adequação ao nível de informação pactuado com a Comissão de Orçamento e Finanças (Cofin/CNS).

Os resultados alcançados, com informações originadas dos sistemas oficiais de informações em saúde, com preenchimento de responsabilidade dos entes federados responsáveis pelas ações de saúde, referem-se à execução descentralizada das ações de saúde e refletem a participação dos demais entes federativos na operacionalização da política do setor. As linhas de atuação propostas pela coordenação nacional do SUS, sob responsabilidade do MS, e a sua adequação às diferentes realidades inter e intra regionais, manifestadas no âmbito local, são indicativos importantes a serem considerados na análise dos resultados obtidos. É válido destacar que a eficácia dos processos decisórios inerentes à gestão do SUS revela-se na prestação de contas dos resultados obtidos e contribuem para a atuação do controle social e das instâncias Intergestores Bipartite e Tripartite.

O desempenho obtido deve ser debatido de modo a permitir a avaliação da participação federal na implementação da política de saúde e na obtenção dos resultados alcançados, a partir da utilização de um modelo de gestão descentralizado e democrático, referido aos 16 objetivos estratégicos que norteiam a gestão federal; às diretrizes e metas do Plano Nacional de Saúde 2012/2015; aos objetivos, metas e iniciativas do Plano Plurianual 2012/2015 e, por fim, às ações da Lei Orçamentária Anual de 2015. Essa determinação normativa tem por objetivo contribuir para o aperfeiçoamento e transparência da gestão, potencializar o monitoramento e a avaliação do gasto em saúde, além de instrumentalizar a atuação do controle social.

A sistematização das informações disponibilizadas explicita o desempenho das principais linhas de atuação constantes em outros instrumentos de gestão, a exemplo do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão e do Sistema de Monitoramento do Planejamento Estratégico do MS (Ecar/MS) e guarda coerência com outros documentos semelhantes dirigidos ao Congresso Nacional e aos Órgãos de controle da administração pública.

Este relatório divide-se em cinco seções, além desta introdução. Na primeira é apresentado um demonstrativo da execução orçamentária e financeira dos recursos federais em geral, com destaque para as unidades hospitalares próprias e com participação da União. A segunda demonstra a execução financeira por meio das transferências fundo a fundo a estados e municípios, segundo os grandes blocos de financiamento e modalidade de aplicação. A terceira retrata a quantificação da produção de bens, insumos e serviços de saúde, com destaque para a rede própria de hospitais e com participação da União. A quarta contém uma síntese do desempenho setorial por meio dos resultados apresentados por indicadores estrategicamente selecionados, complementada por comentários sobre a situação verificada por cada indicador. A quinta seção permite a formulação de uma análise situacional dos objetivos estratégicos por meio da comparação os resultados atingidos até o segundo quadrimestre de 2015, relacionando-os com a meta anual proposta na Programação Anual de Saúde 2015 e em outras programações da pasta. No anexo consta os resultados das atividades de controle encerradas até agosto de 2015 pelo Departamento de Auditoria do SUS.

1. Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira

O orçamento do Ministério da Saúde foi definido pela Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015.

POSIÇÃO: AGOSTO FECHADO (Atualizado até 09.09.2015)

Em R\$ 1,00

ITEM	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DISPONIBIL. P/ EMPENHO DEC 7.995/13	EMPENHADO	PAGO	SALDO A PAGAR	% DISPON.	SALDO DISPON.	% SALDO
	(A)	(B)	(C)	(D)	E = (C - D)	F = (C / B)	G = (B - C)	H = (G / B)
PESSOAL ATIVO - ASPS	9.963,8	9.963,8	8.938,3	6.047,5	2.890,8	89,7	1.025,6	10,3
PESSOAL ATIVO - ANS - NÃO ASPS	141,3	141,3	132,2	92,5	39,7	93,6	9,1	6,4
INATIVO	7.681,4	7.681,4	7.474,9	5.174,6	2.300,3	97,3	206,5	2,7
DÍVIDA	52,1	52,1	15,9	15,9	0,0	30,5	36,2	69,5
ANS - UO 74202	13,2	13,2	6,8	3,2	3,5	51,4	6,4	48,6
OCC - ASPS	101.029,1	88.237,4	69.702,7	54.304,3	15.398,4	79,0	18.534,7	21,0
Programação Própria	92.203,3	86.756,0	69.702,3	54.303,9	15.398,4	80,3	17.053,6	19,7
Emendas	8.799,5	1.455,2	0,0	0,0	0,0	-	1.455,2	100,0
Sentenças Judiciais	26,3	26,3	0,4	0,4	0,0	1,5	25,9	98,5
OCC - NÃO ASPS	2.226,1	1.232,4	1.102,6	809,4	293,2	89,5	129,8	10,5
Programação Própria	1.859,1	1.227,5	1.098,4	806,4	292,0	89,5	129,1	10,5
Emendas	362,1	0,0	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Sentenças Judiciais	4,9	4,9	4,2	3,0	1,2	86,0	0,7	14,0
TOTAL ASPS	110.993,0	98.201,3	78.641,0	60.351,7	18.289,2	80,1%	19.560,3	19,9%
TOTAL MIN. SAÚDE	121.106,9	107.321,6	87.373,3	66.447,4	20.925,9	81,4%	19.948,3	18,6%

Fonte: Siafi; CAA/CGOF/SPO/SE/MS

1.1. Execução Orçamentária da Despesa – 2º Quadrimestre de 2015 - Grandes Grupos

CONSOLIDADO – MINISTÉRIO DA SAÚDE

POSIÇÃO: AGOSTO FECHADO (Atualizado até 09.09.2015)

Em R\$ 1,00

DENOMINAÇÃO	EXECUTADO 2014	ORÇAMENTO 2015 - LEI Nº 13.115 DE 20 DE ABRIL DE 2015							%	%	%	
		PLQA 2015	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	SALDO ORÇAMENTÁRIO E = (A - B)	EMP	LIQ	SALDO	
1	ITENS GLOBAIS	17.034.154.739	17.701.413.274	17.701.413.274	17.838.600.925	16.561.179.943	11.331.396.359	11.330.450.526	1.277.420.982	92,84	63,52	7,16
2	PESSOAL ATIVO	9.432.480.720	10.097.911.735	10.097.911.735	10.105.111.735	9.070.426.719	6.140.928.147	6.139.982.314	1.034.685.016	89,76	60,77	10,24
3	PESSOAL INATIVO E PENSIONISTA	7.586.680.078	7.551.365.539	7.551.365.539	7.681.353.190	7.474.863.099	5.174.578.087	5.174.578.087	206.490.091	97,31	67,37	2,69
4	DÍVIDA (AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS)	14.993.942	52.136.000	52.136.000	52.136.000	15.890.125	15.890.125	15.890.125	36.245.875	30,48	30,48	69,52
5	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - FNS	81.338.946.468	88.489.158.779	99.796.635.654	99.765.769.783	69.250.319.818	55.383.085.042	54.053.509.240	30.515.449.965	69,41	55,51	30,59
6	COMBATE ÀS CARÊNCIAS NUTRICIONAIS	10.449.871	32.000.000	32.000.000	32.000.000	1.440.030	762.885	0	30.559.970	4,50	2,38	95,50
8	MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA	316.892.791	390.000.000	385.365.460	385.365.460	234.452.362	173.662.472	173.422.086	150.913.098	60,84	45,06	39,16
9	MANUTENÇÃO DE UNIDADES OPERACIONAIS	45.345.053	63.000.000	62.200.000	62.200.000	56.090.869	30.229.311	30.227.878	6.109.131	90,18	48,60	9,82
10	HOSPITAIS PRÓPRIOS	922.825.908	1.014.500.000	1.014.380.000	1.014.380.000	639.448.295	443.570.119	396.598.932	374.931.705	63,04	43,73	36,96
11	INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER - INCa	310.722.187	377.500.000	376.350.000	376.350.000	266.143.397	187.862.352	157.275.660	110.206.603	70,72	49,92	29,28
12	PIONEIRAS SOCIAIS	750.000.000	890.000.000	890.000.000	890.000.000	890.000.000	593.333.333	593.333.333	0	100,00	66,67	0,00
13	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA	181.379.779	210.000.000	210.000.000	210.000.000	50.500.000	40.086.924	38.706.131	159.500.000	24,05	19,09	75,95
14	SERV. DE PROCESSAMENTO DADOS - DATASUS	382.998.571	517.000.000	497.823.000	497.823.000	261.742.631	168.649.756	156.864.244	236.080.369	52,58	33,88	47,42
15	PROGRAMA SANGUE E HEMODERIVADOS	522.190.983	878.000.000	969.200.000	969.200.000	490.400.072	387.485.605	387.482.617	478.799.928	50,60	39,98	49,40
16	INCENTIVO FINANCEIRO - VIGILÂNCIA EM SAÚDE	1.689.093.378	2.072.000.000	2.072.000.000	1.872.000.000	950.170.150	945.340.032	828.684.976	921.829.850	50,76	50,50	49,24
18	VACINAS E VACINAÇÃO	1.256.719.000	2.870.000.000	2.870.000.000	3.150.000.000	2.889.696.195	1.435.659.772	1.220.441.362	260.303.805	91,74	45,58	8,26
19	OUTROS PROGRAMAS	1.732.007.828	2.169.752.305	2.029.821.105	2.029.521.105	901.995.914	730.382.351	427.969.668	1.127.525.191	44,44	35,99	55,56
20	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO SUS	1.199.266.906	1.567.270.000	1.566.360.000	1.566.360.000	973.270.694	638.697.326	638.668.181	593.089.306	62,14	40,78	37,86

DENOMINAÇÃO	EXECUTADO 2014	ORÇAMENTO 2015 - LEI Nº 13.115 DE 20 DE ABRIL DE 2015							%	%	%	
		PLOA 2015	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	SALDO ORÇAMENTÁRIO E = (A - B)	EMP	LIQ	SALDO	
21	FOMENTO A PESQUISA EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA	76.274.910	88.000.000	84.128.000	84.128.000	13.206.382	9.206.382	9.206.382	70.921.618	15,70	10,94	84,30
23	PROG. ESTRUTURAÇÃO SAÚDE FAMÍLIA - PROESF	78.576.738	105.000.000	105.000.000	105.000.000	18.327.800	17.790.598	17.790.598	86.672.200	17,46	16,94	82,54
24	REEST. DE HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS FEDERAIS - REHUF	443.244.607	465.000.000	452.000.000	452.000.000	94.045.221	61.406.890	35.810.672	357.954.779	20,81	13,59	79,19
25	PROGRAMA DE PREVENÇÃO DAS DST / AIDS	178.437.979	178.500.000	178.500.000	178.500.000	118.864.524	118.864.524	104.005.171	59.635.476	66,59	66,59	33,41
26	SAÚDE INDÍGENA	1.150.297.583	1.390.000.000	1.390.000.000	1.390.000.000	1.153.486.412	851.182.436	846.605.657	236.513.588	82,98	61,24	17,02
27	MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC (AIH/SIA/SUS)	39.153.771.247	40.802.652.512	43.817.796.512	43.442.321.717	34.191.700.945	28.604.216.078	28.389.150.421	9.250.620.772	78,71	65,84	21,29
28	MEDICAMENTOS EXCEPCIONAIS	4.890.818.830	4.950.000.000	4.950.000.000	5.525.474.795	5.167.366.724	3.397.296.501	3.116.271.787	358.108.071	93,52	61,48	6,48
29	PISO DE ATENÇÃO BÁSICA - PAB FIXO	5.061.914.265	5.384.000.000	5.384.000.000	5.294.000.000	4.851.554.771	3.286.738.853	3.277.576.119	442.445.229	91,64	62,08	8,36
30	PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - PACS/PSF	11.017.263.937	13.005.000.000	13.005.000.000	13.095.000.000	9.066.822.675	8.218.039.322	8.217.859.022	4.028.177.325	69,24	62,76	30,76
31	SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU	912.138.940	1.000.000.000	998.500.000	1.048.500.000	684.624.515	684.624.515	684.624.515	363.875.485	65,30	65,30	34,70
32	ATENÇÃO SAÚDE DA MULHER, CRIANÇA, ADOL. E JOVEM	46.026.380	121.700.000	115.177.580	115.177.580	5.154.289	3.378.244	2.898.037	110.023.291	4,48	2,93	95,52
33	VIGILÂNCIA SANITÁRIA - PAB	185.000.000	185.000.000	185.000.000	185.000.000	119.401.004	104.610.791	89.767.605	65.598.996	64,54	56,55	35,46
34	FARMÁCIA BÁSICA - PAB	1.292.642.014	1.520.000.000	1.520.000.000	1.460.000.000	862.786.803	611.858.079	611.858.079	597.213.197	59,09	41,91	40,91
35	ATENÇÃO À SAÚDE BUCAL	170.007.647	270.000.000	264.300.000	264.300.000	149.736.793	147.237.671	147.234.981	114.563.207	56,65	55,71	43,35
36	FARMÁCIAS POPULARES	2.187.263.645	2.779.700.000	2.779.700.000	2.439.700.000	2.028.007.059	2.021.689.959	2.016.757.432	411.692.941	83,13	82,87	16,87
37	AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	257.834.589	431.400.000	423.780.000	423.780.000	231.302.787	121.708.847	121.252.413	192.477.213	54,58	28,72	45,42
38	AQUISIÇÃO E DISTRIB. DE MEDICAMENTOS ESTRATÉGICOS	163.937.097	340.000.000	340.000.000	340.000.000	292.533.885	174.202.096	162.470.835	47.466.115	86,04	51,24	13,96
39	AQUIS. E DISTRIB. MEDICAMENTOS/DST/AIDS	863.694.200	980.000.000	980.000.000	980.000.000	800.133.350	649.375.659	640.266.497	179.866.650	81,65	66,26	18,35
41	REAPARELHAMENTO UNIDADES DO SUS / MS	452.496.537	747.500.000	616.560.000	686.560.000	162.611.670	98.256.087	86.759.257	523.948.330	23,68	14,31	76,32
42	AUXÍLIOS AO SERVIDOR	348.603.592	380.816.180	380.816.180	380.281.180	355.001.600	245.689.364	245.678.785	25.279.580	93,35	64,61	6,65

DENOMINAÇÃO	EXECUTADO 2014	ORÇAMENTO 2015 - LEI Nº 13.115 DE 20 DE ABRIL DE 2015							%	%	%	
		PLOA 2015	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	SALDO ORÇAMENTÁRIO E = (A - B)	EMP	LIQ	SALDO	
43	ASSISTÊNCIA MÉDICA A SERVIDORES	295.222.117	310.360.968	310.360.968	280.330.097	275.000.000	177.790.739	177.790.739	5.330.097	98,10	63,42	1,90
44	SENTENÇA JUDICIAL (CUSTEIO)	3.396.973	3.506.814	3.506.814	3.506.814	3.300.000	2.199.167	2.199.167	206.814	94,10	62,71	5,90
45	EMENDAS NOMINATIVAS	2.790.190.387	0	8.537.010.035	8.537.010.035	-	-	0	8.537.010.035	0,00	0,00	100,00
46	AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA	270.942.823	320.499.207	320.499.207	319.999.207	190.498.651	121.208.302	121.058.948	129.500.556	59,53	37,88	40,47
47	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	98.084.352	115.000.000	115.000.000	115.000.000	92.841.524	49.200.193	49.101.866	22.158.476	80,73	42,78	19,27
48	VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE PRODUTOS E SERVIÇOS	158.507.046	188.700.000	188.700.000	188.700.000	81.804.853	62.745.375	62.694.349	106.895.147	43,35	33,25	56,65
50	AUXÍLIOS AO SERVIDOR	10.007.113	11.374.800	11.374.800	10.874.800	10.856.672	6.636.173	6.636.173	18.128	99,83	61,02	0,17
51	ASSISTÊNCIA MÉDICA A SERVIDORES	4.344.312	5.417.016	5.417.016	5.417.016	4.995.600	2.626.561	2.626.561	421.416	92,22	48,49	7,78
87	SENTENÇA JUDICIAL (CUSTEIO)	0	7.391	7.391	7.391	2	0	0	7.389	0,03	0,00	99,97
52	FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE - FUNASA	1.092.440.270	1.217.682.335	1.722.059.029	1.695.139.029	450.592.580	224.266.969	223.338.320	1.244.546.449	26,58	13,23	73,42
53	PAC - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO	499.485.680	515.315.708	457.112.566	457.112.566	173.346.660	74.761.506	74.761.506	283.765.906	37,92	16,36	62,08
55	MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA	147.971.365	160.000.000	158.000.000	158.000.000	126.353.852	68.926.848	68.076.902	31.646.148	79,97	43,62	20,03
58	SANEAMENTO BÁSICO (DEMAIS AÇÕES)	143.441.077	350.188.826	310.911.061	310.911.061	17.007.355	6.159.709	6.104.028	293.903.706	5,47	1,98	94,53
59	OUTROS PROGRAMAS	33.298.507	46.100.000	43.500.000	43.500.000	23.244.456	13.159.641	13.145.525	20.255.544	53,44	30,25	46,56
60	AUXÍLIOS AO SERVIDOR	71.302.847	69.961.200	69.961.200	50.961.200	49.000.754	26.332.340	26.323.433	1.960.446	96,15	51,67	3,85
61	ASSISTÊNCIA MÉDICA A SERVIDORES	68.950.907	70.083.036	70.083.036	62.083.036	61.200.000	34.575.959	34.575.959	883.036	98,58	55,69	1,42
62	SENTENÇA JUDICIAL (CUSTEIO)	5.279.347	6.033.565	6.033.565	6.113.565	439.502	350.966	350.966	5.674.063	7,19	5,74	92,81
63	EMENDAS NOMINATIVAS	122.710.540	0	606.457.601	606.457.601	0	0	0	606.457.601	0,00	0,00	100,00
64	FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ	1.896.724.637	1.246.955.004	1.216.368.835	1.216.435.835	772.664.888	612.153.531	599.668.460	443.770.947	63,52	50,32	36,48
65	MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA	187.073.135	212.000.000	210.444.576	227.233.491	215.641.153	207.417.861	206.112.713	11.592.338	94,90	91,28	5,10
66	MANUTENÇÃO DE UNIDADES DE PESQUISAS	35.460.422	42.000.000	41.324.000	49.588.800	37.349.567	34.512.961	33.293.962	12.239.233	75,32	69,60	24,68
67	MODERNIZAÇÃO DAS UNIDADES DE PESQUISAS	72.058.131	59.000.000	54.284.750	60.186.715	52.180.337	45.719.619	45.636.869	8.006.378	86,70	75,96	13,30
69	VACINAS E VACINAÇÃO	1.078.738.305	40.000.000	36.000.000	36.000.000	16.111.439	10.349.313	10.332.995	19.888.561	44,75	28,75	55,25

DENOMINAÇÃO	EXECUTADO 2014	ORÇAMENTO 2015 - LEI Nº 13.115 DE 20 DE ABRIL DE 2015							%	%	%	
		PLOA 2015	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	SALDO ORÇAMENTÁRIO E = (A - B)	EMP	LIQ	SALDO	
70	ESTUDOS E PESQUISAS	127.603.605	123.000.000	122.840.000	132.740.000	96.372.339	83.376.355	80.729.531	36.367.661	72,60	62,81	27,40
71	OUTROS PROGRAMAS	260.211.672	609.000.000	572.870.505	532.014.825	244.183.609	147.330.348	141.891.775	287.831.216	45,90	27,69	54,10
72	FARMÁCIAS POPULARES	93.008.816	100.000.000	100.000.000	100.000.000	73.528.540	57.014.025	55.237.565	26.471.460	73,53	57,01	26,47
73	AUXÍLIOS AO SERVIDOR	25.262.983	27.442.764	27.442.764	28.009.764	27.297.903	18.104.785	18.104.785	711.861	97,46	64,64	2,54
74	ASSISTÊNCIA MÉDICA A SERVIDORES	13.536.232	14.632.176	14.632.176	14.132.176	10.000.000	8.328.265	8.328.265	4.132.176	70,76	58,93	29,24
75	OPERAÇÕES ESPECIAIS : CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	0	19.880.064	19.880.064	19.880.064	0	0	0	19.880.064	0,00	0,00	100,00
76	EMENDAS NOMINATIVAS	3.771.337	0	16.650.000	16.650.000	0	0	0	16.650.000	0,00	0,00	100,00
77	AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS	140.871.451	148.732.760	148.732.760	148.732.760	80.754.778	63.131.889	62.541.922	67.977.982	54,30	42,45	45,70
78	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	54.675.000	59.000.000	59.000.000	59.000.000	37.919.124	32.647.377	32.647.377	21.080.876	64,27	55,33	35,73
79	ASSISTÊNCIA SUPLEMENTAR DE SAÚDE	47.540.439	46.750.000	46.750.000	46.750.000	21.517.639	15.052.045	14.885.067	25.232.361	46,03	32,20	53,97
80	OUTROS PROGRAMAS	34.813.785	38.270.000	38.270.000	38.270.000	16.772.407	12.930.677	12.507.687	21.497.593	43,83	33,79	56,17
81	AUXÍLIOS AO SERVIDOR	2.964.945	3.174.588	3.174.588	3.174.588	3.174.588	2.024.807	2.024.807	0	100,00	63,78	0,00
82	ASSISTÊNCIA MÉDICA A SERVIDORES	829.646	1.538.172	1.538.172	1.538.172	1.371.019	476.983	476.983	0	0,00	0,00	0,00
183	SENTENÇA JUDICIAL (CUSTEIO)	47.636	0	0	0	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00
83	GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO - GHC	91.534.538	117.335.184	118.835.184	122.271.184	67.245.144	59.436.599	56.807.414	55.026.040	55,00	48,61	45,00
84	ATENÇÃO HOSPITALAR DA UNIDADE	39.508.736	64.300.000	65.800.000	64.300.000	30.629.497	24.213.488	24.079.275	33.670.503	47,64	37,66	52,36
85	AUXÍLIOS AO SERVIDOR	48.023.993	48.454.920	48.454.920	51.859.920	34.173.681	33.248.980	31.885.523	17.686.239	65,90	64,11	34,10
86	SENTENÇA JUDICIAL (CUSTEIO)	836.228	1.634.000	1.634.000	1.634.000	840.269	840.249	839.461	793.731	51,42	51,42	48,58
139	ASSISTÊNCIA MÉDICA A SERVIDORES	2.865.999	2.946.264	2.946.264	2.977.264	1.601.698	1.133.882	3.155	1.375.566	53,80	38,08	46,20
87	EMENDAS NOMINATIVAS	299.581	0	0	1.500.000	0	0	0	1.500.000	0,00	0,00	100,00
	AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - TOTAL	92.243.191.171	80.595.625.057	86.229.393.060	110.992.960.243	78.640.957.550	61.668.613.031	60.351.738.092	32.352.002.693	70,85	55,56	29,15
	AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - OCC - ID USO 6	82.944.282.440	80.595.625.057	86.229.393.060	101.029.110.722	69.702.703.952	55.620.193.736	54.304.264.630	31.326.406.770	68,99	55,05	31,01
	NÃO ASPSP - OCC - ID USO 0 (Incluído	1.902.171.689	2.891.179.446	2.976.463.390	2.291.373.076	1.125.262.032	858.978.722	828.549.800	1.166.111.044	49,11	37,49	50,89

DENOMINAÇÃO	EXECUTADO 2014	ORÇAMENTO 2015 - LEI Nº 13.115 DE 20 DE ABRIL DE 2015							%	%	%
		PLOA 2015	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	SALDO ORÇAMENTÁRIO E = (A - B)	EMP	LIQ	SALDO
emendas e Dívida)											
PESSOAL ATIVO - GERAL	9.432.480.720	10.097.911.735	10.097.911.735	10.105.111.735	9.070.426.719	6.140.928.147	6.139.982.314	1.034.685.016	89,76	60,77	10,24
PESSOAL ATIVO - ID USO 6	9.298.908.731	0	0	9.963.849.521	8.938.253.598	6.048.419.295	6.047.473.462	1.025.595.923	89,71	60,70	10,29
PESSOAL ATIVO - ID USO 0 => ANS	133.571.989	134.062.214	134.062.214	141.262.214	132.173.121	92.508.852	92.508.852	9.089.093	93,57	65,49	6,43
PESSOAL INATIVO E PENSIONISTA - ID USO 0	7.586.680.078	7.551.365.539	7.551.365.539	7.681.353.190	7.474.863.099	5.174.578.087	5.174.578.087	206.490.091	97,31	67,37	2,69
DÍVIDA (AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS) - ID USO 0	14.993.942	52.136.000	52.136.000	52.136.000	15.890.125	15.890.125	15.890.125	36.245.875	30,48	30,48	69,52
OUTROS CUSTEIOS E CAPITAL - TOTAL (ID USO 0 E 6)	84.846.454.129	91.592.499.269	103.375.266.669	103.320.483.798	70.827.965.985	56.479.172.458	55.132.814.430	32.492.517.813	68,55	54,66	31,45
EMENDAS PARLAMENTARES	2.916.971.844	0	9.160.117.636	9.161.617.636	0	0	0	9.161.617.636	0,00	0,00	100,00
UO 74202 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DA ANS	10.053.458	13.170.000	13.170.000	13.170.000	6.764.341	3.401.795	3.234.818	6.405.659	51,36	25,83	48,64
SENTENÇA JUDICIAL (CUSTEIO)	9.560.185	31.061.834	31.061.834	31.141.834	4.579.773	3.390.383	3.389.595	26.562.061	15	10,89	85,29
MS - TOTAL GERAL	101.865.614.927	109.241.776.543	121.024.543.943	121.106.948.723	87.373.255.803	67.794.678.691	66.447.374.830	33.733.692.920	72,15	55,98	27,85

Fonte: Siafi; CAA/CGOF/SPO/SE/MS

1.2. Execução da Despesa por Fonte de Recurso – 2º Quadrimestre de 2015

POSIÇÃO: AGOSTO FECHADO (Atualizado até 09.09.2015)

Fonte de Recursos		DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
00	RECURSOS ORDINARIOS	12.721.542.916,00	1.334.163.183,23	174.702.132,51	168.211.789,52
18	CONTRIBUICOES SOBRE CONCURSOS DE PROGNOSTICOS	10.119.212,00	0	0	0
43	REFINANCIAMENTO DA DIV.PUBL.MOBIL.FEDERAL	39.200.000,00	9.850.011,93	9.850.011,93	9.850.011,93
44	TITULOS DE RESPONSABILID.DO TESOIRO NACIONAL	12.936.000,00	6.040.113,13	6.040.113,13	6.040.113,13
48	OPERACOES DE CREDITO EXTERNAS-EM MOEDA	157.528.352,00	28.514.378,53	24.677.825,96	940.005,02
50	RECURSOS NAO-FINANCEIROS DIRETAM. ARRECADADOS	132.794.435,00	94.048.045,41	78.376.834,33	78.332.581,57
51	CONTR.SOCIAL S/O LUCRO DAS PESSOAS JURIDICAS	44.340.465.001,00	31.845.261.476,32	23.066.812.854,68	21.968.382.663,40
53	CONTRIBUICAO P/FINANCIAM.DA SEGURIDADE SOCIAL	51.495.450.626,00	46.005.127.816,30	38.920.763.198,08	38.803.647.011,11
56	CONTRIBUICAO PLANO SEGURIDADE SOCIAL SERVIDOR	2.579.002.858,00	2.579.002.858,00	1.384.787.172,36	1.384.787.172,36
69	CONTRIB.PATRONAL P/PLANO DE SEGURID.SOC.SERV.	4.456.571.334,00	4.415.623.494,00	3.603.350.053,92	3.603.350.053,92
74	TX/MUL.P/PODER DE POLICIA E MUL.PROV.PROC.JUD	576.097.466,00	329.280.344,15	220.771.164,17	220.198.820,50
80	RECURSOS FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	17.030.632,00	0	0	0
81	RECURSOS DE CONVENIOS	2.652.512,00	239.464,00	114.491,22	114.491,22
86	OUTRAS RECEITAS VINCULADAS	4.431.969.728,00	726.074.617,79	304.424.574,19	203.511.851,52
88	REMUNERACAO DAS DISPONIB. DO TESOIRO NACIONAL	133.587.651,00	30.000,00	8.265,00	8.265,00
Total		121.106.948.723,00	87.373.255.802,79	67.794.678.691,48	66.447.374.830,20

Fonte: Siafi; CAA/CGOF/SPO/SE/MS

1.3. Execução Orçamentária da Despesa dos Hospitais Próprios – 2º Quadrimestre de 2015

UNIDADE: FUNDO NACIONAL DE SAÚDE – FNS

POSIÇÃO: AGOSTO FECHADO (Atualizado até 09.09.2015)

Em R\$ 1,00

FUNCIONAL COMPLETA	EXECUTADO EM 2014	ORÇAMENTO 2015 - LEI Nº 13.115 DE 20 DE ABRIL DE 2015							
		PLOA 2015	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	SALDO ORÇAMENTÁRIO = (A - B)	
10 - HOSPITAIS PRÓPRIOS	922.825.908	1.014.500.000	1.014.380.000	1.014.380.000	639.448.295	443.570.119	396.598.932	374.931.705	
10.302.2015.4324.0010	Atenção à Saúde das Populações Ribeirinhas da Região Amazônica mediante Cooperação com a Marinha do Brasil - na Região Norte	14.999.968	15.000.000	14.880.000	14.880.000	0	0	0	14.880.000
10.302.2015.8755.0033	Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Cardiologia - INC - No Estado do Rio de Janeiro	101.306.861	105.600.000	105.600.000	105.600.000	79.964.900	49.119.155	43.168.478	25.635.100
10.302.2015.6217.6506	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde - No Município do Rio de Janeiro - RJ (Hospital Geral dos Servidores)	176.316.586	182.000.000	182.000.000	182.000.000	115.216.709	87.217.709	74.508.730	66.783.292
10.302.2015.6217.6507	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde - No Município do Rio de Janeiro - RJ (Hospital Geral de Bonsucesso)	132.631.385	169.000.000	169.000.000	169.000.000	107.833.342	80.698.190	74.552.023	61.166.658
10.302.2015.6217.6508	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde - No Município do Rio de Janeiro - RJ (Hospital Geral de Jacarepaguá)	60.017.712	72.000.000	72.000.000	72.000.000	45.906.064	34.385.002	32.033.903	26.093.936
10.302.2015.6217.6509	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde - No Município do Rio de Janeiro - RJ (Hospital Geral de Ipanema)	59.049.700	63.900.000	63.900.000	63.900.000	38.214.613	26.454.731	25.858.315	25.685.387
10.302.2015.6217.6510	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde - No Município do Rio de Janeiro - RJ (Hospital Geral do Andaraí)	93.273.290	106.000.000	106.000.000	106.000.000	64.934.004	38.209.744	37.954.927	41.065.996
10.302.2015.6217.6511	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde - No Município do Rio de Janeiro - RJ (Hospital Geral da Lagoa)	66.391.999	71.500.000	71.500.000	71.500.000	44.246.848	35.266.757	33.357.378	27.253.152
10.302.2015.8759.0033	Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Traumatologia e Ortopedia - INTO -No Estado do Rio de Janeiro	218.838.407	229.500.000	229.500.000	229.500.000	143.131.816	92.218.832	75.165.179	86.368.184

FUNCIONAL COMPLETA	EXECUTADO EM 2014	ORÇAMENTO 2015 - LEI Nº 13.115 DE 20 DE ABRIL DE 2015						SALDO ORÇAMENTÁRIO = (A - B)
		PLOA 2015	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	
45 - EMENDAS NOMINATIVAS	9.199.043	0	30.512.300	30.512.300	0	0	0	30.512.300
10.302.2015.432 4.0010	Atenção à Saúde das Populações Ribeirinhas da Região Amazônica Mediante Cooperação com a Marinha do Brasil 6.699.982	0	24.712.300	24.712.300	0	0	0	24.712.300
10.302.2015.621 7.6506	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde - No Município do Rio de Janeiro - RJ (Hospital Geral dos Servidores) 999.583	0	4.300.000	4.300.000	0	0	0	4.300.000
10.302.2015.621 7.6507	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde - No Município do Rio de Janeiro - RJ (Hospital Geral de Bonsucesso)	0	1.000.000	1.000.000	0	0	0	1.000.000
10.302.2015.621 7.6509	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde - No Município do Rio de Janeiro - RJ (Hospital Geral de Ipanema)	0	500.000	500.000	0	0	0	500.000
10.302.2015.875 5.0033	Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Cardiologia - Inc 1.499.479	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Siafi; SPO/SE/MS

1.4. Execução Orçamentária da Despesa do Grupo Hospitalar Conceição – 2º Quadrimestre de 2015

UNIDADE: GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO – GHC

POSIÇÃO: AGOSTO FECHADO (Atualizado até 09.09.2015)

Em R\$1,00

FUNCIONAL COMPLETA		EXECUTADO EM 2014	ORÇAMENTO 2015 - LEI Nº 13.115 DE 20 DE ABRIL DE 2015						SALDO ORÇAMENTÁRIO E = (A - B)
			PLOA 2015	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (A)	EMPENHADO (B)	LIQUIDADO (C)	PAGO (D)	
84 - ATENÇÃO HOSPITALAR DA UNIDADE		39.508.736	64.300.000	65.800.000	64.300.000	30.629.497	24.213.488	24.079.275	33.670.503
10.128.2115.6149.0001	Residência de Profissionais de Saúde - SUS / Hosp. Nossa Senhora da Conceição - RS	16.539.285	19.300.000	19.300.000	19.300.000	12.265.015	12.265.000	12.265.000	7.034.985
10.302.2015.6217.5027	Atenção à Saúde nos Serviços Ambulatoriais e Hospitalares do Ministério da Saúde-No Município de Porto Alegre - RS / Hosp.Nossa Senhora da Conceição - RS	22.969.451	45.000.000	46.500.000	45.000.000	18.364.482	11.948.488	11.814.275	26.635.518

Fonte: Siafi; SPO/SE/MS

1.5. Saldo Financeiro nas Contas Bancárias do Fundo Nacional de Saúde

LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

POSIÇÃO: AGOSTO FECHADO (Atualizado até 09.09.2015)

Em R\$ 1,00

UG Executora		Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)
250001	GABINETE DO MINISTRO - MS	24.791,56
250005	DEPARTAMENTO DE LOGISTICA EM SAUDE - DLOG	1.291,50
250006	COORDENACAO-GERAL DE GESTAO DE PESSOAS	4.757.123,56
250007	SECR. DE CIENCIA, TECNO. E INSUMOS ESTRATEGIC	51.304,94
250009	SECRET. DE GESTAO ESTRATEGICA E PARTICIPATIVA	74.578,78
250010	SECRETARIA DE ATENCAO A SAUDE	75.120,12
250012	NUCLEO ESTADUAL DO MS/AC	8.587,82
250013	NUCLEO ESTADUAL DO MS/AL	83.373,10
250014	NUCLEO ESTADUAL DO MS/AP	53.091,89
250015	NUCLEO ESTADUAL DO MS/AM	105.779,56
250016	NUCLEO ESTADUAL DO MS/BA	53.982,56
250017	NUCLEO ESTADUAL DO MS/CE	65.861,45
250019	NUCLEO ESTADUAL DO MS/ES	54.601,59
250021	NUCLEO ESTADUAL DO MS/GO	12.063,40
250022	NUCLEO ESTADUAL DO MS/MA	89.720,65
250023	NUCLEO ESTADUAL DO MS/MT	48.351,51
250024	NUCLEO ESTADUAL DO MS/MS	90.148,44
250025	NUCLEO ESTADUAL DO MS/MG	80.165,90
250026	NUCLEO ESTADUAL DO MS/PA	66.647,67
250027	NUCLEO ESTADUAL DO MS/PB	93.840,44
250028	NUCLEO ESTADUAL DO MS/PR	58.594,92
250029	NUCLEO ESTADUAL DO MS/PE	114.832,41
250030	NUCLEO ESTADUAL DO MS/PI	37.176,07
250031	NUCLEO ESTADUAL DO MS/RJ	718.618,13
250032	NUCLEO ESTADUAL DO MS/RN	79.196,90
250033	NUCLEO ESTADUAL DO MS/RS	137.809,54
250034	NUCLEO ESTADUAL DO MS/RO	18.599,83
250035	NUCLEO ESTADUAL DO MS/RR	49.024,54
250036	NUCLEO ESTADUAL DO MS/SC	29.652,74
250037	NUCLEO ESTADUAL DO MS-SP	107.422,85
250038	NUCLEO ESTADUAL DO MS/SE	69.882,64
250039	NUCLEO ESTADUAL DO MS/TO	71.919,91
250042	HOSPITAL FEDERAL DE BONSUCESO	114,40
250052	INSTITUTO NACIONAL DO CANCER - RJ	349.167,61
250057	INST. NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA	216.431,08
250059	INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA	563.312,45
250061	HOSPITAL FEDERAL DOS SERVIDORES DO ESTADO	34.315,68
250088	SPO-COORD.-GERAL DE ORC.E FINANÇAS	310.003.120,50
250100	SECR. DE GESTAO DO TRAB. E DA EDUC. NA SAUDE	47.929,07
250103	HOSPITAL FEDERAL DE IPANEMA	34.530,64
250104	HOSPITAL FEDERAL CARDOSO FONTES	44.381,49
250105	HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA	81.683,63
250106	HOSPITAL FEDERAL DO ANDARAÍ	60.942,94
250107	CEF-PROGRAMAS DO MINISTERIO DA SAUDE	2.466.895,12
250110	COORDENACAO-GERAL DE MATERIAL E PATRIMONIO	2.563.780,72
253002	AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA	1.022.892,51
253003	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE SUPLEMENTAR	951.613,24
253004	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-SC	23.951,93
253005	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-RS	17.132,28
253006	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-PR	48.177,27
253007	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-PE	38.114,77
253008	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-MS	7.497,58
253009	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-AP	3.846,79
253010	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-PA	20.926,86
253011	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-MG	32.009,65
253012	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-RJ	60.760,17
253013	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-ES	13.061,47
253014	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-GO	96.930,96
253015	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-BA	37.261,56
253016	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-RN	19.217,91
253017	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-AM	42.273,10

UG Executora		Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)
253018	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-CE	6.646,59
253019	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-AL	1.996,12
253020	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-MA	13.072,50
253021	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-PB	6.798,37
253022	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-RR	8.383,61
253023	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-SE	5.865,11
253024	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-MT	9.806,20
253025	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-TO	1.460,02
253026	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-RO	18.316,26
253027	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-PI	13.538,23
253028	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-SP	274.533,00
253029	COORD.VIG.SANIT.DE PORTOS,AER.E FRONTEIRAS-AC	15.651,57
253032	GERENCIA±GERAL DE RESSARCIMENTO AO SUS	6.900.376,46
253033	ANS - DISTRITO FEDERAL	293.619,41
253034	AGENCIA NACIONAL DE SAUDE S. - SAO PAULO	188.239,28
254420	FUNDACAO OSWALDO CRUZ	129.370.243,80
254421	CENTRO DE PESQUISAS AGGEU MAGALHAES	519.815,36
254422	CENTRO DE PESQUISAS GONCALO MUNIZ	183.952,26
254423	CENTRO DE PESQUISAS RENE RACHOU	330.701,88
254445	INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS	11.794.830,31
254446	INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM FARMACOS	18.121.238,29
254447	INSTITUTO FERNANDES FIGUEIRA	1.636.412,46
254448	INSTITUTO NAC. DE CONTROLE E QUALID. EM SAUDE	375.465,08
254450	ESCOLA NAC. DE SAUDE PUBLICA SERGIO AROUCA	16.080.015,82
254462	DIRETORIA DE ADMINISTRACAO DO CAMPUS-DIRAC	775.412,55
254463	INSTITUTO OSWALDO CRUZ	66.296,35
254474	CENTRO DE PESQUISA LEONIDAS MARIA DEANE	76.580,89
254488	CASA DE OSWALDO CRUZ	3.771,01
254492	INST.NACIONAL DE INFECTOLOGIA EVANDRO CHAGAS	330.625,44
255000	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - DF	109.513.084,71
255001	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - AC	7.636,15
255002	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - AL	873,42
255003	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - AP	51.652,40
255004	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - AM	126.024,36
255005	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - BA	113.778,66
255006	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - CE	32.323,95
255008	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - ES	70.083,68
255009	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - GO	13.477,25
255010	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - MA	4.670,08
255011	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - MT	92.389,98
255012	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - MS	12.540,68
255013	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - MG	433.705,32
255014	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - PA	196.961,94
255015	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - PB	2.672,94
255016	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - PR	2.059,74
255017	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - PE	105.977,29
255018	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - PI	26.941,16
255019	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - RJ	45.129,26
255020	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - RN	20.008,87
255021	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - RS	111.138,42
255022	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - RO	0,00
255023	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - RR	1.095,77
255024	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - SC	13.398,61
255025	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - SP	29.830,86
255026	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - SE	898,69
255027	FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - TO	0,00
257001	DIRETORIA EXECUTIVA DO FUNDO NAC. DE SAUDE	895.009.341,78
257002	SECRETARIA DE VIGILANCIA EM SAUDE	18.992,78
257003	INSTITUTO EVANDRO CHAGAS	892.126,75
257005	CENTRO NACIONAL DE PRIMATAS	45.147,78
257020	SECRETARIA ESPECIAL DE SAUDE INDIGENA - SESAI	81.387,04
257021	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - ALTO RIO JURUA	663.448,63
257022	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - ALTO PURUS	815.261,92
257023	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA AL/SE	155.128,95
257024	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - ALTO RIO NEGRO	113.656,78
257025	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - ALTO SOLIMOES	762.744,51
257026	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - JAVARI	219.153,98
257027	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - MANAUS	114.096,21
257028	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - MEDIO PURUS	289.844,44
257029	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - MEDIO SOLIMOES	81.818,64
257030	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - PARINTINS	22.262,06

UG Executora		Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)
257031	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - AMAPA	519.611,76
257032	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - BAHIA	881.605,56
257033	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - CEARA	906.733,37
257034	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - MARANHAO	798.439,65
257035	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - MG/ES	322.457,83
257036	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA MATO GROSSO SUL	20.633,61
257037	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - ARAGUAIA	261.630,87
257038	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA KAIAPO MT GROSSO	204.373,03
257039	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - CUIABA	204.966,01
257040	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - XAVANTE	1.536.504,03
257041	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - XINGU	1.728.508,64
257042	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - ALTAMIRA	383.997,06
257043	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA GUAMA TOCANTINS	404.170,83
257044	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - KAIAPO REDENCAO	582.235,52
257045	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - TAPAJOS	910.758,12
257046	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - POTIGUARA	262.031,94
257047	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - PERNAMBUCO	473.674,34
257048	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - LITORAL SUL	1.045.540,04
257049	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - PORTO VELHO	521.694,30
257050	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - VILHENA	381.795,13
257051	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - LESTE RR	602.804,21
257052	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - YANOMAMI	246.812,98
257053	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - INTERIOR SUL	369.013,60
257054	DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - TOCANTINS	636.712,82
366003	HOSPITAL NOSSA SENHORA DA CONCEICAO S/A	29.520.360,21
TOTAL		1.567.748.926,43

Fonte: Siafi; CAA/CGOF/SPO/SE/MS

1.6. Execução de Restos a Pagar (a serem pagos em 2015)

CONSOLIDADO GERAL – MINISTÉRIO DA SAÚDE

POSIÇÃO: AGOSTO FECHADO (INSCRITOS e REINSCRITOS EM 2015 - ATUALIZADO ATÉ 29.09.2015)

Em R\$ 1,00

DENOMINAÇÃO / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA		RESTOS A PAGAR					
		INSCRITOS e REINSCRITOS	CANCELADOS	PAGOS	SALDO A PAGAR		
					LIQUIDADOS	A LIQUIDAR	TOTAL
1	PESSOAL A PAGAR EXERC. ANTERIORES	7.932.877	7.134.275	0	1.682	796.920	798.602
2	PESSOAL ATIVO	47.742.414	1.367.696	3.548.508	34.081	42.792.129	42.826.210
3	PESSOAL INATIVO E PENSIONISTA	587.410				587.410	587.410
4	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA						0
	SUBTOTAL	56.262.700	8.501.970	3.548.508	35.763	44.176.459	44.212.222
5	FNS	11.026.159.026	327.120.517	3.609.218.509	377.761.275	6.712.058.725	7.089.820.000
6	ANVISA	52.544.363	1.085.434	25.168.834	48.383	26.241.712	26.290.095
7	FUNASA	3.103.435.176	267.628.828	377.618.129	371.393.979	2.086.794.241	2.458.188.219
8	FIOCRUZ	565.314.681	2.117.656	420.354.292	1.823.867	141.018.867	142.842.734
9	ANSS	23.050.788	2.977.276	17.912.018	0	2.161.494	2.161.494
10	GHC	25.627.955	382.520	19.031.889	8.667	6.204.880	6.213.547
	SUBTOTAL	14.796.131.988	601.312.229	4.469.303.670	751.036.171	8.974.479.918	9.725.516.089
MS - TOTAL GERAL		14.852.394.689	609.814.200	4.472.852.178	751.071.934	9.018.656.377	9.769.728.311

Fonte: Siafi; CAA/CGOF/SPO/SE/MS

1.7. Acompanhamento Mensal da Receita Própria no 2º Quadrimestre de 2015

Fundo Nacional Saúde - FNS

POSIÇÃO: AGOSTO FECHADO (Atualizado até 09.09.2015)

Em R\$ 1,00

RECEITA			Arrecadado 2014	Receita Arrecadada							
SIAFI	Denominação	FTE		L O A	LOA + CRÉDITO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho
13110000	ALUGUÉIS	150	185.593	258.049	258.049	7.382	6.387	12.670	2.290	4.690	13.395
13250000	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	180	70.931	0	0	962.588	1.158.341	1.130.550	1.183.763	997.502	919.970
13270000	REMUNERAÇÃO DE SALDOS DE RECURSOS NÃO DESEMBOLSADOS	180	70.932	1.412	1.412	0	6	26.594	0	0	0
16005000	TARIFA INSCR. CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	150	0	0	0	4.500	8.280	0	0	0	0
16000501	SERVIÇOS HOSPITALARES	150	0	33.501	33.501	0	0	0	0	0	0
16001300	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	150	50.113	63.971	63.971	90	283	89	214	1.096	2.115
19159901	OUTRAS MULT. JUR. MORA DIV. ATIV. OUTR. RECEITAS	150	429.580	426.980	426.980	45.680	39.546	54.538	40.912	52.644	30.018
19189900	OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	150	26.167	50.000	50.000	0	0	0	0	12	485
19192700	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	150	316.175	432.558	432.558	41.240	265.748	47.016	42.915	49.417	44.176
19199900	OUTRAS MULTAS	150	2.622.853	3.452.355	3.452.355	294.788	327.270	818.249	561.618	479.606	658.023
19220110	RESTITUIÇÕES CONVÊNIO - PRIMÁRIAS	150	0	0	0	142.227	462.903	-72.011	70.793	-84.874	341.037
19220500	RESSARCIMENTO POR OPERADORAS DE SEGUROS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	186	408.271.589	150.000.000	150.000.000	3.956.468	2.999.200	0	26.051.488	7.040.837	5.846.158
19229900	OUTRAS RESTITUIÇÕES	150	60.731.750	55.760.680	55.760.680	5.928.069	4.549.807	7.684.447	8.256.938	6.766.832	3.322.274
19329901	REC. DIVIDA ATIVA NÃO TRIBUT. OUTRAS RECEITAS	150	598.307	413.722	413.722	61.427	47.044	49.494	39.479	52.355	37.562
19901600	RECEITA DE PARTICIPAÇÃO SEGUROS - DPVAT	186	3.722.751.036	4.281.969.728	4.281.969.728	625.422.796	358.833.340	407.861.889	374.928.883	334.479.271	298.681.125
79189900	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	150	0	7.591	7.591	0	0	0	0	0	0
79220100	RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIO - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	150	0	5.654.773	5.654.773	12.981	14.769	56.481	202	95.591	21.720
79229900	OUTRAS RESTITUIÇÕES - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	150	282.620	125.278	125.278	0	0	0	0	0	0
19909900	OUTRAS RECEITAS	150	10.146.596	28.296	28.296	170.549	2.216	2.216	8.659	2.216	2.216
Total			4.206.554.242	4.498.678.894	4.498.678.894	637.050.785	368.715.140	417.672.222	411.188.154	349.937.195	309.920.274

RECEITA			Receita Arrecadada		Receita Prevista				Total		Excesso ou Frustração
SIAFI	Denominação	FTE	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Acumulado Ago	Projeção Jan/Dez	
13110000	ALUGUÉIS	150	7.240	5.080	7.700	7.700	7.700	7.700	59.134	89.934	-168.115
13250000	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	180	771.106	869.315	1.000.000	1.000.000	1.000.000	1.000.000	7.993.135	11.993.135	11.993.135
13270000	REMUNERAÇÃO DE SALDOS DE RECURSOS NÃO DESEMBOLSADOS	180	0	(26.600)	3.000	3.000	3.000	3.000	0	12.000	10.588
16005000	TARIFA INSCR. CONCURSOS E PROCESSOS SELETIVOS	150	0	0	0	0	0	0	12.780	12.780	12.780
16000501	SERVIÇOS HOSPITALARES	150	2.555.003	-	2.000	2.000	2.000	2.000	2.555.003	2.563.003	2.529.502
16001300	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	150	140	93	600	600	600	600	4.120	6.520	-57.451
19159901	OUTRAS MULT. JUR. MORA DIV. ATIV. OUTR. RECEITAS	150	73.753	32.521	48.000	48.000	48.000	48.000	369.612	561.612	134.632
19189900	OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA	150	0	0	2.000	2.000	2.000	2.000	497	8.497	-41.503
19192700	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	150	84.793	111.351	51.600	51.600	51.600	51.600	686.656	893.056	460.498
19199900	OUTRAS MULTAS	150	674.092	483.499	500.000	500.000	500.000	500.000	4.297.145	6.297.145	2.844.790
19220110	RESTITUIÇÕES CONVÊNIOS - PRIMÁRIAS	150	44.503	501.434	0	0	0	0	1.406.012	1.406.012	1.406.012
19220500	RESSARCIMENTO POR OPERADORAS DE SEGUROS PRIVADOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE	186	156.399.594	4.863.761	14.500.000	14.500.000	14.500.000	14.500.000	207.157.506	265.157.506	115.157.506
19229900	OUTRAS RESTITUIÇÕES	150	6.651.213	7.413.649	6.135.600	6.135.600	6.135.600	6.135.600	50.573.229	75.115.629	19.354.949
19329901	REC. DIVIDA ATIVA NÃO TRIBUT. OUTRAS RECEITAS	150	58.533	36.732	49.400	49.400	49.400	49.400	382.626	580.226	166.504
19901600	RECEITA DE PARTICIPAÇÃO SEGUROS - DPVAT	186	305.088.466	269.331.404	276.000.000	227.000.000	162.000.000	200.000.000	2.974.627.174	3.839.627.174	-442.342.554
79189900	MULTAS E JUROS DE MORA DE OUTRAS RECEITAS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	150	0	0	500	500	500	500	0	2.000	-5.591
79220100	RESTITUIÇÕES DE CONVÊNIOS - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	150	75.696	336.257	150.000	150.000	150.000	150.000	613.697	1.213.697	-4.441.076
79229900	OUTRAS RESTITUIÇÕES - OPERAÇÕES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	150	0	0	7.000	7.000	7.000	7.000	0	28.000	-97.278
19909900	OUTRAS RECEITAS	150	6.326	10.534	2.358	2.358	2.358	2.358	204.932	214.364	186.068
Total			472.490.458	283.969.030	298.459.758	249.459.758	184.459.758	222.459.758	3.250.943.258	4.205.782.290	-292.896.604

Fonte: Siafi; CAA/CGOF/SPO/SE/MS

Receita Própria em todas as unidades orçamentárias MS

POSIÇÃO: AGOSTO FECHADO (Atualizado até 09.09.2015)

Em R\$ 1,00

DENOMINAÇÃO	Lei nº 13.115, de 20.04.2015		Receita Arrecadada								TOTAL	Projeção	Excesso ou Frustração
	L O A	LOA + CRÉDITO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Acumulado		
36901 - FUNDO	4.498.678.894	4.498.678.894	637.050.785	368.715.140	417.672.222	411.188.154	349.937.195	309.920.274	472.490.458	283.969.030	3.250.943.258	4.205.782.290	-292.896.604
150	66.707.754	66.707.754	6.708.933	5.724.253	8.653.189	9.024.020	7.419.585	4.473.021	10.231.292	8.931.150	61.165.443	88.992.475	22.284.721
180	1.412	1.412	962.588	1.158.347	1.157.144	1.183.763	997.502	919.970	771.106	842.715	7.993.135	12.005.135	12.003.723
186	4.431.969.728	4.431.969.728	629.379.264	361.832.540	407.861.889	400.980.371	341.520.108	304.527.283	461.488.060	274.195.165	3.181.784.680	4.104.784.680	-327.185.048
36211 - FUNASA	2.237.248	2.237.248	24.160	22.398	23.821	65.098	451.157	45.726	32.265	20.661	685.286	1.134.246	-1.103.002
250	2.237.248	2.237.248	24.160	22.398	23.821	16.509	451.157	45.726	26.205	20.661	630.637	1.079.597	-1.157.651
280			0	0	0	48.589	0	0	6.060	0	54.649	54.649	54.649
36201 - FIOCRUZ	61.449.592	61.449.592	4.292.825	3.535.208	4.929.088	3.678.645	3.639.051	4.324.938	5.512.331	3.870.488	33.782.574	50.656.900	-10.792.692
250	57.866.620	57.866.620	4.141.215	3.424.745	4.829.537	3.574.408	3.551.215	4.149.717	5.330.374	3.677.596	32.678.807	48.313.133	-9.553.487
280	930.460	930.460	151.610	110.463	99.551	104.237	87.836	175.221	181.957	192.892	1.103.767	1.623.767	693.307
281	2.652.512	2.652.512	0	0	0	0	0	0	0	0	0	720.000	-1.932.512
36212 - ANVISA	374.429.972	374.429.972	24.993.013	25.018.651	30.140.288	29.325.816	29.174.752	31.956.832	31.413.318	28.499.457	230.522.127	345.448.594	-28.981.378
174	360.532.043	360.532.043	24.147.421	24.030.122	29.243.985	28.388.877	28.357.288	31.147.949	30.568.132	27.643.405	223.527.179	334.934.046	-25.597.997
250	176.485	176.485	4.483	3.401	3.880	4.397	4.288	4.776	4.721	3.879	33.825	62.625	-113.860
280	13.721.444	13.721.444	841.109	985.128	892.423	932.542	813.176	804.107	840.465	852.173	6.961.123	10.451.923	-3.269.521
36213 - ANS	218.985.579	218.985.579	17.083.393	13.074.226	32.900.842	16.295.299	15.769.610	33.114.413	16.779.317	22.099.141	167.116.241	267.620.641	48.635.062
174	215.565.423	215.565.423	16.774.180	12.714.290	32.408.011	15.879.518	15.388.951	32.773.938	16.430.524	21.532.325	163.901.737	262.892.937	47.327.514
250	2.220.156	2.220.156	204.606	175.613	254.899	160.873	180.865	135.560	146.810	214.896	1.474.122	2.195.322	-24.834
280	1.200.000	1.200.000	104.607	184.323	237.932	254.908	199.794	204.915	201.983	351.920	1.740.382	2.532.382	1.332.382
36210 - HNSC	4.763.488	4.763.488	210.975	248.429	283.188	1.034.248	196.410	1.602.128	193.347	219.105	3.987.830	6.304.015	1.540.527
250	3.586.172	3.586.172	22.670	27.717	85.777	837.707	25.604	1.435.765	18.135	43.678	2.497.053	4.061.238	475.066
280	1.177.316	1.177.316	188.305	220.712	197.411	196.541	170.806	166.363	175.212	175.427	1.490.777	2.242.777	1.065.461
TOTAL GERAL	5.160.544.773	5.160.544.773	683.655.151	410.614.052	485.949.449	461.587.260	399.168.175	380.964.311	526.421.036	338.677.882	3.687.037.316	4.876.946.686	-283.598.087

Fonte: Siafi; CAA/CGOF/SPO/SE/MS

2. Desembolso Financeiro

2.1. Transferência Fundo a Fundo (Por Bloco)

POSIÇÃO: AGOSTO FECHADO (Atualizado até 09.09.2015)

R\$ 1,00

UF	ATENÇÃO BÁSICA		MÉDIA ALTA COMPLEXIDADE		VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
	TOTAL		TOTAL		TOTAL	
	ESTADUAL	MUNICIPAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	ESTADUAL	MUNICIPAL
AC	52.225.237,43		141.695.350,46		8.528.660,11	
	1.212.519,28	51.012.718,15	138.741.936,21	2.953.414,25	2.650.130,72	5.878.529,39
AM	198.998.503,89		380.649.419,45		38.195.044,46	
	3.059.120,00	195.939.383,89	328.893.056,78	51.756.362,67	10.683.171,03	27.511.873,43
AP	38.797.588,73		111.618.554,54		9.356.986,57	
	75.600,00	38.721.988,73	76.817.345,94	34.801.208,60	2.540.407,99	6.816.578,58
PA	396.763.120,77		844.474.034,62		70.672.231,26	
	1.267.560,96	395.495.559,81	198.292.917,29	646.181.117,33	12.803.251,00	57.868.980,26
RO	86.255.965,01		232.639.832,15		16.718.928,23	
	1.668.040,00	84.587.925,01	126.371.610,72	106.268.221,43	4.335.290,70	12.383.637,53
RR	24.334.929,73		66.253.983,74		6.927.311,76	
	32.640,00	24.302.289,73	45.632.166,95	20.621.816,79	2.002.088,71	4.925.223,05
TO	122.612.155,27		239.722.736,15		15.240.247,14	
	195.504,57	122.416.650,70	171.302.608,79	68.420.127,36	4.726.745,19	10.513.501,95
Norte	919.987.500,83		2.017.053.911,11		165.639.409,53	
	7.510.985	912.476.516	1.086.051.643	931.002.268	39.741.085	125.898.324
AL	228.217.143,45		519.154.942,78		22.693.519,00	
	30.240,00	228.186.903,45	139.475.429,55	379.679.513,23	6.474.928,70	16.218.590,30
BA	888.404.211,77		1.910.525.143,74		93.008.099,22	
	6.555.600,00	881.848.611,77	870.475.893,89	1.040.049.249,85	22.572.708,78	70.435.390,44
CE	549.729.336,80		1.266.601.323,74		56.797.299,61	
	387.450,00	549.341.886,80	237.302.528,46	1.029.298.795,28	13.199.940,99	43.597.358,62
MA	481.741.205,48		655.297.013,71		59.545.226,83	
	2.167.420,88	479.573.784,60	205.612.609,73	449.684.403,98	14.297.615,98	45.247.610,85
PB	347.651.244,00		496.529.146,77		25.716.699,04	
	230.580,00	347.420.664,00	76.590.830,00	419.938.316,77	8.843.988,40	16.872.710,64
PE	571.735.294,91		1.762.731.152,66		60.821.931,18	
	7.395.955,14	564.339.339,77	944.150.039,84	818.581.112,82	19.287.390,92	41.534.540,26
PI	302.596.549,06		405.615.881,46		20.986.633,34	
	1.002.780,00	301.593.769,06	88.246.623,76	317.369.257,70	5.711.988,34	15.274.645,00
RN	257.935.299,84		489.516.611,34		22.230.672,64	
	2.944.000,00	254.991.299,84	184.098.218,75	305.418.392,59	5.928.752,00	16.301.920,64
SE	143.987.543,93		361.089.519,12		15.142.512,31	
	75.600,00	143.911.943,93	128.082.114,15	233.007.404,97	4.867.644,84	10.274.867,47
Nordeste	3.771.997.829,24		7.867.060.735,32		376.942.593,17	
	20.789.626	3.751.208.203	2.874.034.288	4.993.026.447	101.184.959	275.757.634

UF	ATENÇÃO BÁSICA		MÉDIA ALTA COMPLEXIDADE		VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
	TOTAL		TOTAL		TOTAL	
	ESTADUAL	MUNICIPAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	ESTADUAL	MUNICIPAL
ES	168.328.145,04		515.103.369,70		25.529.008,55	
	412.020,00	167.916.125,04	362.617.853,39	152.485.516,31	6.942.738,04	18.586.270,51
MG	1.249.990.898,28		2.991.100.508,93		128.720.597,37	
	788.130,00	1.249.202.768,28	646.242.964,75	2.344.857.544,18	30.805.167,28	97.915.430,09
RJ	645.373.704,99		2.378.144.884,89		101.686.428,44	
	0,00	645.373.704,99	366.322.657,47	2.011.822.227,42	20.172.193,25	81.514.235,19
SP	1.457.785.772,49		6.458.026.669,02		188.956.041,42	
	2.192.400,00	1.455.593.372,49	2.949.208.801,01	3.508.817.868,01	46.247.489,10	142.708.552,32
Sudeste	3.521.478.520,80		12.342.375.432,54		444.892.075,78	
	3.392.550,00	3.518.085.970,80	4.324.392.276,62	8.017.983.155,92	104.167.587,67	340.724.488,11
PR	539.986.688,95		1.748.452.083,78		49.618.286,83	
	105.840,00	539.880.848,95	704.411.706,16	1.044.040.377,62	14.514.107,05	35.104.179,78
RS	428.110.238,45		1.731.196.235,05		50.044.519,95	
	25.080,00	428.085.158,45	623.092.551,47	1.108.103.683,58	13.462.965,76	36.581.554,19
SC	402.204.145,71		1.009.002.324,34		30.659.713,89	
	34.020,00	402.170.125,71	356.456.993,31	652.545.331,03	7.926.346,44	22.733.367,45
Sul	1.370.301.073,11		4.488.650.643,17		130.322.520,67	
	164.940,00	1.370.136.133,11	1.683.961.250,94	2.804.689.392,23	35.903.419,25	94.419.101,42
DF	73.801.513,24		325.463.831,76		13.114.552,24	
	73.801.513,24	0,00	325.463.831,76	0,00	13.114.552,24	0,00
GO	328.156.579,02		866.976.488,81		44.280.280,66	
	260.820,00	327.895.759,02	55.608.660,65	811.367.828,16	8.467.373,27	35.812.907,39
MS	155.306.776,14		466.388.445,83		18.354.012,80	
	11.951,66	155.294.824,48	96.925.567,43	369.462.878,40	5.328.872,66	13.025.140,14
MT	177.442.225,26		430.219.208,18		26.467.386,81	
	145.559,99	177.296.665,27	152.654.019,89	277.565.188,29	7.277.403,04	19.189.983,77
Centro-Oeste	734.707.093,66		2.089.047.974,58		102.216.232,51	
	74.219.844,89	660.487.248,77	630.652.079,73	1.458.395.894,85	34.188.201,21	68.028.031,30
Brasil	10.318.472.017,64		28.804.188.696,72		1.220.012.831,66	
	106.077.945,72	10.212.394.071,92	10.599.091.538,10	18.205.097.158,62	315.185.252,42	904.827.579,24

UF	ASSIST. FARMACEUTICA		GESTÃO SUS		VIGILANCIA EM SAUDE	
	TOTAL		TOTAL		TOTAL	
	ESTADUAL	MUNICIPAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	ESTADUAL	MUNICIPAL
AC	3.062.961,86		595.000,00		10.698.550,53	
	423.389,88	2.639.571,98	0,00	595.000,00	113.527,20	10.585.023,33
AM	15.982.627,38		1.800.000,00		20.803.633,18	
	4.990.253,84	10.992.373,54	900.000,00	900.000,00	13.063.831,42	7.739.801,76
AP	2.514.824,07		90.000,00		11.232.157,66	
	304.315,08	2.210.508,99	0,00	90.000,00	5.383.943,14	5.848.214,52
PA	34.196.022,21		2.246.737,74		42.598.788,88	
	3.701.234,28	30.494.787,93	86.737,74	2.160.000,00	1.962.801,17	40.635.987,71
RO	6.827.442,18		367.200,00		10.140.436,00	
	1.513.186,14	5.314.256,04	0,00	367.200,00	2.064.000,00	8.076.436,00
RR	2.052.492,07		330.000,00		5.041.680,00	
	468.780,39	1.583.711,68	60.000,00	270.000,00	1.142.900,00	3.898.780,00
TO	7.282.883,48		1.161.000,00		15.914.381,50	
	1.020.251,28	6.262.632,20	50.000,00	1.111.000,00	3.711.392,50	12.202.989,00
Norte	71.919.253,25		6.589.937,74		116.429.627,75	
	12.421.411	59.497.842	1.096.738	5.493.200	27.442.395	88.987.232
AL	18.601.483,37		270.000,00		14.681.654,66	
	6.495.706,02	12.105.777,35	0,00	270.000,00	1.763.210,00	12.918.444,66
BA	64.111.245,12		3.481.473,60		61.024.437,85	
	23.904.447,50	40.206.797,62	2.529.573,60	951.900,00	1.729.905,24	59.294.532,61
CE	43.743.971,65		2.677.920,00		28.556.177,22	
	29.191.550,55	14.552.421,10	1.039.320,00	1.638.600,00	2.471.338,18	26.084.839,04
MA	29.062.470,08		2.485.000,00		29.752.210,75	
	5.591.351,40	23.471.118,68	0,00	2.485.000,00	3.315.061,96	26.437.148,79
PB	21.805.567,86		1.175.200,00		29.877.762,29	
	5.250.546,09	16.555.021,77	0,00	1.175.200,00	3.833.649,13	26.044.113,16
PE	40.591.835,69		2.116.650,00		41.281.878,59	
	9.494.557,53	31.097.278,16	1.442.400,00	674.250,00	891.650,00	40.390.228,59
PI	13.642.311,58		2.338.767,15		32.824.082,35	
	2.611.555,91	11.030.755,67	1.013.425,50	1.325.341,65	9.783.198,00	23.040.884,35
RN	15.685.927,54		159.000,00		15.958.166,99	
	2.805.488,27	12.880.439,27	0,00	159.000,00	786.684,00	15.171.482,99
SE	11.034.069,93		40.000,00		10.664.620,00	
	3.541.075,15	7.492.994,78	0,00	40.000,00	75.000,00	10.589.620,00
Nordeste	258.278.882,82		14.744.010,75		264.620.990,70	
	88.886.278	169.392.604	6.024.719	8.719.292	24.649.697	239.971.294
ES	22.740.577,07		195.000,00		16.083.976,32	
	11.004.827,55	11.735.749,52	0,00	195.000,00	687.296,32	15.396.680,00
MG	105.479.617,28		8.966.100,00		49.349.455,19	
	67.200.086,91	38.279.530,37	6.264.000,00	2.702.100,00	5.030.990,00	44.318.465,19
RJ	72.045.600,52		0,00		41.723.744,10	

UF	ASSIST. FARMACEUTICA		GESTÃO SUS		VIGILANCIA EM SAUDE	
	TOTAL		TOTAL		TOTAL	
	ESTADUAL	MUNICIPAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	ESTADUAL	MUNICIPAL
	19.599.244,82	52.446.355,70	0,00	0,00	618.400,00	41.105.344,10
SP	312.466.720,31		3.566.370,00		142.390.751,04	
	195.234.483,97	117.232.236,34	964.570,00	2.601.800,00	3.275.077,71	139.115.673,33
Sudeste	512.732.515,18		12.727.470,00		249.547.926,65	
	293.038.643,25	219.693.871,93	7.228.570,00	5.498.900,00	9.611.764,03	239.936.162,62
PR	63.666.619,33		1.226.400,00		40.142.954,66	
	52.782.877,14	10.883.742,19	0,00	1.226.400,00	0,00	40.142.954,66
RS	48.287.654,78		680.000,00		36.452.966,00	
	11.420.344,47	36.867.310,31	0,00	680.000,00	482.473,20	35.970.492,80
SC	40.967.088,11		1.580.334,72		28.724.903,11	
	19.665.496,35	21.301.591,76	727.934,72	852.400,00	3.960.212,00	24.764.691,11
Sul	152.921.362,22		3.486.734,72		105.320.823,77	
	83.868.717,96	69.052.644,26	727.934,72	2.758.800,00	4.442.685,20	100.878.138,57
DF	14.551.296,80		2.273.200,00		9.313.479,23	
	14.551.296,80	0,00	2.273.200,00	0,00	9.313.479,23	0,00
GO	34.400.368,93		3.090.150,00		37.006.337,56	
	13.195.649,01	21.204.719,92	0,00	3.090.150,00	809.413,70	36.196.923,86
MS	13.912.795,95		16.000,00		13.395.318,57	
	5.587.528,11	8.325.267,84	0,00	16.000,00	3.626.318,91	9.768.999,66
MT	14.882.125,85		1.052.663,20		23.513.292,17	
	3.634.875,96	11.247.249,89	807.663,20	245.000,00	778.037,50	22.735.254,67
Centro-Oeste	77.746.587,53		6.432.013,20		83.228.427,53	
	36.969.349,88	40.777.237,65	3.080.863,20	3.351.150,00	14.527.249,34	68.701.178,19
Brasil	1.073.598.601,00		43.980.166,41		819.147.796,40	
	515.184.400,40	558.414.200,60	18.158.824,76	25.821.341,65	80.673.790,51	738.474.005,89

Fonte: SIAFI/CAA/SPO/MS

2.2. Transferência a Estados e Municípios – Quadro Geral por Modalidade de Aplicação 30/31/40/41

Posição: AGOSTO FECHADO (Atualizado até 09.09.2015)

R\$ 1,00

Item Informação		DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
Modalidade Aplicação		Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)	Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)	Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)	Saldo Atual - R\$ (Item Inf.)
30	TRANSFER. A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	2.306.197.502,48	23.608.704,49	7.974.089,50	7.974.089,50
40	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS	3.685.290.234,51	184.124.538,56	74.840.686,54	74.820.619,54
TOTAL TRANSFERIDO POR CONVÊNIO/SIMILAR		5.991.487.736,99	207.733.243,05	82.814.776,04	82.794.709,04
31	TRANSFER. A ESTADOS E DF - FUNDO A FUNDO	16.107.688.939,41	13.331.971.422,18	11.034.735.594,05	10.942.657.438,49
41	TRANSFERENCIAS A MUNICIPIOS - FUNDO A FUNDO	50.517.654.649,34	35.300.917.286,59	30.253.530.424,90	29.802.577.465,59
TOTAL TRANSFERIDO FUNDO A FUNDO		66.625.343.588,75	48.632.888.708,77	41.288.266.018,95	40.745.234.904,08
TOTAL GERAL		72.616.831.325,74	48.840.621.951,82	41.371.080.794,99	40.828.029.613,12

Fonte: Siafi; SPO/SE/MS

2.3. Transferência a Estados – Empenhado por Modalidade de Aplicação 30/31/40/41

Posição: AGOSTO FECHADO (Atualizado até 09.09.2015)

Em R\$1,00

UF Beneficiada	30	31	40	41	TOTAL
AC	2.763.342,24	172.983.459,24	0,00	69.970.328,18	245.717.129,66
AL	665.074,01	184.256.370,08	0,00	742.354.165,43	927.275.609,52
AM	2.312.613,85	431.132.955,77	4.871.993,00	326.100.308,47	764.417.871,09
AP	0,00	67.477.856,85	1.964.384,26	97.878.396,81	167.320.637,92
BA	17.501,72	1.141.749.635,42	0,00	2.406.440.690,69	3.548.207.827,83
CE	328.164,84	275.273.267,80	18.709.957,06	1.917.843.075,05	2.212.154.464,75
DF	0,00	525.212.548,87	0,00	0,00	525.212.548,87
ES	0,00	458.342.745,73	1.777.009,54	428.812.192,61	888.931.947,88
GO	9.500.000,00	57.867.810,14	4.118.545,59	1.439.856.878,07	1.511.343.233,80
MA	0,00	297.310.158,84	11.486.660,66	1.161.806.455,13	1.470.603.274,63
MG	573.000,00	1.018.995.692,48	30.709.247,08	4.077.512.285,75	5.127.790.225,31
MS	188.096,00	89.078.775,30	417.387,00	655.198.724,39	744.882.982,69
MT	0,00	198.216.370,79	0,00	604.454.885,26	802.671.256,05
PA	65.691,93	126.238.675,35	24.091.544,47	1.379.054.082,17	1.529.449.993,92
PB	0,00	88.581.600,12	2.804.840,93	957.851.529,60	1.049.237.970,65
PE	899.772,06	876.329.768,55	0,00	1.787.333.013,66	2.664.562.554,27
PI	2.224.202,28	108.374.384,22	23.452.480,91	757.790.404,65	891.841.472,06
PR	180.669,76	921.294.952,27	6.701.024,30	1.926.487.642,64	2.854.664.288,97
RJ	1.552.271,80	505.586.026,93	10.696.145,01	3.212.069.326,65	3.729.903.770,39
RN	0,00	179.779.280,52	0,00	708.210.706,35	887.989.986,87
RO	1.576.800,00	162.633.699,93	3.012.000,40	257.056.430,27	424.278.930,60
RR	0,00	58.333.923,49	0,00	58.806.400,35	117.140.323,84
RS	0,00	774.098.923,56	3.846.885,31	1.896.064.652,53	2.674.010.461,40
SC	0,00	450.645.665,60	28.044.525,04	1.280.116.771,36	1.758.806.962,00
SE	0,00	123.020.144,54	5.800.630,70	463.813.382,63	592.634.157,87
SP	761.504,00	3.814.408.070,96	1.619.277,30	6.444.396.698,17	10.261.185.550,43
TO	0,00	224.748.658,83	0,00	243.637.859,72	468.386.518,55
Total:	23.608.704,49	13.331.971.422,18	184.124.538,56	35.300.917.286,59	48.840.621.951,82

Fonte: Siafi; SPO/SE/MS

2.4. Transferência a Estados – Liquidados por Modalidade de Aplicação 30/31/40/41

Posição: AGOSTO FECHADO (Atualizado até 09.09.2015)

Em R\$1,00

UF Beneficiada	30	31	40	41	TOTAL
AC	2.482.147,00	143.017.437,95	0,00	62.171.312,15	207.670.897,10
AL	665.074,01	153.607.049,45	0,00	638.953.094,64	793.225.218,10
AM	1.947.613,85	352.147.010,33	0,00	283.629.334,70	637.723.958,88
AP	0,00	55.187.345,60	412.233,39	82.883.777,03	138.483.356,02
BA	883,95	928.093.456,37	0,00	2.060.000.397,61	2.988.094.737,93
CE	0,00	225.351.119,82	9.966.197,28	1.647.417.668,31	1.882.734.985,41
DF	0,00	431.752.210,49	0,00	0,00	431.752.210,49
ES	0,00	377.007.660,80	0,00	353.514.618,45	730.522.279,25
GO	0,00	53.014.371,22	1.291.509,92	1.224.468.337,51	1.278.774.218,65
MA	0,00	226.556.974,48	6.306.228,37	1.022.249.401,60	1.255.112.604,45
MG	573.000,00	754.853.023,86	15.144.605,44	3.740.956.428,64	4.511.527.057,94
MS	3.197,00	74.241.953,41	0,00	553.787.288,50	628.032.438,91
MT	0,00	164.478.122,05	0,00	506.970.970,56	671.449.092,61
PA	65.691,93	117.472.849,60	11.727.809,19	1.163.863.077,38	1.293.129.428,10
PB	0,00	85.796.197,12	609.329,07	820.012.637,31	906.418.163,50
PE	50.000,00	747.734.598,51	0,00	1.497.166.212,58	2.244.950.811,09
PI	254.362,00	88.143.413,95	9.131.890,60	659.519.153,74	757.048.820,29
PR	180.669,76	789.645.595,52	2.311.127,68	1.653.339.547,04	2.445.476.940,00
RJ	0,00	415.184.554,18	5.268.495,32	2.740.525.209,59	3.160.978.259,09
RN	0,00	158.760.575,52	0,00	607.569.887,35	766.330.462,87
RO	1.576.800,00	134.449.934,39	0,00	217.548.213,44	353.574.947,83
RR	0,00	48.305.995,81	0,00	50.195.946,57	98.501.942,38
RS	0,00	632.429.761,19	1.075.680,00	1.644.044.776,46	2.277.550.217,65
SC	0,00	382.224.345,28	10.707.689,01	1.120.371.362,79	1.513.303.397,08
SE	0,00	106.073.341,56	20.067,00	395.613.826,01	501.707.234,57
SP	174.650,00	3.211.610.419,56	867.824,27	5.292.502.461,75	8.505.155.355,58
TO	0,00	177.596.276,03	0,00	214.255.483,19	391.851.759,22
Total:	7.974.089,50	11.034.735.594,05	74.840.686,54	30.253.530.424,90	41.371.080.794,99

Fonte: Siafi; SPO/SE/MS

3. Oferta e Produção de Serviços – Rede Própria e GHC

Produção Assistencial dos Hospitais Próprios e do Grupo Hospitalar Conceição – GHC – 2º Quadrimestre de 2015.

Período: Janeiro a Agosto de 2015.

PROCEDIMENTOS	HOSPITAL FEDERAL DO ANDARAÍ CNES: 2269384	MS HOSPITAL DE IPANEMA CNES: 2269775	MS HOSPITAL GERAL DE BONSUCESSO CNES: 2269880	MS HSE HOSPITAL FEDERAL DOS SERVIDORES DO ESTADO CNES: 2269988	MS HOSPITAL FEDERAL CARDOSO FONTES CNES: 2295423	MS HOSPITAL FEDERAL DA LAGOA CNES: 2273659
Internação	4.871	2.590	9.290	5.518	3.016	3.856
Consultas	51.018	50.285	109.813	173.408	86.623	117.052
Cirurgia	9.322	4.081	6.367	9.229	1.757	4.223
Partos	-	-	1.099	107	-	-
Exames Ambulatoriais	291.431	175.649	850.327	558.385	458.547	130.924
Outros Proced. Ambulatoriais	8.489	15.217	26.978	13.819	10.175	1.638

Período: GHC: Janeiro a Julho de 2015 / INSTITUTOS: Janeiro a Agosto de 2015

PROCEDIMENTOS	GRUPO HOSPITALAR CONCEIÇÃO - GHC CNES: 2237571; 2265052; 2265060; 2265079; 2265087; 7114893	INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA CNES: 2273276	INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA CNES: 2280132	INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA CNES: 2269821, 2273284, 2273454, 2273462 e 2273470
Internação	42.169	6.630	2.603	9.934
Consulta	1.159.152	140.198	41.987	199.850
Cirurgia	38.779	6.199	828	826.889
Partos	6.715	*	*	-
Exames Ambulatoriais	1.956.317	249.507	-	756.515
Outros Procedimentos Ambulatoriais	118.498	*	-	2.789.967

Legenda:

- Internação** - Produção SIH
Consultas - Subgrupo 0301 - Consultas/Atendimentos/Acompanhamentos - SIA
Cirurgia - Grupo 04 - Procedimentos Cirúrgicos - SIA e SIH
PARTO - Normal – SIH
03.10.01.001-2 ASSISTÊNCIA AO PARTO SEM DISTOCIA
03.10.01.003-9 - Parto Normal
03.10.01.004-7 - Parto Normal em Gestação de Alto Risco
03.10.01.005-5 - Parto Normal em Centro de Parto Normal (CPN)
- Cesária - SIH
04.11.01.002-6 - Parto Cesariano em Gestação de Alto Risco
04.11.01.003-4 - Parto Cesariano
04.11.01.004-2 - Parto Cesariano c/ Laqueadura Tubaria

Exames Ambulatoriais - Grupo 02 - Procedimentos com finalidade diagnóstica - SIA

Outros Procedimentos Ambulatoriais - atendimentos Ambulatoriais menos os itens Consultas e Exames Ambulatoriais

(-) Quantitativo não informado pela unidade.

(*) Unidade não realiza esse atendimento.

Fonte: Hospitais Próprios: NGI/CGA/DGH-RJ/SAS/MS – Extraído do SIA e SIH em dia 25/9/2015.

GHC: Base de Dados do SIASUS - Sistema de Informações Ambulatoriais e Hospitalar e SIHSUS – Sistema de Informações Hospitalares - Fornecido pelo DATASUS (tabulados pela CGSI em 21/09/2015).

NOTA 1: Todas as informações que constam neste relatório foram extraídas através dos sistemas de produção ambulatorial e hospitalar (SIA e SIH) do MS. Cabe ressaltar que tais informações estão sujeitas a alterações uma vez que o sistema permite que novos inputs de dados sejam lançados.

NOTA 2: As unidades hospitalares afiliadas ao GHC cuja produção é apresentada agregada são: UNIDADE HOSPITAL CONCEIÇÃO, UNIDADE VILA FLORESTA, UNIDADE DIVINA PROVIDÊNCIA, UNIDADE SESC, UNIDADE BARÃO DE BAJÉ, UNIDADE PARQUE DOS MAIAS, UNIDADE JARDIM LEOPOLDINA, UNIDADE JARDIM ITU, UNIDADE SANTÍSSIMA TRINDADE, UNIDADE NOSSA SENHORA APARECIDA, UNIDADE COIMA, UNIDADE COSTA E SILVA. A Unidade de pronto atendimento afiliada ao GHC é a UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO ZONA NORTE MOACYR SCLiar.

4. Indicadores (Resultado Cumulativo)

Denominação	Fórmula de Cálculo	Unidade de medida	Meta 2015	Índice Apurado 2015		Fonte	Observações
				1º Quadrimestre	2º Quadrimestre		
Quantidade de municípios definidos no "Programa Brasil sem Miséria" implantados com o Programa "Farmácia Popular"	Quantidade de municípios atendidos com farmácias ou drogarias do Programa Farmácia Popular	unidade	1.614	1.610	1.639	DAF/SCTIE	Em 2015, a expectativa é chegar ao acumulado de 1.614 municípios beneficiados com o programa implantado desde 2012.
Número absoluto de óbitos por dengue	Número de óbitos confirmados por dengue, em determinado espaço geográfico, no período considerado.	unidade	328	290	572	SINAN (SVS)	
Cobertura vacinal da tetravalente/pentavalente em menores de 1 ano	Nº de crianças menores de 1 ano vacinadas com a 3ª dose da tetravalente/pentavalente dividido pela População de menores de 1 ano x 100.	percentual	95	83,9	88,07	SI-PNI/ API/ Sinasc (SVS)	Dados preliminares de janeiro a julho. Ainda não há dados fechados de janeiro a agosto.
Número absoluto de casos de malária	Número absoluto de casos de malária na Região Amazônica	Unidade	145.500	29.749.	59.375	Sivep-Malária (SVS)	Janeiro a junho de 2015: 59.375 casos autóctones de malária na região Amazônica.
Percentual de óbitos maternos e de mulheres em idade fértil (MIF) investigados	Total de óbitos maternos e de mulheres em idade fértil (MIF) por causas presumíveis de morte materna investigados na região/ total de óbitos maternos e de MIF x 100	percentual	85	78,1	83,7	SIM (SVS)	
Número de amostras de água analisadas para o parâmetro coliforme total	Número de amostras de água examinadas para o parâmetro coliformes totais realizadas pela vigilância	unidade	70% - 510.711 análises	10,2% - 74.687 análises	27,7% - 202.005 análises	Sisagua (SVS)	
Número de portadores de Hepatites Virais C com indicação de tratamento, recebendo medicamento	Número absoluto de portadores de Hepatites Virais C com indicação de tratamento, recebendo medicamento	unidade	15.000	11.216*	11.216	SVS	Trata-se de indicador não cumulativo cuja estimativa é realizada a partir dos dados de consumo médio mensal (CMM) dos medicamentos enviados pelos estados ao Departamento de Assistência Farmacêutica (DAF/SCTIE) e repassada ao

Denominação	Fórmula de Cálculo	Unidade de medida	Meta 2015	Índice Apurado 2015		Fonte	Observações
				1º Quadrimestre	2º Quadrimestre		
							Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais (DDAHV/SVS). Relatórios trimestrais elaborados pelo DAF identificaram o nº de pacientes que receberam medicamentos, a saber: (*)14.861 - Dados referentes ao primeiro trimestre de 2015 (Janeiro, fevereiro, março) – Considerar como 1º Quadrimestre; 11.216 - Dados referentes ao segundo trimestre de 2015 (Abril, maio, junho) – Considerar como 2º Quadrimestre.
Índice de Risco Sanitário em Portos, Aeroportos e Fronteiras	Riscos identificados em fiscalizações dividido pelos Riscos aplicáveis nas mesmas fiscalizações, multiplicado por 100.	Percentual	9%	6,84%	6,91	Sistema Sagarana - software Risk Manager (Anvisa)	Os riscos das instalações e prestadores de serviço de interesse sanitário analisados até 31/08/2015 estavam dentro da meta. Destaca-se que a meta faz parte da avaliação de desempenho dos coordenadores estaduais. No período a Anvisa realizou curso à distância de vigilância sanitária em Portos e Aeroportos com 120 horas para 341 fiscais.
Total de unidades farmacêuticas produzidas (Fiocruz)	Total de unidades farmacêuticas produzidas no ano	unidade	270.000.000	-	135.884.332	Fiocruz	
Pacientes atendidos em atenção de referência pelos hospitais da Fiocruz ¹	Somatório do atendimento nas unidades de atenção por público alvo	unidade	84.640	-	37.186	Fiocruz	

¹ Hospitais da Fiocruz que são referências nas áreas de saúde da mulher e da criança (Instituto Nacional de Saúde da Mulher e da Criança) e de doenças infecciosas (Instituto de Pesquisa Clínica Evandro Chagas).

Denominação	Fórmula de Cálculo	Unidade de medida	Meta 2015	Índice Apurado 2015		Fonte	Observações
				1º Quadrimestre	2º Quadrimestre		
Exame laboratorial realizado ² pelas unidades da Fiocruz	Total de Exames laboratoriais de referência realizado no período	unidade	244.820	-	80.359	Fiocruz	
Cobertura populacional estimada pelas equipes de atenção básica	Nº de ESF + Nº de ESF equivalente) X 3.000 em determinado local e período/Pop. no mesmo local e período X 100	%	A previsão de cobertura para 2015 está sendo estimada	70,79	72,76	DAB/SAS	
Cobertura populacional estimada pelas equipes básicas de Saúde Bucal	Soma da carga horária dos cirurgiões dentistas/40 X 3.000 em determinado local e período/População no mesmo local e período.	%	A previsão de cobertura para 2015 está sendo estimada	52,69	52,82	DAB/SAS	
Cobertura de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS)	(Nº CAPS I X 0,5) + (nº CAPS II) + (Nº CAPSi) + (Nº CAPS III X 1,5) + (Nº CAPS ad) + (Nº CAPS ad III X 1,5)/População x 100.000	Taxa (/100.000)	A previsão de cobertura para 2015 está sendo estimada	0,92	0,93	Coordenação Geral de Saúde Mental/SAS/MS	Base populacional IBGE 2010: 190.732.694 habitantes.

² A Fiocruz possui 50 laboratórios e departamentos considerados centros de referência nacional ou internacional por instituições brasileiras e estrangeiras.

5. Resultados Qualitativos das Diretrizes da PAS – 2º Quadrimestre/2015

Diretriz 1 - Garantir acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e a atenção especializada.

Uma das prioridades na implementação dessa diretriz será a ampliação do acesso e da qualidade da atenção primária por meio da elevação da quantidade das equipes de saúde da família e de saúde bucal. Ainda nesse nível de atenção, as prioridades estão voltadas para a adequação da infraestrutura das unidades básicas, aprimoramento dos parâmetros de qualidade e a expansão e qualificação do sistema. Com relação à atenção especializada, será privilegiada a organização dos serviços em redes, nas quais deverão ser qualificados o acolhimento e a humanização das práticas.

Resultados da PAS 2015

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan - ago)	Ação Orçamentária PLOA 2015
1. Ampliar a área física e/ou reformar 23 mil unidades básicas de saúde (UBS)	Nova UBS com obra de ampliada/ reformada concluída	4.368 (1.805 ampliadas; 2.563 reformadas)	1.204 reformas e 1.296 ampliações concluídas (1.257 PAC e 39 Não PAC), totalizando 2.500 reformas e ampliações concluídas no ano.	2015.12L5 - Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde - UBS 2015.8577 – Piso de Atenção Básica Fixo (PO 0003)
2. Implantar 3.358 unidades básicas de saúde (UBS), passando de 36.892 UBS em 2011 para 40.250 até 2015	Nova UBS com obra de construção concluída	5.318	Foram 1.016 construções concluídas no ano (762 PAC e 254 não PAC)	
3. Ampliar em 33,6 mil o número de agentes comunitários de saúde, passando de 250,6 mil agentes em dezembro de 2011 para 284,2 mil até 2015.	ACS implantado	1.831	ACS dez/14 = 265.698 ACS abr/15 = 264.732 ACS jul/15 = 265.524 Diferença abr/jul = 792	2015.20AD - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família
4. Ampliar em 8,1 mil o número de Equipes da Estratégia Saúde da Família, passando de 32,3 mil equipes em dezembro de 2011 para 40,4 mil em 2015.	Equipe implantada	1.431	ESF dez/14 = 39.288 ESF abr/15 = 38.392 ESF jul/15 = 39.686 Diferença abr/jul = 1.294	
5. Ampliar em 3,5 mil o número de equipes de saúde bucal, passando de 21,4 mil equipes em dezembro de 2011 para 24,9 mil até 2015.	ESB implantada	1.000	ESB dez/14 = 24.279 ESB abr/15 = 23.820 ESB jul/15 = 24.444 Diferença abr/jul = 624	

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan - ago)	Ação Orçamentária PLOA 2015
6. Alocar até 13 mil médicos brasileiros e estrangeiros em regiões prioritárias para o SUS, por meio do Programa Mais Médicos.	Médico alocado no âmbito de Programa Mais Médicos	Meta alcançada	Meta alcançada. Atualmente são 18.240 participantes no Programa Mais Médicos.	2015.20AD - Piso de Atenção Básica Variável Saúde da Família (Mais Médicos)
7. Promover a adesão de 78% dos municípios brasileiros ao Programa Saúde na Escola até 2015.	Percentual de municípios com adesão ao Programa "Saúde na Escola"	87%	85,94% de adesão dos municípios	2015.20AD - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família
8. Implantar 1.400 equipes de atenção domiciliar até 2015.	Equipe de atenção à saúde domiciliar implantada	360 (240 EMAD e 120 EMAP)	36 EMAD e 21 EMAP	
9. Implantar 416 Centros de Especialidades Odontológicas, passando de 882 em dezembro de 2011 para 1.298 em 2015.	CEO implantado	100	Entre abril e agosto de 2015 não houve novas implantações de CEO	2015.8730 - Ampliação da Resolutividade da Saúde Bucal na Atenção Básica e Especializada
10. Qualificar 35 novos serviços de saúde no sistema prisional.	Serviço qualificado	Meta alcançada	-	-
11. Requalificar 235 serviços de saúde existentes no sistema prisional.	Serviço requalificado	186	34 serviços requalificados.	2015.20B1 - Serviços de Atenção à Saúde da População do Sistema Penitenciário Nacional
12. Aumentar em 10% ao ano o número de transplantes de órgãos sólidos e não sólidos realizados, passando de 21.000 para 30.800.	Transplante de órgãos sólidos e não sólidos realizado	24.000	Foram realizados 12.284 transplantes no primeiro semestre.	2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade
13. Ampliação do tratamento do câncer, com incremento de 25% das cirurgias oncológicas e de 5% dos procedimentos quimioterápicos no Brasil, até 2015.	Ampliação de cirurgias oncológicas e procedimentos quimioterápicos (%)	10% das cirurgias e 5% dos procedimentos quimioterápicos	De janeiro a julho foram realizadas 151.370 cirurgias oncológicas e 1.651.680 procedimentos quimioterápicos.	2015.8758 - Aperfeiçoamento, Avaliação e Desenvolvimento de Ações e Serviços Especializados em Oncologia – INCA
14. Implantar, em todas as 27 unidades da federação do país, a Política de Atenção às Pessoas com Doença Falciforme e outras Hemoglobinopatias.	UF com Política implantada	Meta alcançada	-	-
15. Concluir o novo complexo integrado do Instituto Nacional de Câncer.	Complexo Implantado (%)	14%	6,80%	2015.125H - Implantação do Complexo Integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCA

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan - ago)	Ação Orçamentária PLOA 2015
16. Implantar 187 Centrais de Regulação.	Central de Regulação implantada	43	13 Centrais de Regulação implantadas no ano, totalizando 155 Centrais implantadas.	2015.8721 - Implementação da Regulação, Controle e Avaliação da Atenção à Saúde
17. Implantar 1 unidade de Monitoramento Externo de Qualidade - MEQ dos exames citopatológicos em cada uma das 27 UF, até 2015.	Unidade MEQ implantada	8	Foram habilitados laboratórios para realização de MEQ em 18 UF	2015.20R4 - Apoio à Implementação da Rede Cegonha
18. Implantar o Plano de Expansão da Radioterapia, que contempla 80 serviços, sendo 39 ampliações de serviços já habilitados e 41 novos serviços, até 2015.	Serviço implantado / ampliado	37 ampliações	Até o momento, foram iniciadas 03 obras de ampliação. A previsão é de, até o final de 2015, concluir a primeira obra.	2015.8585 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde (PO 0001)

Informações Adicionais

As inscrições para a terceira chamada do edital 2015 do Programa Mais Médicos começaram em março. Nesta etapa, 930 oportunidades foram disponibilizadas em 530 municípios e 10 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs). Ao todo, 4.362 candidatos puderam optar entre as cidades disponíveis. Os profissionais inscritos nesta chamada tiveram até o dia 27 de março para se apresentar aos municípios com documentação exigida em edital para começarem a atuar nos municípios a partir do dia 6 de abril. O sétimo ciclo do Projeto Mais Médicos para o Brasil teve início em 10 de julho de 2015. Nesta etapa, 276 oportunidades foram disponibilizadas em 200 municípios. Ao todo, 859 candidatos puderam optar entre as cidades disponíveis. Os profissionais inscritos nesta chamada tiveram até o dia 1º de setembro iniciar suas atividades nos municípios.

Lançado, em março de 2015, o primeiro volume da publicação “Protocolos de encaminhamentos da atenção básica para a atenção especializada”, voltado à Endocrinologia e Nefrologia. A publicação destaca aspectos presentes no processo de encaminhamento de usuários para outros serviços especializados, abordados sob a forma de protocolos, que visam a aumentar a capacidade clínica e de cuidado das equipes de Atenção Básica e da articulação desta com outros pontos da rede de saúde. Tais protocolos deverão, ainda, fortalecer práticas de microrregulação nas unidades básicas de saúde (UBS). Mais do que isso, propiciam a comunicação entre UBS, centrais de regulação e serviços especializados, como a pactuação de fluxos e protocolos, apoio matricial presencial e/ou à distância.

Entre os dias 25 e 27 de março, ocorreu em Brasília, o V Fórum Nacional de Gestão da Atenção Básica, tendo como tema "Atenção Básica mais acessível, cuidadora e resolutiva". O evento reuniu convidados da gestão da Atenção Básica dos estados e capitais, departamentos do Ministério da Saúde, Conselhos de Saúde e Universidades parceiras. A programação do V Fórum Nacional de Gestão da Atenção Básica seguiu com mesas redondas e grupos de trabalho que abordaram movimentos possíveis a partir dos resultados do PMAQ, passos e estratégias para a implantação do e-SUS AB, além da temática central do evento, abrindo diálogo e escuta qualificada sobre os temas em debate.

O número de agentes comunitários de saúde, equipes de saúde da família e equipes de saúde bucal apurado no Relatório Quadrimestral de Prestação de Contas, refere-se ao número de equipes implantadas/em funcionamento, que equivale às equipes cadastradas no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), em situação regular de funcionamento.

Essas equipes têm seu funcionamento monitorado periodicamente através do acompanhamento de seu cadastro no CNES, e também, dos sistemas de informação da atenção básica- SIAB e e-SUS AB. Além do acompanhamento feito via sistemas de informação, o Ministério da Saúde também acompanha as condições de funcionamento das equipes, através da verificação de situações sinalizadas por denúncias provenientes de órgãos de controle externo e outros atores. Tais denúncias são apuradas através de articulação com Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, e se as irregularidades são atestadas, ocorre a suspensão das equipes, tal como previsto nesse trecho da Política Nacional de Atenção Básica (Portaria 2.488/2011), que menciona também a suspensão realizada quando não ocorre a alimentação regular dos sistemas de informação da atenção básica:

“Sobre a suspensão do repasse dos recursos referentes ao item D” (implantação de estratégias e programas prioritários – PAB-Variável)

O Ministério da Saúde suspenderá os repasses dos incentivos referentes às equipes e aos serviços citados acima, nos casos em que forem constatadas, por meio do monitoramento e/ou da supervisão direta do Ministério da Saúde ou da Secretaria Estadual de Saúde ou por auditoria do DENASUS ou dos órgãos de controle competentes, qualquer uma das seguintes situações:

- I - inexistência de unidade básica de saúde cadastrada para o trabalho das equipes e/ou;
- II - ausência, por um período superior a 60 dias, de qualquer um dos profissionais que compõem as equipes descritas no item D, com exceção dos períodos em que a contratação de profissionais esteja impedida por legislação específica, e/ou;
- III - descumprimento da carga horária mínima prevista para os profissionais das equipes; e
- IV - ausência de alimentação de dados no Sistema de Informação definidos pelo Ministério da saúde que comprovem o início de suas atividades.

Com isso, as equipes de agentes comunitários de saúde, de saúde da família e de saúde bucal, são suspensas mediante observação de irregularidades e/ou ausência de informações das equipes nos sistemas de informações da atenção básica.

Tais suspensões geram decréscimo no número de equipes regulares, mas, mediante notificação dada aos gestores e implementação- pelos mesmos- de medidas corretivas das irregularidades observadas, as equipes têm seu funcionamento regularizado. É concedido também a todos os gestores a possibilidade de solicitar recursos retroativos e justificar as eventuais irregularidades.

Portanto, em dezembro de 2014, os números apurados para agentes comunitários de saúde, equipes de saúde da família e equipes de saúde bucal eram, respectivamente, 265.698, 39.228 e 24.279. Como exemplo das medidas adotadas mediante verificação de irregularidades de funcionamento das equipes, em maio desse ano foi publicada Portaria de suspensão de equipes- Portaria Nº 586, de 20 de Maio de 2015- que não alimentaram os sistemas de informação da atenção básica por três competências consecutivas. Somente por essa irregularidade, registrou-se a suspensão de 893 equipes de saúde da família e 482 equipes de saúde bucal.

Tais aspectos justificam o decréscimo observado no número absoluto de equipes, ainda que se possa ressaltar que, todas as medidas de suspensão, são acompanhadas de intervenções de apoio às gestões estadual e municipal, para que os problemas encontrados sejam contornados, e as equipes voltem a entrar em funcionamento normal, visando o atendimento de toda população brasileira. Por essa razão, o decréscimo observado é de natureza reversível e pode ser compreendido como temporário.

O Brasil aumentou o número de doadores efetivos de transplantes, tanto em números absolutos quanto na taxa por milhão da população (pmp). Até o fim de junho de 2015 foram notificados 4.706 potenciais doadores, que resultaram em 1.338 doadores efetivos de órgãos.

O quantitativo total de transplantes realizados no primeiro semestre de 2015 foi de 12.284. No mesmo período foram 3.666 transplantes de órgãos sólidos e 1.338 doadores efetivos. Os únicos estados com a lista de córnea zeradas em junho de 2015 foram Pernambuco e Rio Grande do Sul. Vale ressaltar que foram realizados 1.382 transplantes em julho de 2015, 435 transplantes de órgãos sólidos e 182 doadores efetivos.

O Lançamento da Campanha Nacional de Incentivo à Doação de Órgãos ocorrerá em 24 de setembro. Na ocasião haverá o lançamento do novo sistema informatizado que gerenciará

todo processo de doação e transplantes de órgãos e tecidos em substituição ao atual. O “*e-SNT*” proporcionará um suporte mais eficaz aos objetivos traçados e as metas estabelecidas pelo Governo Federal, além de estar alinhado com a nova regulamentação e promover maior transparência aos processos de doação e transplante no país.

Houve também a alteração da redação do Decreto nº. 2.268/1997 que regulamenta a Lei nº. 9.434/1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante.

Principais atualizações do Decreto:

- atualizar a regulamentação da Lei 9.434/1997 frente às alterações legislativas posteriores, em especial, a Lei 10.211, de 23 de março de 2001, que modificou, entre outros dispositivos, o artigo 4º, que trata da doação consentida.

- retirada da exigência do médico especialista em neurologia para realizar o diagnóstico da morte encefálica.

- inclui também o (a) companheiro (a) como autorizador (a) da doação, pois, atualmente, são equiparados à condição de esposo/esposa para efeitos civis.

Diretriz 2 - Aprimorar a rede de urgência e emergência, com expansão e adequação de UPAs, SAMU, PS e centrais de regulação, articulando-a com outras redes de atenção.

A Rede de Urgência e Emergência (RUE) envolve a atenção à saúde em todos os níveis de complexidade. A abrangência dos serviços em caráter de urgência e emergência torna necessária a qualificação das unidades de atendimento que operam com essa finalidade. O espectro de serviços abrange desde o contato inicial em situação de urgência e emergência, os cuidados necessários e o encaminhamento para a continuidade do tratamento, quando prescrito.

Um dos componentes mais importantes da RUE é o Serviço Móvel de Urgências e Emergências (Samu), com as unidades de Suporte Avançado e Suporte Básico de Vida, portadoras de conformações adequadas a cada situação de saúde e atendimento de acordo com o encaminhamento das Centrais de Regulação Médica. Para que seja comprovada a efetividade do atendimento, além da ampliação da cobertura pelo SAMU e pelas UPAS, é necessária a qualificação das unidades de prontos socorros, principais portas de entrada para as urgências. Essa qualificação constitui-se na base de operacionalização dessa diretriz. Essa rede será organizada de modo a ampliar o acesso humanizado, integral, ágil e oportuno aos usuários em situação de urgências nos serviços de saúde.

Resultados da PAS 2015

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan- Ago)	Ação Orçamentária PLOA 2015
1. Adquirir 2.160 ambulâncias até 2015	Ambulância adquirida	500 ³	106	2015.8933 - Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Hospitalar (PO 0005)
2. Implantar ou expandir 64 novas centrais de regulação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), até 2015	Central de Regulação do SAMU implantada/ expandida	8	3 centrais de regulação implantadas	2015.8933 - Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Hospitalar
3. Estruturar 231 unidades de atenção especializada dentro das Redes de Urgência e Emergência até 2015	Unidade de atenção especializada estruturada	Meta alcançada	Até setembro de 2015, foram publicadas mais 03 unidades que começaram a receber incentivo de custeio, totalizando 281 até o momento.	-

³ 2.351 novas unidades foram adquiridas de 2012 a 2014, sendo 421 novas ambulâncias entregues no em 2014. Para 2015, há expectativa de aquisição de mais 500 unidades.

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan- Ago)	Ação Orçamentária PLOA 2015
4. Implantar 2.163 leitos hospitalares (leitos de UTI, UCI, UTI neonatal, leitos clínicos de retaguarda, leitos de reabilitação) dentro das Redes de Urgência e Emergência até 2015 ⁴	Leito hospitalar implantado	540	191	2015.8933 - Serviços de Atenção às Urgências e Emergências na Rede Hospitalar
5. Implantar 500 unidades de pronto atendimento, passando de 596 em 2011 para 1.096 até 2015	UPA em funcionamento	110	10 novas UPAs implantadas e em funcionamento	2015.12L4 - Implantação, Construção e Ampliação de Unidades de Pronto Atendimento - UPA

⁴ Após a avaliação do PPA de 2013 foram considerados apenas os leitos habilitados de UTI (adulto, pediátrico e neonatal), excluindo os leitos clínicos de retaguarda, os quais são leitos para complementar o atendimento às Portas de Entrada Hospitalares de Urgências, os quais dependem da disponibilização de leitos das instituições hospitalares, públicas ou privadas, por meio da organização de suas enfermarias clínicas, para estarem aptas a receber custeio diferenciado (Art. 12, da Portaria nº 2.395, de 11 de outubro de 2011).

Informações Adicionais

A partir de abril de 2015, com o objetivo de informatizar, padronizar e dar maior agilidade aos processos de solicitação de habilitação de UTI, estes deverão ser solicitados por meio do Sistema de Apoio a Implementação de Políticas de Saúde (SAIPS).

O sistema SAIPS foi instituído pela Portaria SAS/MS Nº 281 GM/MS, de 27/02/2014. Após a publicação da portaria mencionada, foram capacitadas as equipes e desenvolvidos os requisitos específicos de cada área técnica. Atualmente já foi finalizada a construção do sistema e capacitação da equipe para atender aos pedidos de habilitação de UTI.

Assim, toda a documentação necessária à habilitação de UTI deverá ser enviada pelo SAIPS, e a documentação física armazenada no próprio município, conforme Portaria nº 1.954, de 06/09/2013.

O sítio para acessar o SAIPS é <http://saips.saude.gov.br>. Antes de cadastrar a proposta para solicitação de habilitação, é importante os solicitantes lerem o manual disponível no link <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/585-sas-raiz/saips/11-saips/10617-manuais>. Neste link há manuais que orientam o cadastro do gestor e a forma como os documentos solicitados devem ser inseridos.

O SAIPS está sendo utilizado para habilitação em custeio de UPA e SAMU (custeio e incentivos). Ainda não foi implantada a possibilidade de solicitação de habilitação de leito de UTI pelo sistema.

As metas para o segundo quadrimestre referente ao SAMU 192 consistem em duas frentes; as habilitações e qualificações dos serviços e aquisição de unidades móveis para suprir as necessidades das centrais de regulação.

Sobre as habilitações houve o acréscimo de mais 03 centrais de regulação no período, juntamente com outras unidades móveis. Ainda há processos aguardando publicação de portaria, existindo, assim, um potencial de aumento do referido quantitativo até final do ano de 2015.

No concernente à aquisição de ambulâncias, no primeiro quadrimestre foram adquiridas 106. No segundo quadrimestre não houve aumento do quantitativo de ambulâncias adquiridas, no entanto, existem dois processos para aquisição em trâmite, objetivando 323 novas aquisições (146 + 177).

Em relação às UPAs, foram realizadas visitas em todas as UPA que estão com “status” de obras concluídas, mas que ainda não entraram em funcionamento. As principais dificuldades apontadas nas visitas, que explicam o baixo número de unidades em funcionamento são a insuficiência de recursos locais para a aquisição de equipamentos, para o custeio da UPA e para a contratação de recursos humanos, além de pendências no projeto original necessitando de adequações após a conclusão.

Diretriz 3 - Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança e implementar a Rede Cegonha, com especial atenção às áreas e populações de maior vulnerabilidade.

A implementação dessa diretriz organiza-se a partir do desenvolvimento da “Rede Cegonha” (estratégia de qualificação da atenção obstétrica e infantil), por intermédio de um conjunto amplo de medidas voltadas a garantir: (i) acolhimento, ampliação do acesso e qualidade do pré natal; (ii) vinculação da gestante à unidade de referência e ao transporte seguro; (iii) boas práticas e segurança na atenção ao parto e nascimento; (iv) atenção à saúde das crianças de zero a 24 meses, com qualidade e resolubilidade; e (v) ampliação do acesso ao planejamento reprodutivo.

Há também ênfase ao tratamento oncológico, por meio de incentivos à renovação dos equipamentos de alta voltagem, da implementação de centros de diagnóstico do câncer de colo de útero e unidade de diagnóstico do câncer de mama, além da qualificação desses pontos de atenção para aprimoramento dos exames realizados.

Resultados da PAS 2015

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan – Ago)	Ação Orçamentária PLOA 2015
1. Adequar a ambiência de 120 maternidades (reforma, aquisição de equipamentos e materiais) para a atenção humanizada ao parto e nascimento.	Maternidade com ambiência adequada	50	156 propostas de obras de ambiência vigentes (40 ampliações e 116 reformas). Deste total, 10 obras concluídas, e 28 obras em andamento. (Dados cumulativos do ano de 2015).	2015.20R4 - Apoio à Implementação da Rede Cegonha
2. Habilitar 276 serviços como Maternidade para Atenção à Gestação de Alto Risco, passando de 197 serviços em 2012 para 473 até 2015.	Serviço habilitado	60	Em 2015, até agosto, foram habilitados 21 serviços.	2015.20R4 - Apoio à Implementação da Rede Cegonha
3. Ampliar em 684 o número de leitos de unidade de terapia intensiva neonatal, passando de 3.775 leitos em 2011 para 4.459 até 2015	Leito de UTI neonatal implantado	226	Em 2015, até agosto, foram implantados 52 Leitos de UTI neonatal.	
4. Implantar 20 novas Casas de Gestante, Bebê e Puérpera (CGBP), passando de 36 casas em 2011 para 56 até 2015.	CGBP implantada	7	57 propostas de obras de CGBP vigentes (45 ampliações e 12 reformas) até agosto de 2015. Deste total, 10 obras em andamento, nenhuma implantada. (Dados cumulativos do ano de 2015)	2015.20R4 - Apoio à Implementação da Rede Cegonha
5. Implantar 30 novos Centros de Parto Normal, passando de 35 para 65 até 2015.	Centro de parto normal implantado	14	101 propostas de obras de CPN vigentes (65 ampliações e 36 reformas). Deste total, 22 obras	

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan – Ago)	Ação Orçamentária PLOA 2015
			em andamento, 03 implantadas. (Dados cumulativos do ano de 2015)	
6. Capacitar 1.300 parteiras tradicionais até 2015.	Parteira capacitada	120	Em 2015, até agosto, 856 parteiras tradicionais foram qualificadas.	2015.8762 - Implementação de Ações e Serviços às Populações em Localidades Estratégicas e Vulneráveis de Agravo
7. Custear 3.141 leitos adicionais de unidades de cuidado intermediário neonatal (UCI), passando de 349 leitos custeados em 2011 para 3.490 até 2015.	Leito adicional de UCI custeado	1.436	Em 2015, até agosto, 256 leitos UCIN novos foram custeados.	2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade
8. Realizar 12 milhões de mamografias, na faixa etária de 50 a 69 anos, entre os anos de 2012 a 2015.	Mamografia realizada	5.058.997	De janeiro a julho de 2015 foram realizadas 1.279.114 mamografias para rastreamento em mulheres de 50 a 69 anos.	2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade
9. Realizar 36 milhões de exames de citopatologia, na faixa etária de 25 a 64 anos, entre os anos de 2012 a 2015.	Exame citopatológico realizado	10.953.072	De janeiro a julho de 2015 foram realizados 3.722.730 exames citopatológicos em mulheres de 25 a 64 anos.	
10. Garantir a oferta do teste de eletroforese para as gestantes usuárias do SUS em 100% dos municípios brasileiros, de acordo com o protocolo de pré-natal proposto pela Rede Cegonha.	Percentual de municípios com teste disponibilizado	60%	5.488 (98%) municípios com repasse de incentivos para novos exames de pré-natal, que inclui a eletroforese de hemoglobina.	2015.8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde
11. Garantir a oferta de teste rápido da sífilis para 100% das gestantes usuárias do SUS, de acordo com o protocolo de pré-natal proposto pela Rede Cegonha.	Percentual de gestantes com teste realizado	50%	Até agosto, foram realizados 98.359 testes rápidos de sífilis.	2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade
12. Implantar 50 serviços de referência para o diagnóstico do câncer de mama, até 2015.	Serviço de referência implantado	45	Até agosto, 01 (um) serviço iniciou o funcionamento como unidade de referência para o diagnóstico do câncer de mama.	2015.8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde
13. Implantar 20 serviços para ampliação do acesso à confirmação diagnóstica e tratamento de lesões precursoras de câncer de colo de útero, até 2015.	Serviço de diagnóstico e tratamento de lesões precursoras implantado	6	Não houve implantação em 2015, até o mês de agosto.	
14. 3.034 municípios realizando suplementação de megadoses de vitamina A para crianças de 6 a 59 meses de idade.	Município realizando suplementação	3.034	Participam atualmente do programa 3.325 municípios, além dos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI). Até o mês de	2015.8735 - Alimentação e Nutrição para a Saúde

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan – Ago)	Ação Orçamentária PLOA 2015
			agosto/2015, 2.589 municípios informaram a administração de vitamina A no sistema de gestão do programa (77,8%).	
15. 60% das Equipes de Atenção Básica referindo disponibilidade de sulfato ferroso na UBS para prevenção de anemia em crianças menores de 2 anos.	Equipe de Atenção Básica referindo disponibilidade de sulfato ferroso nas UBS (%)	60%	29.696 equipes respondentes do PMAQ – 2º ciclo - localizadas em 23.584 UBS, 68,3% das UBS tinha disponibilidade de sulfato ferroso e 63,0% das equipes informaram possuir sulfato ferroso na UBS em quantidade suficiente para as suas ações.	
16. Ampliar a investigação de óbitos infantis e fetais, passando de 24% em 2010 para 70% até 2015.	Proporção de óbitos infantis e fetais investigados	70	69,5% dos Óbitos infantis ocorridos em 2014 foram investigados.	2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 000A)
17. Ampliar a investigação dos óbitos maternos para 85% até 2015.	Proporção de óbitos maternos investigados	85	85% dos Óbitos maternos ocorridos em 2014 foram investigados.	
18. Ampliar a investigação dos óbitos de mulheres em idade fértil (MIF) para, no mínimo, 85% até 2015.	Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (MIF) investigados	85	83,7% dos Óbitos de mulheres em idade fértil ocorridos em 2014 foram investigados.	

Informações Adicionais

A estratégia Rede Cegonha contou com vários avanços no período 2011 a 2015. Todos os Estados já aderiram à Rede Cegonha, contemplando 5.488 Municípios, beneficiando mais de 2,5 milhões de gestantes. Mais de 50% das regiões de saúde do País já elaboraram os Planos de Ação Regional (PAR), 11 estados se encontram com 100% das Regiões de Saúde com PAR.

Até 2015 foram criados 2.744 novos leitos neonatais, sendo 1.089 Unidades de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN) e 1.655 Unidades de Cuidados Intensivos Neonatal (UCIN), e 4.718 leitos receberam custeio para qualificação do cuidado neonatal (2.499 UTIN e 2.219 UCIN).

Como parte das ações em comemoração ao Dia Mundial de Doação de Leite Humano, o Ministério da Saúde lançou, dia 20 de maio, campanha nacional para incentivar a doação, que tem como tema "Seja doadora de leite materno e faça a diferença na vida de muitas crianças".

No âmbito da Saúde da Criança, 17 serviços foram habilitados na Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC).

Diretriz 4 - Fortalecer a rede de saúde mental, com ênfase no enfrentamento da dependência de Crack e outras drogas.

O modelo adotado para essa linha de atuação busca garantir a atenção à saúde e a livre circulação das pessoas com transtornos mentais. Para dar suporte a essa proposição o SUS conta com uma rede de serviços e equipamentos variados tais como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), os Centros de Convivência e Cultura e os leitos de atenção integral (em Hospitais Gerais, nos CAPS III).

O fortalecimento dessa rede compreende o apoio financeiro à ampliação do acesso e a qualificação do tratamento a usuários e dependentes de álcool, crack e outras drogas, bem como o atendimento de seus familiares. Entre as estratégias, é fundamental o custeio dos consultórios na rua, incluindo a expansão dessas unidades, com a incorporação de equipes multidisciplinares volantes para o atendimento às pessoas em situação de rua, com desenvolvimento de ações de prevenção, redução de danos, promoção e cuidados básicos em saúde.

Resultados da PAS 2015

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Ago)	Ação Orçamentária PLOA 2015
1. Ampliar em 2.400 o número de beneficiários do Programa de Volta para Casa, passando de 3.786 em 2011 para 6.186 até 2015.	Novo beneficiado com o Programa "De Volta para Casa"	95	Em 2015 até agosto, foram alcançados 29 novos beneficiários, totalizando 4.378 beneficiários.	2015.20AI - Auxílio-Reabilitação Psicossocial aos Egressos de Longas Internações Psiquiátricas no Sistema Único de Saúde (De Volta Pra Casa)
2. Implantar e implementar 3.600 leitos de atenção integral de saúde mental em hospitais gerais até 2015.	Leito implantado / qualificado	270	Até agosto de 2015 estavam habilitados 878 leitos de atenção integral de saúde mental em hospitais gerais.	2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade
3. Implantar e implementar 640 Centros de Atenção Psicossocial - CAPS (CAPS I, CAPS II, CAPS III, CAPSi e CAPSad), passando de 1.650 em 2011 para 2.290 até 2015.	CAPS implantado/ implementado	120	Em 2015, até julho, foram implantados 28 novos CAPS.	2015.20B0 - Atenção Especializada em Saúde Mental
4. Implantar e implementar 641 Unidades de Acolhimento até 2015.	UA implantadas/ implementadas	70	Não houve implantações de UA de abril a agosto de 2015.	
5. Implantar 179 Consultórios na Rua, com atendimento direcionado à população em situação de rua até 2015.	Consultório na Rua implantado	162	Em 2015, até Agosto, foram implantados 15 consultórios na rua.	2015.20AD - Piso de Atenção Básica Variável - Saúde da Família

Informações Adicionais

Até agosto de 2015 foram destinados recursos financeiros para o custeio e a manutenção das ações de atenção psicossocial realizadas em 2.241 CAPS, com ênfase nos serviços de funcionamento 24 horas (CAPS III e CAPS AD III). Também foram financiados, pelo Governo Federal, 878 leitos de saúde mental em Hospitais Gerais de Estados, Municípios e Distrito Federal, com o repasse anual de cerca de R\$ 67 mil por leito por ano. Além dos leitos, estão habilitadas 34 Unidades de Acolhimento para residência temporária (de até seis meses) para adultos, crianças e adolescentes com problemas relacionados às drogas. O processo de retorno à comunidade de antigos moradores de manicômios foi reforçado com o funcionamento de 639 serviços residenciais terapêuticos em todo o país, além do aumento da rede CAPS já mencionado.

Como resultado da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) até agosto de 2015 temos, portanto:

- 2.241 CAPS habilitados até agosto de 2015;
- 72 CAPS AD III habilitados;
- 34 Unidades de Acolhimento Adulto/CAT em funcionamento (21 destas habilitadas);
- 27 Unidades de Acolhimento Infanto Juvenil/CATi em funcionamento (13 destas habilitadas);
- 297 Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT) habilitadas (existem 639 funcionando no país, mas nem todas recebem o custeio mensal pelo Ministério da Saúde);
- Oito planos de ação da RAPS publicados em portaria (Minas Gerais, Maranhão, Sergipe, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Roraima, Goiás e Alagoas).

Diretriz 5 - Garantir a atenção integral à saúde da pessoa idosa e dos portadores de doenças crônicas, estimulando o envelhecimento ativo e saudável e fortalecendo as ações de promoção e prevenção.

A diretriz cinco reforça a necessidade de que as ações voltadas às pessoas idosas ampliem, sobretudo, o seu grau de independência para o auto-cuidado – envolvendo, além da pessoa idosa, seus familiares e comunidade. A construção de um Modelo de atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa visa dispor sobre a organização do cuidado ofertado nos territórios, além de investir na formação/atualização de gestores, profissionais e cuidadores, quanto ao tema, qualificando a atenção ofertada nos diferentes pontos de atenção da Rede de Atenção à Saúde (RAS), melhorando também, a acessibilidade e o acolhimento. Além das ações de atenção, o modelo enfatiza a importância de investir em ações de promoção e prevenção, tendo o envelhecimento ativo como uma de suas diretrizes. Insere-se nesse modelo, a ampliação da atenção biopsicossocial à pessoa idosa em situação de violência, bem como a ampliação e estruturação de ações e serviços para identificação e diagnóstico precoce, tratamento e reabilitação às pessoas com agravos neuropsíquicos e deficiências, em conformidade com o processo de implantação da rede de cuidados às pessoas com deficiência, no âmbito do Programa Viver Sem Limites.

Resultados da PAS 2015

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Ago)	Ação Orçamentária PLOA 2015
1. Capacitar 5.500 gestores e profissionais do SUS em Saúde da Pessoa Idosa e Envelhecimento.	Profissional capacitado	1.000	167 profissionais capacitados no ano	2015.6178 - Implementação de Políticas de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa
2. Implantar 45 Centros Especializados em Reabilitação até o final de 2014, no âmbito do Programa Viver sem Limites.	Centro Especializado em Reabilitação em funcionamento	Meta alcançada	124 Centros Especializados em Reabilitação (CERs) habilitados, ou seja, em funcionamento.	2015.8535 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde
3. Implantar 6 oficinas ortopédicas fixas, 7 oficinas ortopédicas itinerantes terrestres e 6 oficinas ortopédicas fluviais no país, até 2014, no âmbito do Programa Viver sem Limites.	Oficina Ortopédica implantada	Meta alcançada ⁵	24 Oficinas Ortopédicas Fixas habilitadas, ou seja, em funcionamento. 10 Oficinas Ortopédicas Terrestres Itinerantes foram adquiridas e estão em processo de doação .	2015.8535 – Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde

⁵ A entrega dos equipamentos de oficinas ortopédicas fluviais está prevista para setembro/outubro de 2015.

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Ago)	Ação Orçamentária PLOA 2015
4. Implantar a Fase IV do Programa Nacional de Triagem Neonatal em todas as Unidades da Federação, até 2014, no âmbito do Programa Viver sem Limites.	Fase IV Implantadas em todas as Unidades da Federação	Meta alcançada	-	-
5. Qualificação de 420 Centros de Especialidades Odontológicas - CEO para atendimento a pessoas com deficiência até 2014.	CEO qualificado	Meta alcançada	491 CEO qualificados para atendimento à pessoa com deficiência	-
6. Reformulação da Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa e distribuição de 6.000.000 de Cadernetas até 2015.	Caderneta distribuída	3.672.000	A primeira tiragem da 3ª edição foi de 1.022.000 exemplares e a distribuição contemplará 582 municípios.	2015.6178 - Implementação de Políticas de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa
7. Realizar inquérito telefônico para vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas (Vigitel) anualmente até 2015.	Inquérito realizado	1	As entrevistas estão sendo realizadas conforme o planejado. Foi elaborado o relatório técnico referente ao mês de julho, que aponta 21.072 entrevistas completas no total de capitais. O relatório técnico de agosto deve ser elaborado em setembro.	2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 0005)

Informações Adicionais

O Inquérito Telefônico para Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas (Vigitel) para o ano de 2014 foi realizado com mais de 621 mil ligações telefônicas nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal contemplando 40.853 entrevistas. Com a pesquisa, foram estimados indicadores sobre tabagismo, excesso de peso e obesidade, consumo alimentar, atividade física, consumo de bebida alcoólica, condução de veículo motorizado após consumo de bebidas alcoólicas, autoavaliação de estado de saúde, prevenção do câncer, e morbidade referida. A publicação completa pode ser acessada na íntegra na biblioteca virtual em saúde do Ministério da Saúde no www.saude.gov.br/bvs.

Quanto ao Vigitel 2015, a pesquisa está em andamento. As empresas Telefônica, GVT e Oi disponibilizaram os números de telefone com endereço para que fosse feita a seleção da amostra para a pesquisa em 2015. O questionário foi revisado e a licitação finalizada para contratação de empresa que realizará as entrevistas telefônicas. O treinamento com os entrevistadores foi realizado em 18 e 19 de maio e as ligações começaram a ser feitas ainda na semana do treinamento para testar o questionário revisado.

Em relação às doenças crônicas, no segundo quadrimestre de 2015, foram habilitados 939 laboratórios por meio da Portaria nº 3.388, dezembro de 2013. Entre eles, 27 estão classificados como sendo Laboratórios do Tipo II, responsáveis pelo Monitoramento Externo da Qualidade (MEQ).

Com relação ao Plano de Expansão da Radioterapia, no segundo quadrimestre de 2015 foram iniciadas as primeiras obras de ampliação (n=03).

A Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa é um instrumento estratégico de qualificação da atenção ofertada às pessoas com 60 anos ou mais. A primeira tiragem da 3ª. edição é de 1.022.000 exemplares e contemplará 582 municípios. Planeja-se a impressão de mais 2.500.000 de exemplares, ainda em 2015.

Nesse processo de implantação, a Coordenação de Saúde da Pessoa Idosa fornecerá assessoria técnica para participação em reuniões locais, oficinas e outros processos formativos referentes à utilização e divulgação da mesma. Entre julho e agosto, ocorreram ações de capacitação sobre o instrumento em Porto Velho/RO, Lages/SC e Curitiba/PR.

Para os dias 22 e 23 de outubro de 2015, está prevista a realização do I Seminário Internacional sobre Políticas de Cuidado de Longa duração para Pessoas Idosas, com o objetivo de intercâmbio de informações e experiências entre os participantes, e cujos resultados irão subsidiar o debate transversal para a construção de uma Política de Cuidados de Longa Duração para a Pessoa Idosa. Ao total serão 150 participantes de diversas instituições, entre elas Ministério da Saúde, Ministérios do Desenvolvimento Social, Ministério da Previdência Social, Secretaria de Direitos Humanos; representantes do Legislativo; da Sociedade Civil; do Controle Social; Academia, especialistas nacionais e internacionais; representantes da gestão estadual de saúde, representantes de CONASS, CONASEMS e dos 27 COSEMS.

Além disso, está em andamento a 3ª. edição do Mapeamento de Experiências Exitosas Estaduais e Municipais no campo do Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa, iniciativa que integra, desde 2013, a agenda anual da Coordenação de Saúde da Pessoa Idosa (COSAPI/DAPES/SAS) do Ministério da Saúde, em parceria com o Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT/Fiocruz). Seu objetivo é conhecer e dar visibilidade a boas práticas de municípios e estados no campo da saúde da pessoa idosa. Com isso, espera-se incentivar os gestores a fomentarem estratégias e ações que contribuam para qualificar o cuidado à pessoa idosa no Sistema Único de Saúde. Em julho de 2015, foi lançado o

edital para a 3ª edição da seleção de experiências exitosas com período de inscrições de 3 a 28 de agosto. No momento, as iniciativas encontram-se em fase de avaliação pelo comitê, e o resultado das 12 selecionadas está previsto para ser divulgado no dia 1º de outubro, no site <http://saudedapessoaidosa.fiocruz.br/>.

Diretriz 6 - Implementar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, articulado com o SUS, baseado no cuidado integral, observando as práticas de saúde e as medicinas tradicionais, com controle social, garantindo o respeito às especificidades culturais.

Os cuidados preconizados nessa diretriz terão como foco a família indígena, cujas necessidades de saúde deverão ser atendidas mediante ações intersetoriais, com vistas a garantir a integralidade na atenção.

Resultados da PAS 2015

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Ago)	Ação Orçamentária PLOA 2015
1. Ampliar a cobertura vacinal para 80% da população indígena menor de 7 anos até 2015, conforme o calendário de imunização específico estabelecido pelo Ministério da Saúde.	Cobertura vacinal ampliada (%)	80	77,6	2065.20YP - Promoção, Proteção, Vigilância, Segurança Alimentar e Nutricional e Recuperação da Saúde Indígena (Plano orçamentário 0002 - Promoção, vigilância, proteção e recuperação da saúde indígena)
2. Estabelecer até 2015, contratos de ação pública com os estados e municípios com serviços de média e alta complexidade na área de abrangência dos 34 Distritos Sanitário Especial Indígena.	DSEI inseridos nos COAP assinados	7	0	
3. Distritos Sanitários Especiais Indígenas participando dos Planos de Ação da Rede Cegonha até 2015.	DSEI inserido nos planos de ação da Rede Cegonha nos estados em que os planos estão elaborados.	14	16	
4. Implantar, até 2015, 700 sistemas de abastecimento de água em aldeias indígenas.	Sistema de abastecimento de água implantado	220	54	2065.7684 – Saneamento básico em aldeias indígenas para a prevenção e controle de agravos
5. Reformar 31 Casas de Saúde Indígena (CASAI) até 2015.	CASAI reformada / ampliada	10	2	2065.20YP - Promoção, Proteção, Vigilância, Segurança Alimentar e Nutricional e Recuperação da Saúde Indígena (Plano orçamentário 0003 - Estruturação de Unidades de Saúde para Atendimento à População Indígena)
6. Implantar 24 Casas de Saúde Indígena (CASAI) até 2015.	CASAI implantada	3	0	
7. 5ª Conferência de Saúde Indígena realizada em 2013.	Conferência realizada	Meta alcançada	Meta alcançada	-

Informações Adicionais

A Secretaria Especial de Saúde Indígena realizou até o início de setembro de 2015 as seguintes ações:

- Realizada a 32ª Expedição dos Expedicionários da Saúde entre os dias 27/03/2015 a 04/04/2015, no DSEI – Médio Rio Solimões e Afluentes. O Programa Operando na Amazônia atendeu 182 aldeias com uma população de aproximadamente 21.508 indígenas. Durante a 32ª Expedição tivemos a participação de aproximadamente 160 profissionais voluntários, entre DSEI, SESAI, Expedicionários, Prefeitura Municipal de Tefé e indígenas moradores da Aldeia Barreira de Baixo. Foram realizadas na 32ª Expedição na Amazônia, um total de 290 cirurgias, 3.031 consultas médicas e odontológicas e 4.314 exames e procedimentos.

- Abertas 35 novas vagas de médicos para a saúde indígena pelo Edital 01/2015 de provimento de Profissionais na Atenção Básica – Projeto Mais Médicos. Foram inseridos de janeiro a abril 11 profissionais CRM Brasil, somando um total de 315 profissionais médicos nos DSEI inseridos pelos programas. As outras 24 vagas serão preenchidas por profissionais brasileiros formados no exterior e intercambistas que iniciarão o trabalho após o curso introdutório do projeto Mais Médico. O programa prevê no seu componente pedagógico o processo de supervisão acadêmica e de especialização.

- Iniciada em abril (25), uma força-tarefa envolvendo 2.867 profissionais, em todas as regiões do país, a missão de imunizar cerca de 120 mil indígenas aldeados de todos os 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs). A ação além de ofertar novas vacinas incluídas no Programa Nacional de Imunização, também serviu para a atualização da carteira de vacinação da população aldeada. Para isso serão disponibilizadas mais de 183 mil doses de vacina até o dia 25 de maio, fim da campanha.

- Realizada capacitação dos profissionais do DSEI Maranhão em manejo de surtos epidemiológicos em parceria com a SVS.

- Realizada a Primeira Turma do Curso de Capacitação da Saúde da Mulher Indígena em parceria com a SAS, para 30 profissionais, em Goiânia.

- Oficina realizada no período de 04 a 08 de Maio, em Grajaú e Arame – MA para Apoio Matricial no município de Grajaú para qualificação e cadastramento das Unidades de Saúde Indígena no CNES.

- II Oficina dos Chefes de Divisão de Ação à Saúde Indígena (DIASI) e VI Oficina do Projeto de Apoio realizada em Brasília de 11 a 15 de maio, com os apoiadores distritais e Chefes de DIASI, com o objetivo de fortalecer a implementação do Projeto de Apoio da SESAI e qualificar a organização da Atenção Básica no SASISUS.

- Oficina realizada de 18 a 22 de maio no DSEI Mato Grosso do Sul, em Campo Grande, para avaliação do cadastramento dos estabelecimentos de saúde no CNES dos Polos Bases, Casai e DSEI – Equipe Multidisciplinar de Saúde Indígena (EMSI), levantamento da realidade local (fluxo assistencial) no processo de integração com as redes de atenção à saúde, regulação do acesso e construção do fluxo regulatório nas regiões saúde. Discutir proposta de integração das CASAI da Região do MT, nas Centrais de Regulação Regionais e Municipais, e a qualificação do fluxo assistencial.

- Reunião no DSEI Tocantins e Secretaria de Saúde, em Palmas, no período de 21 a 24 de julho, para definição do fluxo de regulação interna, discussão da inclusão dos polos base/CASAI como cota na regulação do Estado e conscientização do Cadastro de estabelecimentos de saúde no CNES.

- III Oficina dos Chefes de DIASI e VII Oficina do Projeto de Apoio realizada em Brasília de 14 a 18 de setembro, com os apoiadores distritais e Chefes de DIASI, com o objetivo de qualificar a organização da Atenção Básica no Subsistema de Atenção à Saúde Indígena – SASISUS e a atuação do apoiador na articulação interfederativa das regiões de saúde com população indígena, visando garantir a atenção integral à saúde no território.

- Oficina de trabalho de qualificação do CNES da região de saúde de Dourados/MS e integração da CASAI Campo Grande a Central de Regulação Regional de Campo Grande.
- Avaliar os avanços e dificuldades dos apoiadores na integração com a Rede de Atenção à Saúde (RAS), monitorar o cadastramento dos Estabelecimentos de Saúde Indígenas junto as Secretarias Municipais de Saúde, avaliar o acesso das CASAI nas centrais de regulação Municipais, Regionais e Estaduais, avaliar a utilização do Incentivo à Atenção Especializada aos Povos Indígenas, (IAE-PI e Tratamento Fora do Domicílio (TFD), junto aos estabelecimentos de saúde do Norte do Estado Tocantins, Suldeste do Pará e Sudoeste do Maranhão (TOPAMA).
- Reunião com o DSEI-MA para qualificação do cadastramento do CNES do Polo Base Santa Inês, UBSI do Município de Bom Jardim - MA e fluxo de regulatório na Saúde Indígena e TFD.
- Oficina de trabalho com os 07(sete) Coordenadores e os Presidentes de CONDISI de DSEI do Estado do Amazonas, Coordenadores dos DSEI Porto Velho e Leste de Roraima, para finalizar o processo de pactuação do Protocolo de Acesso da Casa de Saúde Indígena de Manaus.

Controle Social

- Foram realizadas 110 reuniões sendo: 14 reuniões dos Conselhos Distritais de Saúde Indígena (CONDISI), 94 dos Conselhos Locais de Saúde Indígena e 2 do Fórum dos Presidentes do CONDISI. Foram capacitados 135 conselheiros de saúde indígena em 9 capacitações realizadas. Realizou-se também o “Seminário de aprimoramento da Gestão da Saúde Indígena: SESAI e INSI” participaram presidentes, vice presidentes de CONDISI e lideranças indígenas.

Saneamento

- Das 36 obras de reforma/ampliação de Sistema de Abastecimento de Água (SAA), 21 já foram finalizadas;
- 25 aldeias com obras de Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD) concluídas; meta alcançada;
- 23 DSEI (Alto Rio Purus, Alto Rio Solimões, Araguaia, Ceará, Cuiabá, Guamá-Tocantins, Interior Sul, Kaiapó do Mato Grosso, Kaiapó do Pará, Leste de Roraima, Manaus, Maranhão, Médio Rio Purus, Médio Rio Solimões e Afluentes, Minas Gerais e Espírito Santo, Parintins, Pernambuco, Porto Velho, Potiguará, Vilhena, Xavante, Xingu e Yanomami) iniciaram implementação do Plano de Monitoramento da Qualidade da Água em Áreas Indígenas;
- 26 DSEI ((Alagoas e Sergipe, Altamira, Amapá e Norte do Pará, Araguaia, Alto Rio Negro, Alto Rio Solimões, Bahia, Ceará, Cuiabá, Interior Sul, Kaiapó do Pará, Litoral Sul, Leste de Roraima, Manaus, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Médio rio Purus, Médio Rio Solimões e Afluentes, Minas Gerais e Espírito Santo, Parintins, Pernambuco, Tocantins, Vilhena, Xavante, Xingu, Yanomami) elaboraram o plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS).

Estruturas físicas de estabelecimentos de saúde:

O Departamento de Saneamento e Edificações de Saúde Indígena (DSESI) disponibilizou aos DSEI projetos referência de Unidades Básicas de Saúde (Tipo I, II e III) e Polo Base (Assistencial e Administrativo), os quais serão publicados pela SESAI. Para 2015 foi programada a conclusão de 03 Polos Base, os quais já estão concluídos e de 28 UBSI, das quais 16 já foram concluídas e 12 estão em execução.

Diretriz 7 - Reduzir os riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de promoção e vigilância em saúde.

Esta diretriz objetiva o controle dos determinantes, riscos e danos à saúde de populações que vivem em determinados territórios, fornecendo elementos para a integralidade da atenção. As ações específicas de vigilância (epidemiológica, sanitária, em saúde ambiental, e da saúde do trabalhador) compreendem a proteção, prevenção e controle das doenças e agravos à saúde, bem como a promoção da saúde.

Dentro das ações de promoção da saúde, incluem-se a promoção da alimentação saudável operacionalizada por meio do desenvolvimento de ações e abordagens para a prevenção de doenças relacionadas à alimentação e nutrição e a prática de atividade física, por meio do Programa Academia da Saúde, contribuindo para melhor qualidade de vida da população.

Nessa diretriz também estão previstas metas para a estruturação de medidas de saneamento com o objetivo de reduzir a ocorrência de doenças relacionadas ao meio ambiente.

Resultados da PAS 2015

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Ago)	Ação Orçamentária PLOA 2015
1. Aumentar em 25% o número de culturas agrícolas a serem analisadas quanto aos níveis de resíduos de agrotóxicos.	Nova cultura agrícola analisada	Meta alcançada	Meta alcançada	-
2. Apoiar 1.125 comunidades especiais com ações de controle da qualidade da água para consumo humano.	Comunidade apoiada	290	372 comunidades apoiadas.	2068.20AF - Apoio ao Controle de Qualidade da Água para Consumo Humano.
3. Apoiar 1.500 municípios sede com ações de controle da qualidade da água para consumo humano.	Município apoiado	432	206 municípios apoiados.	2068.20AF - Apoio ao Controle de Qualidade da Água para Consumo Humano.
4. Apoiar 320 municípios na melhoria da gestão ou na estruturação dos serviços de saneamento.	Município apoiado	250	Em 2015, foram atendidos três municípios no Estado do Paraná (Tapejara, Flórida e Peabiru) com a realização de diagnósticos técnicos e administrativos visando a melhoria da gestão dos serviços. Importante ressaltar que a meta acumulada no período 2012/2014 superou a meta prevista, sendo atendidos 791 municípios.	2068.20AG - Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 Hab.

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Ago)	Ação Orçamentária PLOA 2015
5. Apoiar 1.500 municípios com capacitação na gestão dos serviços de saneamento, com ênfase na elaboração de planos municipais de saneamento básico.	Município com capacitação na gestão dos serviços de saneamento apoiado	215	Em 2015 encontram-se em tramitação de termos de parceria em PI, GO, RN, RR, RS, PA, dos quais a previsão de atendimento será de 469 municípios. Desde 2012, foram celebradas parcerias visando fomentar o desenvolvimento da elaboração /implantação dos PMSB, beneficiando 600 municípios.	2068.20AG - Apoio à Gestão dos Sistemas de Saneamento Básico em Municípios de até 50.000 Hab.
6. Implantar obras de saneamento em 375 comunidades remanescentes de quilombos.	Obra de saneamento implantada	165	O processo de seleção referente ao ano de 2015 encontra-se em fase de publicação de edital de chamamento.	2068.7656 - Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços Sustentáveis de Saneamento Básico em Comunidades Rurais, Tradicionais e Especiais.
7. Implantar obras de saneamento em 750 comunidades rurais, tradicionais e especiais.	Obra de saneamento implantada	350	O processo de seleção referente ao ano de 2015 encontra-se em fase de publicação de edital de chamamento.	2068.7656 - Implantação, Ampliação ou Melhoria de Ações e Serviços Sustentáveis de Saneamento Básico em Comunidades Rurais, Tradicionais e Especiais.
8. Beneficiar 400 municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com implantação ou ampliação de sistema de resíduos sólidos urbanos.	Município beneficiado	264	O processo de seleção referente ao ano de 2015 encontra-se em fase de publicação de edital de chamamento.	2068.10GG –Implant. e Melhoria de Sistemas Públicos de Manejo de Resíduos Sólidos em Municípios de até 50.000 Hab.
9. Beneficiar 500 municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com a implantação de melhorias sanitárias domiciliares.	Município beneficiado	136	O processo de seleção referente ao ano de 2015 encontra-se em fase de publicação de edital de chamamento.	2068.7652 – Implant. de Melhorias Sanitárias Domiciliares para Prevenção e Controle de Doenças e Agravos
10. Contratar 2.703 projetos de engenharia de sistemas de abastecimento de água ou esgotamento sanitário, para apoio à execução de intervenções nestes âmbitos, em municípios com população abaixo de 50 mil habitantes com baixos índices de acesso aos serviços ou qualidade insatisfatória.	Projeto de engenharia contratado	388	Não houve contratações de projetos de engenharia em 2015.	2068.10GD – Implant. e Melhoria de Sistemas Públicos de Abastecimento de Água em Municípios de até 50.000 Habitantes; 10GE – Implant. e Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios de até 50.000 Hab.
11. Beneficiar 160 municípios com melhorias habitacionais para controle da doença de Chagas.	Município beneficiado	34	O processo de seleção referente ao ano de 2015 encontra-se em fase de publicação de edital de chamamento.	2015.3921 - Implantação de Melhorias Habitacionais para Controle da Doença de Chagas

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Ago)	Ação Orçamentária PLOA 2015
12. Aumentar para 35% a cobertura populacional do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan).	Percentual de Cobertura	35	Observa-se cobertura populacional de 11,5% em 2014, o que corresponde ao acompanhamento de mais de 22 milhões de pessoas nos serviços de atenção básica de todo o país.	2015.20QH – Segurança Alimentar e Nutricional na Saúde
13. Pactuação da redução do teor de sódio e açúcar em 100% das categorias prioritárias de alimentos processados.	Redução do teor de sódio e açúcar nas categorias prioritárias pactuado (%)	Meta alcançada	O monitoramento do Plano de Redução do Sódio se dá por categorias de alimentos. Considerando a avaliação das categorias prioritárias presentes no 2º Termo de Compromisso avaliadas em 2015, todas apresentaram mais de 95% de adequação, ou seja, 99% do total de produtos atingiram a meta pactuada para 2012.	-
14. Ampliar a confirmação laboratorial dos casos de Hepatite C, passando de 17 UF em 2010 para as 27 UF até 2015.	UF com 93% de confirmação sorológica dos casos de Hepatite C	27	27 com 93% de confirmação sorológica dos casos de Hepatite C	2015.20YE - Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças (PO - 0001); 2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 0001)
15. Reduzir a taxa de incidência de Aids de 20,2/100.000 hab. em 2011 para 18,9/100.000 hab. até 2015.	Taxa de Incidência de Aids reduzida	18,9/100.000 hab.	As informações de 2015 serão divulgadas em 2016. Os dados referentes a todo o ano de 2014 só ocorrerá ao final de setembro.	2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 0001); 2015.20AC - Incentivo Financeiro a Estados, Distrito Federal e Municípios para Ações de Prevenção e Qualificação da Atenção em HIV/Aids e outras DST
16. Ampliar o número de UF com 90% de investigação de óbitos com causa básica definida, passando de 20 UF em 2010 para 27 UF até 2015.	UF com percentual de óbitos com causa básica definida	27	24 UF apresentaram mais de 90% de investigação dos óbitos ocorridos em 2014 com causa básica definida. A média nacional está em 93,6%.	2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 000A)
17. Ampliar para 70% o percentual de municípios com cobertura vacinal adequada (95%) de tetravalente/ pentavalente em menores de 1 ano, em todos os anos, até 2015.	Percentual dos municípios com 95% da cobertura vacinal de pentavalente	70%	Atualmente, a taxa de homogeneidade da cobertura vacinal da Pentavalente está em 50,3% (dado preliminar de janeiro a julho sujeito a alteração) Fonte: SI-PNI em 18/09/15	2015.20YE - Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças (PO - 0002) 2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 0002)
18. Apoiar financeiramente 30 Centrais de Rede de Frio para construção, reforma, ampliação e aquisição de equipamentos até 2015.	Número de Centrais de Rede de Frio apoiadas financeiramente	30	No segundo quadrimestre de 2015, não houve novos apoios.	2015.20YE - Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças (PO - 0002)

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Ago)	Ação Orçamentária PLOA 2015
19. Ampliar a taxa de cura dos casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera, passando de 74,3% em 2009 para 85% até 2015.	Proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera ampliado	85%	O percentual de cura de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera diagnosticados entre janeiro e abril de 2014 está em 64,5%, conforme dados do Sinan consolidados em maio de 2015. A próxima solicitação de bases de dados às Unidades Federadas ocorrerá em novembro de 2015, quando haverá atualização dos resultados alcançados para a meta em análise.	2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 0006) 2015.20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde.
20. Reduzir a incidência parasitária anual de malária (estimada pelo IPA) na Região Amazônica em 30%, passando de 13,1/1.000 hab. em 2010 para 9,45/1.000 hab. até 2015.	Incidência parasitária anual de malária	9,45	O IPA somente é apurado com os dados completos de janeiro a dezembro, mas o número de casos autóctones de malária na região Amazônica sofreu uma redução de 8% no período de janeiro a junho de 2015. Os bancos de dados foram atualizados em 09.09.2015 (Sinan) e 17.09.2015 (Sivep-Malária)	2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 0008) 2015.20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde.
21. Reduzir o coeficiente de prevalência da hanseníase, passando de 1,54/10.000 hab. em 2011 para 0,98/10.000 hab. até 2015.	Coeficiente anual de prevalência da hanseníase reduzido	1,4/10.000 hab.	O resultado provisório do coeficiente de prevalência da hanseníase de 2015, em 31/07/2015, foi de 1,69 casos para cada 10.000 habitantes.	2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 0007) 2015.20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde.
22. Número de óbitos por dengue reduzido em 50%, passando de 656 óbitos em 2011 para 328 óbitos até 2015.	Percentual de redução do número de óbitos por dengue (com relação a 2013) (Número de óbitos por dengue)	50% (328)	Até a Semana Epidemiológica 34, correspondente ao período de 04/01/2015 a 29/08/2015, foram confirmados 693 óbitos por dengue o que representa um aumento de 70,3% em relação ao mesmo período de 2014, com 407 óbitos confirmados.	2015.20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde 2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 0009)
23. Ampliar o percentual de Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) que desenvolvem ações de vigilância em saúde do trabalhador, passando de 12% em 2010 para 100% até 2015.	Percentual de Cerest desenvolvendo ações programadas de vigilância em saúde do trabalhador	100	Questionário em aplicação desde 21-08 até 30-10, posição em 10-09-2015, aponta que dos 208 Cerest habilitados, 31 responderam à questão referente às ações de Vigilância em Saúde do Trabalhador (Visat). Dentre estes, 30 estavam desenvolvendo ações de Visat representando um percentual de 96,8%, em que pese corresponder até o momento 14,4% de respostas enviadas pelos Cerest.	-
24. Ampliar a Renast, com a instalação de 10 novos Cerest voltados prioritariamente para a população trabalhadora rural.	Cerest voltado prioritariamente para a população trabalhadora rural habilitado	Meta alcançada	-	-

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Ago)	Ação Orçamentária PLOA 2015
25. Ampliar em 25 pontos percentuais o número de amostras de água analisadas para o parâmetro coliforme total, passando de 25% em 2010 para 50% até 2015.	Percentual de amostras de água analisadas para o parâmetro coliforme total	70%	Até agosto foram realizadas 202.005 análises para o parâmetro Coliformes Totais, quantitativo esse equivalente a 27,7% do mínimo estabelecido pela Diretriz Nacional, para o ano.	2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 000B) 2015.20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde
26. Ampliar em 25 pontos percentuais o número de amostras de água analisadas para o parâmetro turbidez, passando de 25% em 2010 para 50% até 2015.	Percentual de amostras de água analisadas para o parâmetro turbidez	70%	.No período avaliado, foram realizadas 201.702 análises para o parâmetro Turbidez, quantitativo esse equivalente a 27,6% do mínimo estabelecido pela Diretriz Nacional para o ano	2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 000B) 2015.20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde.
27. Implantar a Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos nas 27 UF até o ano de 2015.	UF com Vigilância em saúde de populações expostas a agrotóxico (VSPEA) implantada	27	26 UF implantaram a vigilância em saúde de populações expostas a agrotóxicos (vspea).	2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 000B) 2015.20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde
28. Ampliar o percentual de municípios prioritários realizando notificação no SINAN dos casos de intoxicações exógenas por agrotóxicos, passando de 30% em 2013 para 100% até 2015.	Proporção de municípios prioritários realizando notificação dos casos de intoxicações exógenas por agrotóxicos no Sinan	100%	61% (381 dos 627) dos municípios prioritários notificaram intoxicações exógenas por agrotóxicos até o ano de 2015.	2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 0002) 2015.20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde
29. Ampliar o número de unidades de saúde com notificação da violência doméstica, sexual e/ou outras violências, passando de 5.898 em 2011 para 12.200 até 2015.	Unidades de saúde com notificação da violência doméstica, sexual e/ou outras violências implantada	12.200	Até o início de setembro foram verificadas 9.538 unidades notificantes em 3.163 municípios, que registraram 133.066 notificações de violência doméstica, sexual e/ou outras violências.	2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 000G) 2015.20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde
30. Apoiar e fortalecer os Núcleos de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde nas 27 Unidades da Federação, considerando-se as populações vulneráveis e os índices de homicídios e agressões.	UF com Núcleo de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde apoiado	27	Núcleos de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde (NPVPS) apoiados tecnicamente nas 27 Unidades da Federação.	2015.20YJ - Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (PO - 000G) 2015.20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Ago)	Ação Orçamentária PLOA 2015
31. Implantar técnicas de Biologia Molecular para diagnóstico de dengue, influenza e meningite bacteriana em todos os 27 Laboratórios Centrais de Saúde Pública (Lacen) até 2015.	Lacen com técnicas de biologia molecular implantadas	27	17 LACEN possuem técnicas de Biologia Molecular implantadas para diagnóstico de Influenza OU Dengue OU Meningite Bacteriana.	2015.20AL - Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde
32. Introduzir a vacina DTPa no calendário nacional de vacinação da gestante, ampliando a cobertura vacinal para 95% até 2015.	Cobertura vacinal com a vacina DTPa em gestantes (%)	95%	Atualmente, a cobertura vacinal da dTpa está em 52,66% (janeiro a junho de 2015). Importante ressaltar que esse dado é preliminar e, portanto, pode sofrer variação.	2015.20YE - Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças (PO - 0002)
33. Introduzir a vacina Hepatite A no calendário vacinal infantil para crianças de 1 ano, ampliando a cobertura para 95% até 2015.	Cobertura vacinal com a vacina Hepatite A em crianças de 1 ano (%)	95%	Atualmente, a cobertura vacinal da Hepatite A está em 93,31% (janeiro a julho). Importante ressaltar que esse dado é preliminar e, portanto, pode sofrer variação. Fonte: SI-PNI	2015.20YE - Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças (PO - 0002)
34. Introduzir a vacina tetra viral (sarampo, rubéola, caxumba e varicela) no calendário vacinal infantil para crianças de 1 ano de idade (a partir de 1 ano e 3 meses), alcançando a cobertura de 95% até 2015.	Cobertura vacinal com a vacina tetra viral em crianças de 1 ano e 3 meses (%)	95%	Atualmente, o percentual de cobertura vacinal da vacina Tetra viral está em 63,97% (janeiro a julho). Ressalta-se que esse dado é preliminar e, portanto, está sujeito a alterações. Fonte: SI-PNI	2015.20YE - Imunobiológicos e Insumos para Prevenção e Controle de Doenças (PO - 0002)
35. Implantar as academias de saúde, chegando a 4.000 unidades em 2015.	Polo de Academia da Saúde habilitado	Meta alcançada	-	-

Informações Adicionais

Os Ministério da Saúde desenvolveu um conjunto de iniciativas com a finalidade de reduzir a incidência de aids nos últimos anos. Entre elas estão a redução do diagnóstico tardio pelo HIV, que passou de 30% em 2011 para 25% no 1º semestre de 2015. De janeiro a agosto de 2015 foram distribuídos 4,9 milhões de testes rápidos de HIV. Apenas em agosto foram distribuídos mais de meio milhão de testes rápidos. No acumulado de 2011 a julho de 2015, foram mais de 22 milhões de teste rápidos distribuídos.

O MS, por meio do Programa Nacional de Imunização introduziu no biênio 2012/2013 a vacina Pentavalente, com a incorporação da hepatite B na Tetravalente (difteria, tétano, coqueluche, e haemophilus influenzae b), reduzindo o número de injeções nas crianças menores de 1 ano. No primeiro semestre de 2015, a taxa de homogeneidade de cobertura vacinal foi de 45,3% dos municípios com cobertura de pelo menos 95% nas crianças menores de 1 ano.

De janeiro a junho, foram administradas mais de 1,3 milhões de doses de Vacina Hepatite A para as crianças de um ano de idade. Para o ano de 2015, o MS estabeleceu uma meta de 95% de cobertura da vacina tetra viral para crianças a partir de 1 ano e 3 meses. De janeiro a junho de 2015 o percentual de cobertura está em 74,49%.

Em novembro de 2014, foi implantada a vacina contra a difteria, tétano e coqueluche acelular (dTpa) para gestantes entre 27ª a 36ª de gestação para induzir a produção de altos títulos de anticorpos contra a doença coqueluche na gestante, possibilitando a transferência transplacentária destes anticorpos para o feto, resultando na proteção do recém-nascidos nos primeiros meses de vida até que complete o esquema vacinal. Até junho de 2015 foram vacinadas mais de 625 mil gestantes.

Ainda na política de fortalecimento do programa nacional de imunização, o MS implantou a política de investimentos na Rede de Frio, visando fomentar e aprimorar as condições de funcionamento da respectiva rede no Brasil. Até o 1º semestre de 2015, 238 Centrais da Rede de Frio foram beneficiadas com material permanente e unidade móvel, sendo sete centrais estaduais; 65 centrais regionais; dez centrais municipais (capitais); 156 centrais municipais.

Métodos de diagnóstico rápido (teste rápido - TR) foram incorporados a rede de assistência para o diagnóstico de diversos agravos entre eles a tuberculose. Esse método permitiu maior agilidade ao serviço de saúde no diagnóstico e tratamento para a tuberculose. No ano de 2013, o percentual de cura de casos novos de tuberculose pulmonar bacilífera diagnosticados foi de 72,6%. Para o período de janeiro a abril de 2014, esse valor está em 64,9% (81,1% da meta). Com isso pode-se observar que a taxa de incidência caiu 21%, quando comparados os anos de 2001 e 2014, passando de 42,8 por 100 mil habitantes para 33,8 por 100 mil habitantes.

Com o objetivo de orientar as ações de controle da dengue e chikungunya, o MS utiliza o instrumento que identifica os bairros onde estão concentrados os focos de reprodução do mosquito transmissor das doenças e os tipos de recipientes com água parada, que servem de criadouros mais comuns (LIRAA). O Levantamento Rápido de Índices para Aedes aegypti (LIRAA), divulgado no dia 12 de março de 2015 demonstrou que 340 municípios brasileiros estavam em situação de risco para a ocorrência de epidemias e 877 estavam em alerta. Os dados revelam ainda, que outras 627 cidades apresentaram índice satisfatório. No total, 1.844 municípios brasileiros realizaram o levantamento entre janeiro e fevereiro de 2015, um aumento de 26,38% em relação aos municípios que fizeram o levantamento no ano de 2014.

Como parte das ações que marcam o Dia Mundial de Luta contra a Hanseníase, o Ministério da Saúde lançou, em janeiro, a campanha publicitária para conscientização da população sobre a doença. Com o mote “Hanseníase: quanto antes você descobrir, mais cedo vai se curar”, a ação tem como foco o diagnóstico precoce da doença e a divulgação do tratamento que é ofertado de graça no Sistema Único de Saúde (SUS). A doença é considerada endêmica em todo o país, com maior incidência em cinco estados: Pará, Maranhão, Tocantins, Mato Grosso e Pernambuco.

Estão habilitados 208 Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest), dentre os quais 10 voltados prioritariamente para a saúde do trabalhador rural. Além disso, a Rede Sentinela conta atualmente com mais de 7.500 serviços para diagnóstico de acidentes e de doenças relacionadas ao trabalho.

A implantação do Programa de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano - Vigiagua pressupõe a realização simultânea de três ações básicas: (i) cadastro das formas de abastecimento de água utilizadas pela população; (ii) avaliação dos dados de controle de qualidade da água, fornecidos pelos responsáveis pelo abastecimento e; (iii) monitoramento da qualidade da água realizado pelo setor saúde. Dessa forma, o Vigiagua foi fortalecido no país, ampliando o percentual dos municípios brasileiros que implantaram o programa de 67%, no ano 2012, para 72,15%, em 2013 (3.950). Em 2015, a implantação do Vigiagua alcançou, até o mês de junho de 2015, 39,86% dos municípios (2.232) com as três ações básicas, com perspectiva de alcance superior a 78% (4.344) dos municípios do país neste ano.

A Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos (VSPEA) foi fortalecida com a publicação da Portaria nº 2938/2012, que autorizou o repasse de 22,7 milhões de reais aos Fundos Estaduais de Saúde e do Distrito Federal. Até junho de 2015, 26 UF implantaram a VSPEA. Foi, também, publicado o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Portaria interministerial nº 54/2013), destinado a implementar programas e ações que contribuam para o desenvolvimento sustentável e possibilitem a melhoria de qualidade de vida da população, por meio da oferta e consumo de alimentos saudáveis e do uso sustentável dos recursos naturais, e que inclui uma agenda de redução do uso de agrotóxicos.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) concedeu, em março, o registro do medicamento Sofosbuvir, indicado para o tratamento da hepatite C crônica. Este é o terceiro medicamento aprovado pela agência em 2015, após o registro do Daclatasvir – em janeiro –, e do Simeprevir – também em março. Juntos, eles compõem um novo e eficiente tratamento para a doença disponível no mundo, com um percentual de cura de cerca de 90%. A expectativa é que os medicamentos sejam disponibilizados no Sistema Único de Saúde (SUS) até o final deste ano. O Brasil será um dos primeiros países a adotar as novas tecnologias na rede pública de saúde.

As novas opções terapêuticas proporcionam tempo reduzido de tratamento – de um ano, em média, para três meses –, redução da quantidade de comprimidos, além da vantagem de serem de uso oral. A expectativa é que o novo tratamento beneficie 60 mil pessoas nos próximos dois anos. O medicamento Sofosbuvir foi aprovado pela Anvisa na forma farmacêutica comprimido e concentração de 400mg. A concessão do registro permite que o medicamento seja comercializado no Brasil.

A Anvisa aprovou ainda, em setembro, a inclusão de nova concentração e duas ampliações de uso para o daclatasvir. A ampliação de uso se caracteriza pelo aumento da população alvo para um produto já registrado na mesma indicação terapêutica. No caso do daclatasvir, passaram a ser incluídos na população alvo os pacientes coinfectados com HCV e

HIV (vírus da imunodeficiência humana), os pacientes que possuem cirrose avançada e aqueles que passaram por um transplante de fígado. Já a nova concentração de 30mg foi desenvolvida como uma alternativa nos casos em que há necessidade de ajuste da dose do medicamento.

Diretriz 8 - Garantir assistência farmacêutica no âmbito do SUS.

Esta diretriz consiste em promover a pesquisa, o desenvolvimento e a produção de medicamentos e insumos, bem como sua seleção, programação, aquisição, distribuição e avaliação de sua utilização, na perspectiva da obtenção de resultados concretos e da melhoria da qualidade de vida da população. Nesse contexto, o MS tem concentrado esforços na integração da Política Nacional de Assistência Farmacêutica às demais diretrizes prioritárias, com vistas a assegurar a articulação necessária para o acesso aos medicamentos no contexto da garantia da integralidade da atenção. Uma das principais estratégias para a garantia da assistência farmacêutica consistirá na promoção do acesso aos medicamentos considerados essenciais, por meio do programa “Farmácia Popular do Brasil”, com foco em sua expansão nos municípios constantes do mapa de extrema pobreza. Além disso, de acordo com a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, cujo objetivo é garantir à população brasileira o acesso seguro e o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos, promovendo o uso sustentável da biodiversidade, o desenvolvimento da cadeia produtiva e da indústria nacional, desde 2007 é disponibilizado medicamentos fitoterápicos no Componente Básico da Assistência Farmacêutica.

Resultados esperados na PAS em 2015

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Ago)	Ação Orçamentária PLOA 2015
1. Disponibilizar 3,9 UI de Fator VIII per capita (hemofilia A) e 0,27 UI de Fator IX per capita (hemofilia B), por ano, para atendimento aos pacientes portadores de doenças hemorrágicas hereditárias.	U.I de fator VIII per capita e U.I de fator IX per capita disponibilizados	3UI fator VIII e 0,8 UI de fator IX	Em 2015, de 01/01 a 10/09, a CGSH disponibilizou 2,07 UI's Fator VIII, considerando a distribuição dos fatores plasmático e recombinante, armazenados e distribuídos pelos CAIES/MS e Hemobrás e 0,76 UI's Fator IX, considerando o Fator IX plasmático distribuído e armazenado no CAIES/MS e na Hemobrás.	2015.4295 - Atenção aos Pacientes Portadores de Doenças Hematológicas

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Ago)	Ação Orçamentária PLOA 2015
2. Ampliar a cobertura do Programa Farmácia Popular - Aqui Tem Farmácia Popular - nos municípios brasileiros do mapa da extrema pobreza que tenham farmácias, passando de 962 municípios em 2011 para 1.614 municípios até 2015.	Município do Mapa da Extrema Pobreza com ao menos uma farmácia/drogaria credenciada no Programa Farmácia Popular do Brasil.	75	49 ⁶	2015.20YR - Manutenção e Funcionamento de Farmácias Populares - GRATUIDADE; 20YS - Manutenção e Funcionamento de Farmácias Populares - CO - PAGAMENTO
3. Ampliar o elenco de medicamentos fitoterápicos da assistência farmacêutica básica, passando de 8 medicamentos em 2011 para 16 até 2015.	Medicamento fitoterápico inserido no elenco da Assistência Farmacêutica básica.	16	Foram elaborados 17 resumos executivos para inclusão, manutenção ou exclusão de fitoterápicos da Rename. Versões elaboradas sugerem: inclusão de 5 novos fitoterápicos na Rename, exclusão de 2 e manutenção de 10. Assim, a perspectiva é que a Rename 2016 contemple 15 fitoterápicos. Para subsidiar decisão da Conitec, foram elaborados pareceres técnico-científicos para aqueles que apresentaram resumo executivo favorável para inclusão (5). Foram apresentados e aprovados três pareceres técnico-científicos (Passiflora incarnata, Allium sativum, Zingiber officinale) na subcomissão da Rename. A análise econômica para inclusão das três espécies está sendo elaborada pelo DGITS e, após finalização, será encaminhado juntamente com os pareceres para avaliação da Conitec. Outros dois pareceres estão sendo finalizados e serão avaliados pela subcomissão da Rename.	2015.20AE - Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde

⁶ Em 2014, o Programa Farmácia Popular ampliou a rede credenciada em 126 municípios mapeados pelo Plano Brasil Sem Miséria, passando de 1.464 para 1.590 municípios do BSM abrangidos pelo Programa. Portanto, o acumulado até o 2º quadrimestre de 2015 alcança 1.639 municípios.

Informações Adicionais

No que se refere à ampliação a cobertura do Programa Farmácia Popular, a estratégia atual é credenciar as farmácias localizadas nos municípios mapeados pelo Plano Brasil Sem Miséria (BSM) que ainda não são abrangidos pelo Programa. O mapeamento desses municípios segue o realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. De forma a agilizar o cadastramento, que é realizado pela Caixa Econômica Federal, foi concluído a adequação do sistema de credenciamento (SIFAP) para a realização desse procedimento. Essa adequação facilitou o credenciamento das farmácias e drogarias, sendo observado crescimento no número de municípios em relação ao mês de julho/2015.

Para ampliação do elenco de medicamentos fitoterápicos da assistência farmacêutica básica, a última Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) publicada no ano de 2015 por meio da Portaria MS/GM nº 1 de 02 de janeiro de 2015, apresenta 12 fitoterápicos no elenco. Para subsidiar futuras incorporações de fitoterápicos no SUS, o MS realiza o desenvolvimento de monografias de espécies vegetais que constam da Relação Nacional de Plantas Medicinais de Interesse ao SUS (RENISUS). Ao todo, são 57 monografias elaboradas ou em elaboração para 53 espécies da Renisus. Ainda neste contexto, em 2015, foram elaborados 17 resumos executivos para inclusão, manutenção ou exclusão de fitoterápicos da RENAME. As versões elaboradas sugerem a inclusão de 5 novos fitoterápicos na RENAME, a exclusão de 2 e a manutenção de 10. Assim, a perspectiva é que a RENAME 2016 contemple 15 fitoterápicos. Pareceres Técnico-Científicos (PTCs) foram elaborados (3) ou estão em elaboração (2) para aqueles que apresentaram resumo executivo favorável para inclusão, a fim de subsidiar decisão da Conitec sobre a incorporação das mesmas na nova RENAME, prevista para o ano de 2016. A análise econômica para inclusão das três espécies já aprovadas pela subcomissão da RENAME está sendo elaborada pelo DGITS e posteriormente será encaminhada para análise pela Conitec juntamente com os PTCs.

Diretriz 9 - Aprimorar a regulação e a fiscalização da saúde suplementar, articulando a relação público - privado, gerando maior racionalidade e qualidade no setor saúde.

Esta diretriz tem por finalidade promover a defesa do interesse público na assistência suplementar à saúde, regular as operadoras setoriais - inclusive quanto às suas relações com prestadores e consumidores – e contribuir para o desenvolvimento das ações de saúde no país. As funções de regulação e fiscalização são essenciais à construção de um setor de saúde suplementar com a protagonização do setor privado, além de conjugarem interesses com o objetivo de promover a geração de saúde.

Resultados da PAS 2015

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Ago)	Ação Orçamentária PLOA 2015
1. Ampliar o processo de ressarcimento das operadoras ao SUS, aumentando em 4 vezes o número de AIHs com processos concluídos até 2015.	AIH com processo concluído	474.800	No segundo quadrimestre (maio a julho) foram concluídos 30.208 processos de AIHs, totalizando, no ano, até o referido mês 65.521 processos finalizados. Desde 2012 até julho de 2015 foram concluídos 929.664 processos de ressarcimento de Autorizações de Internação Hospitalar (AIH).	2015.4339 - 2015.4339 - Qualificação da regulação e fiscalização da saúde suplementar
2. Operacionalizar 90% dos acordos de cooperação técnica assinados entre a ANS e instituições parceiras do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor e Centrais Sindicais.	Percentual dos acordos operacionalizados	90%	73,58%	

Informações Adicionais

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) está aprimorando e ampliando o acesso dos consumidores às informações sobre os diferentes tipos de planos de saúde que são comercializados no país. Resolução publicada no dia 29 de abril de 2015 determina que as operadoras informem aos seus beneficiários sobre as principais características dos planos coletivo empresarial, coletivo por adesão e individual ou familiar, para que não haja dúvida sobre o produto contratado. Os esclarecimentos serão prestados aos consumidores que já têm planos e também aos novos beneficiários, no momento da contratação.

A norma faz parte da atualização da lista básica de informações que devem ser prestadas pelas empresas aos consumidores. Passará a valer a partir de janeiro de 2016, juntamente com as demais determinações estabelecidas pela Resolução Normativa nº 360. A medida se soma a um conjunto de medidas para a identificação dos beneficiários, tais como o registro da operadora, número do Cartão SUS, tipo de acomodação, abrangência geográfica e todos os outros itens do produto adquirido.

O meio de disponibilização das informações pode ser físico, com impressão em qualquer material, ou digital, em uma área do portal da operadora com acesso exclusivo para o cliente, além do uso de aplicativos, tablets e celulares. Está sendo desenvolvida, também, proposta de extrato de utilização do beneficiário, com informações selecionadas, relativas ao uso dos serviços, por parte dos beneficiários, tais como consultas, exames ou internações,

A ANS lançou, em julho, cartilha para orientar os consumidores interessados em obter informações ou adquirir um plano de saúde. O material explica, de maneira clara, quais são os tipos de planos e as especificidades de cada um, ajudando escolha do serviço mais adequado.

A cartilha explica que tipo de plano o consumidor pode escolher; onde ele pode ser atendido e por quais profissionais (área de abrangência e rede de prestadores); que tipo de atendimento é ofertado (segmentação assistencial e cobertura); quais os tipos de acomodação em caso de internação; e regras de reajuste. O material também contempla um infográfico que mostra quais as principais características dos planos de saúde individual/familiar, coletivos por adesão e coletivos empresariais quanto ao tipo de adesão, carência, rescisão, cobertura e cobrança. Dessa forma, o consumidor consegue visualizar facilmente as diferenças entre cada modalidade.

Exames e terapias ambulatoriais de alta e média complexidade passarão a ter seus valores ressarcidos ao Sistema Único de Saúde (SUS). A partir de maio, as operadoras passaram a ter de realizar o reembolso por esse tipo de atendimento, quando identificado por meio da Autorização de Procedimento Ambulatorial (APAC). Com isso, a Agência prevê incremento de 149% no volume de procedimentos cobrados.

A medida integra o conjunto de ações do governo federal que objetivam o aprimoramento da cobrança do ressarcimento ao SUS. O cálculo é feito com base nas informações da APAC, que é um item necessário para a realização de determinados exames e terapias no SUS, e a cobrança refere-se ao primeiro trimestre de 2014. Alguns exemplos são: quimioterapia, radioterapia, hemodiálise, cateterismo cardíaco e cirurgia de catarata, entre outros.

Do total de órgãos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, há 53 parcerias com os Núcleos da ANS, em todas as regiões do País. Desse total, há 39 projetos sendo operacionalizados, correspondendo a 73,6%.

As atividades de operacionalização envolvem eventos de capacitação; troca de informações, entendimentos e apoio à tomada de decisões e compartilhamento de fluxos de trabalho que agilizem a solução das demandas dos beneficiários.

Diretriz 10 - Fortalecer o complexo industrial e de ciência, tecnologia e inovação em saúde como vetor estruturante da agenda nacional de desenvolvimento econômico, social e sustentável, reduzindo a vulnerabilidade do acesso à saúde e da assistência farmacêutica no âmbito do SUS

Esta diretriz será implementada em consonância com a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (PNCTIS), cuja finalidade é contribuir para que o desenvolvimento nacional alcance a sustentabilidade buscada, com base na construção de conhecimentos técnicos e científicos ajustados às necessidades econômicas, sociais, culturais e políticas do País.

Resultados da PAS 2015

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan- Ago)	Ação Orçamentária PLOA 2015
1. Disponibilizar 2 produtos para diagnóstico em oncologia. (FIOCRUZ)	Fases dos estudos clínicos acompanhadas.	2	Pesquisas em andamento.	2015.8315 - Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Saúde
2. Disponibilizar 300 mil litros de plasma para o uso industrial e produção de medicamentos hemoderivados.	Plasma disponibilizado (litros)	150.000	Foram recolhidos 89.132 litros de plasma até agosto desse ano.	2055.1H00 - Implantação da Indústria de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobrás (PE)
3. Concluir a construção do complexo industrial de produção de hemoderivados, até 2015.	% da Construção Concluída	65%	63%	2055.1H00 - Implantação da Indústria de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobrás (PE)
4. Ampliar a produção local integrada dos insumos e produtos de maior conteúdo tecnológico, estratégicos para o SUS, passando de 8% em 2011 para 35% até 2015.	Produção local integrada	50%	26%	2055.8636 - Inovação e Produção de Insumos Estratégicos para a Saúde
5. Ampliar a produção nacional de genéricos dos itens com patentes vencidas, passando de 20% em 2011 para 60% até 2015.	Percentual de produção nacional de genéricos dos itens com patentes vencidas	60%	28%	2055.20K7 - Apoio à Modernização do Parque Produtivo Industrial da Saúde
6. Atender a demanda nacional do Programa Nacional de Controle da Tuberculose com produção nacional de 2 medicamentos.	Produtos estratégicos com pedido de registro junto à Anvisa relacionados às PDPs	1	Meta alcançada em 2014.	2015.20AE - Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan- Ago)	Ação Orçamentária PLOA 2015
7. Atender a demanda nacional do Programa Nacional para a Prevenção e Controle das Hepatites Virais com produção nacional de 2 medicamentos.	Produtos estratégicos com pedido de registro junto à Anvisa relacionados às PDPs	1	1	2015.20AE - Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde
8. Atender a demanda nacional do Programa Nacional para a Prevenção e Controle DST/Aids com produção local de 3 medicamentos.	Produtos estratégicos com pedido de registro junto à Anvisa relacionados às PDPs	2	Meta alcançada em 2014.	2015.20AE - Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde
9. Apoiar dois testes clínicos da vacina contra dengue.	Teste clínico apoiado	Meta alcançada	-	-
10. Fomentar a realização de 100 estudos nacionais em temas contemplados na agenda de prioridades de pesquisa do Ministério da Saúde, até 2015.	Estudo nacional realizado	100	Meta alcançada em 2014.	2015.6146 – Pesquisa em saúde e avaliação de novas tecnologias para o SUS

Informações Adicionais

Até agosto, no que se refere a produção local integrada dos insumos e produtos de maior conteúdo tecnológico, estratégicos para o SUS, tem-se o percentual de 26% na participação dos produtos adquiridos via Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) nas compras do Ministério da Saúde (MS). As aquisições já realizadas em 2015 alcançam 75% da meta anual. Encontra-se em negociação a aquisição do produto objeto de PDP rifampicina + isoniazida + etambutol + pirazinamida.

Até o segundo quadrimestre, em atendimento à demanda nacional do Programa Nacional de Controle da Tuberculose, os medicamentos tuberculostáticos 4 em 1 (rifampicina + isoniazida + etambutol + pirazinamida) e 2 em 1 (tenofovir + lamivudina), objetos de Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) firmadas com Farmanguinhos, obtiveram registro sanitário pela instituição pública em 2014, estando aptos para produção pelos parceiros. A primeira aquisição no âmbito da PDP do produto 2 em 1 ocorreu em novembro de 2014, atendendo a demanda do Programa Nacional de Controle da Tuberculose. Outro produto objeto de desenvolvimento próprio de Farmanguinhos/Fiocruz obteve registro publicado em 29/09/2014 para o produto rifampicina (150mg) + isoniazida (300 mg), não se tratando porém de Parceria para o Desenvolvimento Produtivo.

Até o segundo quadrimestre, em atendimento à demanda nacional do Programa Nacional para a Prevenção e Controle das Hepatites Virais, o insumo farmacêutico ativo (IFA) antirretroviral (hepatite viral B) entecavir foi produzido nacionalmente no âmbito da PDP estabelecida entre Ministério da Saúde e FUNED, com parceiro privado Microbiológica. O medicamento entecavir encontra-se na fase de desenvolvimento pela FUNED e será iniciada a produção dos lotes piloto. O medicamento Tenofovir está sendo produzido nacionalmente por duas entidades privadas participantes de duas PDP, Blanver Farmoquímica e Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos, responsáveis pela transferência de tecnologia para as instituições públicas FUNED e LAFEPE, respectivamente. No âmbito das PDP, de 2011 a 2014, as instituições têm atendido a demanda do produto do Programa Nacional para a Prevenção e Controle das Hepatites Virais. Em 25/05/2015, o LAFEPE obteve a alteração pós registro de inclusão de local de fabricação do fármaco, sendo esta nacional pelo parceiro farmoquímico Cristália. O medicamento Filgrastim, indicado para Hepatite Viral C conforme Componente Especializado da Assistência Farmacêutica, objeto de uma PDP com a instituição pública Biomanguinhos e a entidade privada Eurofarma, foi desenvolvido nacionalmente pela entidade privada e o registro sanitário encontra-se em análise pela ANVISA.

Até o segundo quadrimestre, em atendimento à demanda nacional do Programa Nacional para a Prevenção e Controle DST/Aids, os medicamentos antirretrovirais tenofovir – objeto de duas PDP firmadas com Funed e Lafepe –, tenofovir + lamivudina (2 em 1) – Farmanguinhos, Funed e Lafepe – e atazanavir – objeto de PDP firmada com Farmanguinhos – tiveram registro sanitário publicado em 2011, 2014 e 2014 respectivamente para as instituições públicas FUNED e LAFEPE (tenofovir) e Farmanguinhos (2 em 1 e atazanavir) e tem atendido a demanda nacional do Programa Nacional para a Prevenção e Controle DST/Aids, sendo o tenofovir e o 2 em 1 produzidos nacionalmente pelos parceiros privados, e todos encontram-se em processo de transferência de tecnologia para as instituições públicas. Outros três medicamentos para o Programa DST/Aids, objetos de PDP, encontram-se em fase de desenvolvimento: entecavir (Funed), ritonavir termoestável (Lafepe), tenofovir + lamivudina + efavirenz (3 em 1) (Farmanguinhos, Funed e Lafepe).

Diretriz 11 - Contribuir para a adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações do trabalho dos profissionais e trabalhadores de saúde.

O Governo Federal vem, ao longo dos anos, apoiando os estados e municípios na qualificação de sua força de trabalho, em especial da educação profissional técnica de nível médio, articulada aos serviços de saúde. Dessa forma, colabora para o aperfeiçoamento da gestão de pessoas em atuação no SUS, desafio para os gestores de todos os entes da federação.

Resultados da PAS 2015

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Ago)	Ação Orçamentária PLOA 2015
1. Capacitar 7.970 profissionais na área de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria do SUS e Sistemas de Informação em Saúde.	Profissional capacitado	1.800	106	2015.8721 - Implementação da Regulação, Controle e Avaliação da Atenção à Saúde
2. Alcançar 6.600 bolsistas beneficiados pelo Pró-Residência até 2015.	Bolsa disponibilizada pelo Pró-Residência	6.600	5.700	2015.20YD – Educação e Formação em Saúde (PO 0003)
3. Atingir até 2014 a meta de beneficiar 12 mil bolsistas/mês, garantindo a multiprofissionalidade, através do Programa de Educação pelo Trabalho em Saúde (PET-Saúde) articulado ao Pró-Saúde.	Bolsa concedida por meio do PET-Saúde	Meta alcançada	-	-
4. Expandir o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (Pró-Saúde) para atingir um total de 709 cursos de graduação da área da saúde até 2015.	Curso de graduação oferecido	Meta alcançada	-	-
5. Ampliar e qualificar a formação profissional de 380 mil trabalhadores de nível médio do SUS até 2015.	Trabalhador qualificado	136.000	106.284	2015.20YD - Educação e Formação em Saúde (PO 0002)
6. Implantar 18 Núcleos Estaduais de Telessaúde Brasil até 2015, cobrindo todos os estados.	Núcleo Estadual de Telessaúde implantado	1	0	2015.20YD - Educação e Formação em Saúde (PO 0004)

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Ago)	Ação Orçamentária PLOA 2015
7. Inserir 5 mil profissionais de saúde no Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (Provab) para atuação em municípios e localidade desprovidos de atenção à saúde, até 2015.	Profissionais de saúde inseridos no PROVAB	3.500	2.527	2015.20YD - Educação e Formação em Saúde (PO 0005)
8. Apoiar a Implantação de 20 projetos de Planos de Careira, Cargos e Salários e de Desprecarização do Trabalho nas regiões, estados e municípios, até 2015.	Projetos apoiados	7	5	2015.20YD - Educação e Formação em Saúde (PO 0006)
9. Qualificar 6.000 gestores e trabalhadores, que atuam na gestão do trabalho, em Gestão do Trabalho e Educação em Saúde, nos estados e municípios, até 2015.	Gestores e trabalhadores qualificados	1.500	1.600	2015.20YD - Educação e Formação em Saúde (PO 0006)
10. Apoiar a Instalação de 35 novas Mesas Negociação Permanente do SUS (MNNP-SUS) e garantir o funcionamento das Mesas já instaladas, até 2015.	Mesas instaladas	7	4	2015.20YD - Educação e Formação em Saúde (PO 0006)

Informações Adicionais

O MS tem desenvolvido várias estratégias que fortalecem a discussão da Educação Permanente em Saúde e uma destas ações desenvolvida neste período foi a Comunidade de Práticas, que é uma plataforma virtual voltada para gestores e trabalhadores da saúde. Visa ser um espaço de interação e compartilhamento de informações entre os diversos profissionais do conjunto do SUS, onde é possível compartilhar relatos de experiências, criar comunidades virtuais e realizar cursos de curta duração. Assim, valoriza a prática e a aprendizagem do trabalhador, promovendo a Educação Permanente em saúde. Atualmente, a Comunidade de Práticas possui 42 mil usuários cadastrados de todo o país, mais de 51 mil acessos mensais e cerca de 5 mil relatos publicados.

A Lei dos Mais Médicos (Lei nº 12.871, de 23 de outubro de 2013) estabeleceu novos paradigmas sobre a formação médica para o Sistema Único de Saúde, bem como a renovação das diretrizes curriculares nacionais dos cursos de medicina, fez-se necessário a atualização do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) prevê o acompanhamento sistemático do processo de avaliação e o aprimoramento de seus instrumentos, com o objetivo de garantir a qualidade da educação superior no Brasil. A Diretoria de Avaliação da Educação Superior (Daes) do Inep, visando à adequação do Instrumento de Avaliação às novas exigências curriculares do curso de graduação em medicina, sobretudo no que tange aos indicadores da área de saúde, constituiu uma comissão técnica com a participação de representantes da própria autarquia, dos Ministérios da Saúde e da Educação, da Associação Brasileira de Educação Médica (Abem) e da Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina (Denem). Participam também a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes) e Comissão Nacional de Residência Médica (Cnrm).

Essa comissão propôs as adequações necessárias ao instrumento, conforme o programa Mais Médicos e as diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em medicina. Contudo, algumas alterações contemplam, como indutoras de qualidade, os demais cursos de graduação, ou seja, serão aplicadas a todas as áreas do conhecimento da educação superior brasileira.

A minuta do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação, que inclui novos indicadores específicos para o curso de medicina e para toda a área de saúde, bem como outras alterações, foi colocada em consulta pública em agosto deste ano e as contribuições serão analisadas pela comi pelo Daes/Inep. O resultado será divulgado por meio de outra nota técnica.

Para fortalecimento do Eixo Formação do Programa Mais Médicos foi estruturado o Contrato Organizativo da Ação Pública Ensino-Saúde (COAPES) que é um dispositivo para o processo de contratualização, com intuito de fortalecer a integração entre instituições formadoras, serviços de saúde e comunidades ao colocar esses atores para discutirem a organização da inserção dos alunos nos cenários de prática de determinada região, assumindo responsabilidades mútuas. O processo é acompanhado e monitorado pela Comissão Executiva, da qual fazem parte o Ministério da Saúde e Ministério da Educação. Suas diretrizes foram instituídas pela Portaria Interministerial nº 1.127, de 4 de agosto de 2015. Neste período foram realizadas várias reuniões e oficinas para preparar a equipe para apoiar os processos de contratualização nos territórios.

Quanto a qualificação de gestores e trabalhadores que atuam na gestão do trabalho e educação em saúde, em 2015, foram iniciados os cursos de Especialização e Aperfeiçoamento

em parceria com a UFRN e FIOCRUZ, sendo disponibilizadas mais 875 vagas, de acordo com a seguinte distribuição: Curso de Especialização e de Aperfeiçoamento em Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN (660 vagas para a região Centro Oeste) e Curso de Especialização em Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde com a Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ (215 vagas para os estados de GO,AM,SC,BA,PE,PI,PR,RN,SC,SP,RS,MA,AC, MS e TO), totalizando assim, de janeiro até agosto de 2015, 1600 vagas disponibilizadas.

Ao final do mês de agosto de 2015, a Mesa Nacional de Negociação Permanente - MNNP-SUS tem o registro de 63 mesas de negociação instaladas, e 5 em processo de instalação.

Diretriz 12 - Implementar novo modelo de gestão e instrumentos de relação federativa, com centralidade na garantia do acesso, gestão participativa com foco em resultados, participação social e financiamento estável.

A conformação jurídica do SUS define que as ações e serviços de saúde, desenvolvidos pelos entes federativos, sejam organizados de forma regionalizada e hierarquizada, dadas a dimensão territorial e complexidades para promover a equidade, integralidade e universalidade. Essa definição constitucional impõe ao SUS modelo diferenciado de gestão. Compete ao Ministério da Saúde o processo de aperfeiçoamento da gestão do SUS e a incorporação de novos arranjos administrativos de caráter federativo e intergovernamental, sendo a mais recente a construção do Contrato Organizativo de Ação Pública (COAP).

Resultados da PAS 2015

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Ago)	Ação Orçamentária PLOA 2015
1. Realizar a 15ª Conferência Nacional de Saúde	Conferência realizada	1	Realização de 4.706 Conferências Municipais de Saúde e de 6 Conferências Estaduais de Saúde, ambas etapas da 15ª Conferência Nacional de Saúde.	2015.5516 – Conferência Nacional de Saúde
2. Apoiar a construção do Plano de Educação Permanente do Controle Social nos 27 Conselhos Estaduais de Saúde.	Plano de Educação Permanente do Controle Social aprovado nos Conselhos Estaduais de Saúde. ⁷	-	-	2015.20YM - Ampliação das Práticas de Gestão Participativa, de Controle Social, de Educação Popular em Saúde e Implementação de Políticas de Promoção da Equidade (PO 0002).
3. Capacitar 50 mil pessoas para o controle social e gestão participativa no SUS (conselheiros, lideranças de movimentos sociais, ACS, ACE, educadores populares e	Pessoa capacitada.	20.000	6.250	2015.20YM - Ampliação das Práticas de Gestão Participativa, de Controle Social, de Educação Popular em Saúde e Implementação de Políticas de Promoção da Equidade (PO

⁷ A construção dos Planos de Educação Permanente é de responsabilidade dos Conselhos Estaduais de Saúde devendo seu processo ser regionalizado de acordo com a realidade local.

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Ago)	Ação Orçamentária PLOA 2015
gestores) até 2015.				0002).
4. Implementar 30 Comitês Temáticos de Promoção da Equidade para Populações Vulneráveis nos estados, até 2015.	Comitê temático de promoção de equidade implementado.	6	1	2015.20YM - Ampliação das Práticas de Gestão Participativa, de Controle Social, de Educação Popular em Saúde e Implementação de Políticas de Promoção da Equidade (PO 0003).
5. Apoiar a inclusão de 100% dos Conselhos Municipais de Saúde nos SIACS.	Conselhos Municipais de Saúde cadastrados no SIACS (%).	100%	78,26%	2015.20YM - Ampliação das Práticas de Gestão Participativa, de Controle Social, de Educação Popular em Saúde e Implementação de Políticas de Promoção da Equidade (PO 0002).
6. Apoiar a incorporação de ações das políticas de promoção da equidade nos 27 Planos Estaduais de Saúde.	Planos estaduais de saúde incorporados com ações da política de promoção da equidade.	16	11	2015.20YM - Ampliação das Práticas de Gestão Participativa, de Controle Social, de Educação Popular em Saúde e Implementação de Políticas de Promoção da Equidade.
7. Integrar, até 2015, ao barramento de serviços do Cartão Nacional de Saúde, 28 sistemas de informação em saúde, consolidando a identificação dos usuários nas ações e serviços do SUS e o Registro Eletrônico de Saúde do cidadão.	Sistema integrado ao barramento de serviços de Cartão Nacional de Saúde.	8	15 sistemas integrados e consumindo serviços de consulta por nome do usuário e data de nascimento ou número do Cartão que retornam os demais dados constantes da base de dados do CADSUS WEB.	2015.20YN - Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saúde).
8. Alcançar 150 milhões de registros de usuários do SUS higienizados e deduplicados até 2015.	Registros de usuários do SUS higienizados e deduplicados.	150.000.000 ⁸	Atualmente a base de dados do Cartão Nacional de Saúde está 100% higienizada e o processo de higienização é feito de forma automática.	2015.20YN - Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saúde).

⁸ Serão realizados 15 milhões de registros de usuários do SUS higienizados e deduplicados no ano de 2015, totalizando assim, 150 milhões de registros.

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Ago)	Ação Orçamentária PLOA 2015
			A média mensal de impressão de cartões nos meses de abril a junho de 2015 foi de aproximadamente 2,8 milhões	
9. Apoiar a implantação da conectividade e do e-SUS AB em 13.000 Unidades Básicas de Saúde pertencentes ao PMAQ.	Sistema e-SUS AB implantados nas Unidades Básicas de Saúde pertencentes ao PMAQ.	11.000	Em apuração	2015.20YN - Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saúde).
10. Disponibilizar webservice para integrar 100% das Centrais de Regulação de Urgência (SAMU) ao Cartão Nacional de Saúde.	Central de Regulação de Urgência integrada ao Cartão Nacional de Saúde.	25%	Em apuração	2015.20YN - Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saúde).
11. Apoiar a implantação do e-SUS Hospitalar em 50 hospitais públicos.	Sistema e-SUS Hospitalar implantados em hospitais públicos.	39	Sistema internalizado, integrado ao CNS e disponibilizado para os hospitais públicos.	2015.20YN - Sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação para a Saúde (e-Saúde).
12. Contrato Organizativo de Ação Pública (COAP) assinado em 40% das Regiões de Saúde até 2015.	Região de saúde com contrato assinado.	50	20 regiões de saúde do Ceará e 4 Regiões de saúde no Mato Grosso do Sul com COAP assinados até 8/2015.	2015.8287 - Aprimoramento, do Pacto Federativo, com desenvolvimento do processo de contratualização, cooperação interfederativa e gestão compartilhada do SUS.

Informações Adicionais

Foram realizadas 05 (cinco) Plenárias Regionais Populares Mobilizadoras para a 15ª Conferência Nacional de Saúde:

- A Plenária Regional Centro-Oeste aconteceu em Brasília com cerca de 200 participantes vindos de todos os Estados da região (MT, MS, DF e GO) e também do estado de Tocantins;
- A Plenária Regional Norte aconteceu em Belém/PA e contou com a participação de 250 pessoas dos Estados da região Norte (AM, PA, AC, AP, RO e RR) e do Maranhão.
- A Plenária Regional Nordeste aconteceu em Fortaleza/CE e contou com a presença de cerca de 400 pessoas da região, (AL, BA, CE, PE, PB, PI, RN e SE).
- A Plenária Regional Sudeste aconteceu em São Paulo/SP e contou com a participação de cerca de 250 pessoas dos estados (SP, RJ, MG e ES).
- A Plenária Regional Sul aconteceu em Porto Alegre/RS e contou com a participação de 200 pessoas (RS, SC e PR).

A realização dessas plenárias teve como objetivo a mobilização das lideranças dos movimentos sociais, dos conselheiros de saúde municipais e estaduais e gestores do Sistema Único de Saúde (SUS) dessas regiões para fazerem parte do processo de debate para a organização da 15ª. Conferência Nacional de Saúde.

Em abril, foi realizada a 19ª Plenária Nacional de Movimentos Populares e Conselhos de Saúde, em Brasília, contando com a participação de 1.500 pessoas dentre conselheiros, lideranças de movimentos populares, gestores e trabalhadores do SUS. O evento, organizado pelo Conselho Nacional de Saúde, é parte da agenda de mobilização para a 15ª Conferência Nacional de Saúde, que acontece em dezembro de 2015, com o tema “Saúde pública de qualidade para cuidar bem das pessoas: direito do povo brasileiro”.

Ainda como processo da 15ª Conferência Nacional de Saúde, os municípios brasileiros realizaram as etapas municipais durante o período de 9 de abril a 15 de julho. Ao todo foram realizadas 4.706 conferências municipais de saúde em todo o país. Até o dia 30 de agosto foram realizadas seis Conferências Estaduais de Saúde, os demais estados têm até o dia 30 de setembro para realizarem suas conferências.

Prestado apoio ao II Encontro Nacional de Educação Popular do MST no período de 21 a 23 de setembro, com acerca de 1.500 pessoas;

Realizada oficina de Educação Popular em Saúde para definir ações de planejamento para o PPA (2016-2019), no período de 14 a 15 de setembro, contou com a participação de 75 pessoas;

Vários eventos foram elaborados com temáticas voltadas à Gestão Participativa, Participação Social e Políticas de Promoção da Equidade no sentido de cumprir a meta de capacitação para lideranças de movimentos sociais; para o público LGBT, em Situação de Rua, Campo e Floresta e das Águas e População Negra:

✓ A Oficina de Homens Gays e Bissexuais teve 35 participantes e aconteceu nos dias 25 e 26 de maio; A Reunião da Campanha Trans e o Seminário da 15ª CNS de 30 de julho a 01 de agosto com 75 pessoas presentes que aconteceram em Brasília;

✓ O Encontro Regional de Juventude LGBT de Amapá e Pará de 26 a 28 de março de 2015 com a participação de 55 pessoas;

✓ A 12ª Reunião Ampliada do Comitê Técnico de Saúde Integral LGBT e Comitês Estaduais de Saúde LGBT que ocorreu também na cidade de Brasília entre os dias 7 e 9 de agosto;

✓ O Lançamento da Campanha “Cuidar Bem da Saúde da População Em Situação de Rua faz bem para todos os brasileiros - Faz bem para o Brasil” - em 19 de agosto de 2015 com a participação de representantes do Comitê de Saúde da População em Situação de Rua, do Ministro da Saúde e dos Ministérios do Desenvolvimento Social e do Combate a Fome (MDS) e representante da Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República - SDH/PR com a participação de 100 pessoas;

✓ Outra Campanha lançada no mês de setembro de 2015 “Cuidar Bem da Saúde de Todas. Faz Bem Para as Mulheres Lésbicas e Bissexuais. Faz Bem Para o Brasil”, contou com a participação de representantes dos segmentos de movimentos LGBT, a presença do Ministro da Saúde, a presença da Ministra da Secretaria de Política para Mulheres - SPM e representante da Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República - SDH/PR, bem como com a participação de aproximadamente 100 pessoas.

Nos processos de capacitação dos módulos das Políticas de Promoção de Equidade das populações LGBT, Negra, Campo, Floresta e das Águas foram capacitados:

✓ O módulo em EaD da Política de Saúde da População LGBT foram inscritas 5.814 pessoas e até o presente momento obtiveram certificação 3.468 pessoas;

✓ O módulo em EaD de Política da Saúde da População do Campo, Floresta e Águas recebeu 6.532 inscrições, sendo que 1.210 pessoas foram certificadas;

✓ No módulo de Saúde da População Negra 11.344 se inscreveram com 376 pessoas certificadas;

✓ No Projeto de Formação de Lideranças destacam-se os seguintes resultados junto a entidades de movimentos sociais:

- CONTAG - 250 capacitados, em 18 estados;
- MLT - 300 capacitados, em 10 estados; e
- MMC - 646 capacitados, em 21 estados.

Os Planos Estaduais de Saúde são elaborados quadrienalmente e foram realizadas reuniões com os Comitês Nacionais de Políticas de Promoção de Equidade estimulando a inserção da temática nos Comitês Estaduais de Equidade das populações vulneráveis. Os comitês serão importantes instrumentos para discutir junto a gestão estadual e ao conselho estadual de saúde para inserção das ações das políticas da equidade nos planos de saúde nos estados.

Diretriz 13 - Qualificar instrumentos de execução direta, gerando ganhos de produtividade e eficiência para o SUS.

Esta diretriz contempla o campo da gestão do SUS, seus processos e instrumentos, a geração e disponibilização de informações estratégicas, em tempo oportuno, para subsidiar a tomada de decisão a partir da identificação de problemas visando à correção de rumos. Além disso, tais ações dão subsídios aos processos de elaboração, implantação e fortalecimento do Sistema nas três esferas de governo.

Resultados da PAS 2015

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Ago)	Ação Orçamentária PLOA 2015
1. Implantar e implementar o Indicador Nacional de Acesso e Qualidade em Saúde.	IDSUS aprimorado.	1	1	2015.8753 - Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS.
2. Implantar e implementar o Portal da Transparência do Ministério da Saúde.	Portal mantido.	1	1	2015.8753 - Monitoramento e Avaliação da Gestão do SUS.
3. Apoiar o desenvolvimento institucional da gestão orçamentária, financeira e contábil em 100% dos fundos estaduais e municipais de saúde anualmente.	Fundos aperfeiçoados.	5.598	5.598	2B52 - Desenvolvimento Institucional da Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Fundo Nacional de Saúde e dos Fundos Estaduais e Municipais de Saúde.
4. Apoiar a implantação de 125 ouvidorias/ano com sistema informatizado.	Ouvidoria com implantação apoiada.	125	No período de janeiro a agosto de 2015 foram apoiadas com sistema informatizado 77 ouvidorias.	2015.6182 - Ouvidoria Nacional de Saúde.
5. Realizar 4 mil ações de controle interno e auditorias com foco nos contratos de ação pública até 2015.	Ação de controle interno e auditoria realizada.	1.000	Em 2015, realizou-se 616 auditorias; 146 visitas técnicas; 2 fiscalizações e 43 verificação do TAS.	2015.8708 - Auditoria do Sistema Único de Saúde.
6. Realizar ações de Ouvidoria Ativa no âmbito do SUS, com envio de 10 milhões de Carta SUS/ano até 2015.	Ação de ouvidoria ativa realizada.	10.000.000	No período de janeiro a agosto de 2015 foram enviadas 8.160.418 cartas, divididas em 7.061.313 AIH'S e 1.099.105 APAC'S. De janeiro de 2012 e agosto de 2015 foram enviadas 45.686.557 milhões de cartas, divididas em 36.591.972 AIH'S e 9.094.585 APAC'S	2015.6182 - Ouvidoria Nacional de Saúde.

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Ago)	Ação Orçamentária PLOA 2015
7. Ampliar o Disque Saúde 136, com foco na pesquisa da Rede Cegonha, por meio da realização de 400 mil entrevistas até 2015.	Entrevista realizada.	100.000	A pesquisa foi iniciada em 10/5/2012, contabilizando 281.032 questionários aplicados até 30/08/2015 para isso foram realizados 1.222.902. Em 2015 a pesquisa foi reiniciada em 25/03/2015 contabilizando até a 30/08/2015, 20.894 questionários aplicados, para isso foram realizados 122.471 contatos	2015.6182 - Ouvidoria Nacional de Saúde.

Informações Adicionais

Com relação aos apoios à implantação/implementação das ouvidorias do SUS, no período de janeiro a agosto de 2015, tem-se as seguintes informações:

No que tange ao processo de educação permanente, o Departamento de Ouvidoria Geral do SUS capacitou 95 localidades em Ouvidoria com Sistema OuvidorSUS, com a liberação do nível I de acesso para 77 localidades e foram implantadas 52 Ouvidorias em hospitais, regionais de secretarias estaduais de saúde e secretarias municipais de saúde.

O Curso Nacional de Qualificação de Auditorias e Ouvidorias foi realizado em 10 Estados da Região Sul, Sudeste e Nordeste: RS, SC, MG, ES, RJ, MA, PI, SE, RN, BA.

Como resultado do projeto do Doges para a 15ª Conferência Nacional de Saúde, da Ouvidoria Itinerante, foi apresentado na 19ª Plenária de Conselheiros de Saúde o relatório audiovisual do processo de escuta e mobilização, realizado em parceria com o Departamento de Gestão Participativa e UnB – NESP/Rádio Web.

O Serviço de Informação ao Cidadão recebeu 1.553 pedidos até agosto de 2015, todos respondidos. Os conteúdos mais frequentes referiram-se à atenção básica, aos programas e ações da saúde, recursos humanos, dados epidemiológicos e assistência farmacêutica. O atendimento presencial da Ouvidoria-Geral do SUS foi assumido pelo SIC a partir de 13 de julho, com média de 28 atendimentos por mês.

Quanto à Ouvidoria Ativa da Rede Cegonha, no período de 25/03/2015 a 30/08/2015 foram aplicados 20.894 questionários, sendo que para isso foram realizados 122.471 contatos.

No que se refere à Ação de Ouvidoria Ativa – Carta SUS – de janeiro a agosto de 2015 foram enviadas 8.160.418. Quanto à pesquisa de satisfação contida na carta, foram recebidos 2.597.078 cartões-resposta, sendo 2.284.364 pelos Correios e 312.714 pela internet e telefone. Além disso, o Departamento de Ouvidoria-Geral do SUS registrou 8.803 manifestações oriundas dessa estratégia, entre denúncias, reclamações, elogios, informações, solicitações e sugestões, sendo que 6.206 (70,5%) foram denúncias.

O DENASUS elencou, para o ano de 2015, cinco atividades prioritárias que compõem o Plano Anual de Atividades do Departamento, para serem auditadas, sendo elas: Relatório de Gestão, Rede Cegonha, Farmácia Popular, Saúde da Mulher - Oncologia e SAMU 192. Até a presente data, já foram realizadas 616 auditorias; 146 visitas técnicas; 2 fiscalizações e 43 verificação do TAS.

Diretriz 14 - Promover internacionalmente os interesses brasileiros no campo da saúde, bem como compartilhar as experiências e saberes do SUS com outros países, em conformidade com as diretrizes da Política Externa Brasileira.

A diretriz 14 reúne e organiza toda a agenda internacional do Ministério da Saúde e instituições vinculadas, sendo definidas suas prioridades a partir de cinco eixos: fortalecimento e desenvolvimento do complexo industrial da saúde; fortalecimento da atuação do setor saúde em fóruns multilaterais; fortalecimento da integração regional em saúde; fortalecimento da cooperação internacional e assistência humanitária em saúde; e aperfeiçoamento da gestão das ações internacionais em saúde.

Resultados da PAS 2015

Metas PNS	Produto PAS 2015	Meta Física PAS 2015	Meta Física PAS 2015 Realizada (Jan-Ago)	Ação Orçamentária PLOA 2015
1. Promover internacionalmente os interesses brasileiros no campo da saúde, por meio da participação nos fóruns multilaterais e nos mecanismos de integração regional e de fronteira, no desenvolvimento de projetos de cooperação técnica e assistência humanitária, em conformidade com as diretrizes da Política Externa Brasileira.	Iniciativa realizada	30	- Presidência Pró Tempore MERCOSUL Saúde; - Prêmio Bloomberg, reconhecimento internacional sobre o trabalho do Brasil no controle do tabagismo; - Liderança na Organização Mundial de Saúde; - Implementação de políticas públicas integradas e intersetoriais referente a segurança no trânsito; - Criação de medidas regulatórias entre os países do MERCOSUL para prevenção e controle da obesidade e redução de consumo de sódio. - Estabelecimento de mecanismos na América do Sul para compra conjunta de medicamentos; - Fortalecimento do programa de nutrição materno-infantil; - Fortalecimento do projeto de política de medicamentos com países da América do Sul.	2015.20QG - Atuação Internacional do Ministério da Saúde
2. Consolidar em Moçambique o escritório Fiocruz para a África de Língua Portuguesa.	Escritório mantido	1	Escritório mantido	2015.2B42 - Cooperação Téc. Nac. e Internacional em Ciência e Tecnologia em Saúde

Informações Adicionais

Com intuito de contribuir para formulação da política externa na área de saúde, o Ministério da Saúde difunde projetos e programas de acordo com a agenda internacional. Na área de integração desenvolveu ações para dar suporte a Presidência Pró Tempore do MERCOSUL Saúde, abrangendo a XLIII Reunião do Subgrupo de Trabalho nº 11 e a XXXVII Reunião de Ministros da Saúde (RMS), onde foram aprovados acordos visando a necessidade de priorização da implementação do registro MERCOSUL em Doação e Transplante (DONASUR) nos Estados Partes e Associados; acerca da Segurança no trânsito; recomendações políticas e medidas regulatórias para a Redução no Consumo de Sódio; Prevenção e Controle da Obesidade; Custos Econômicos e Sociais Associados ao Tabaco; sobre Mudança de Clima e Saúde Humana. Ainda houve discussão para aprovação do Memorando de Entendimento de Cooperação entre o Mercado Comum do Sul – MERCOSUL e a Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS/OMS e complementação e articulação MERCOSUL – UNASUL nos órgãos e foros que atendem a temática saúde.

Mantendo coerência entre a agenda na Organização Mundial da Saúde - OMS e Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS, o Ministério da Saúde liderou um processo estruturado na América do Sul, de otimização de iniciativas de cooperação, estimulando a formulação de políticas públicas integradas e intersetoriais, que respondam aos principais fatores de risco referentes à segurança no trânsito, às recomendações de políticas e medidas regulatórias entre os países do MERCOSUL para prevenção e controle da obesidade e também no acordo para redução de consumo de sódio na região da América do Sul.

Na área de medicamentos, várias iniciativas foram articuladas nos últimos meses, entre elas o estabelecimento de mecanismo, na América do Sul, para a Compra Conjunta de Medicamentos, já devidamente identificados a fim de chegarmos a preços mais acessíveis para a região. O Brasil foi designado o país responsável pela condução do mecanismo cujo processo de negociação com as empresas estava previsto já para o final de outubro. Além disso, disponibilizamos nosso banco de preços para que informações relacionadas a custos e aquisição sejam compartilhadas de forma constante entre os países, fortalecendo as negociações de preços nacionais realizadas nos diferentes países.

Na área de pesquisa e desenvolvimento a ação internacional se consolidou tanto em parcerias bilaterais com países como Estados Unidos, com lançamento de edital conjunto e seleção de 19 propostas (dentre as quais 6 em imunologia básica, 7 em HIV/AIDS, 3 em doenças infecciosas e 3 em câncer, no valor de 5 milhões e 500 mil reais como aporte de cada um dos países); França, com a aprovação de diversos projetos conjuntos com o Instituto Pasteur e parceria com o Instituto Fraunhofer; na Alemanha, para o desenvolvimento de equipamentos de diagnóstico rápido como exame de fundo de olho e glicemia para uso pela Estratégia de Saúde da Família, bem como parcerias com Fundações como a Bill e Melinda Gates.

Considerando, ainda, a relação entre países, temos iniciativas de cooperação sul-sul, tendo retomado, em 2015, projetos com a África Portuguesa, Caribe e o fortalecimento de projetos na América do Sul. No tocante à política de medicamentos a cooperação com países como Chile, Equador e Peru merecem destaque, bem como anemia falciforme com Jamaica, resposta a surtos e emergências com o Caribe e inovação com Cuba. Nossa rede de Banco de Leite Humano foi reconhecida uma das principais estratégias para a diminuição neonatal em países em desenvolvimento, sendo que atualmente cooperamos com 23 países. Destaque-se

também o Projeto de Cooperação Trilateral Brasil-Cuba-Haiti, havendo de 3 hospitais e um instituto de reabilitação no Haiti.

Quanto às ações de cooperação humanitária o Ministério da Saúde do Brasil manteve e fortaleceu o seu compromisso de respostas emergenciais a países que atravessam crises de abastecimento, situações de conflito e surtos de doenças, tendo doado em 2015, ARVs, vacinas, preservativos, além de kits para situações de calamidade, inclusive para os países que sofreram com o ebola, o que representou até o momento mais de R\$ 3milhões. A atuação da Fiocruz quanto ao acompanhamento da fábrica de medicamentos em Moçambique, a parte Moçambicana, representada pelo Instituto de Gestão das Participações do Estado, ratifica seus problemas de disponibilidade de recursos financeiros para as operações da Sociedade Moçambicana de Medicamentos. Da mesma maneira, o IGEPE ratifica que está na busca de soluções para a referida situação e entre os possíveis planos está sendo verificada a possibilidade de abertura de linha de crédito junto ao Banco Nacional de Investimentos de Moçambique (BNI) - instância equivalente ao BNDES.

A Parte Brasileira continua no processo de transferência de tecnologia para a SMM. Contudo, os problemas relacionados com o pagamento dos custos fixos para a manutenção da fábrica estão colocando a Parte Brasileira em situação de alerta durante esse processo.

O andamento do processo de obtenção da certificação de BPF depende de uma série de outros fatores, principalmente a própria obtenção do certificado local de boas práticas de fabricação e o funcionamento em plenas condições de todos os setores da fábrica moçambicana.

As capacitações estão sendo executadas, principalmente a capacitação "in job" onde os especialistas brasileiros diretamente envolvidos com o Projeto realizam continuamente atividades de formação em Moçambique durante sua permanência e trabalho em Maputo. As áreas de maior impacto positivo têm sido aquelas relacionadas a: produção; controle de qualidade; planejamento e controle de produção; atividades gerenciais. Nos meses de junho e agosto de 2015 duas equipes de Farmanguinhos estiveram em Maputo com o propósito de dar continuidade às atividades de capacitação e dar suporte técnico para a produção.

Diretriz 15 - Implementar ações de saneamento básico e saúde ambiental, de forma sustentável, para a promoção da saúde e redução das desigualdades sociais.

A Política Nacional de Saneamento Básico em áreas rurais, com destaque para comunidades tradicionais, quilombolas, assentamentos da reforma agrária, reservas extrativistas e ribeirinhos, tem como objetivo o desenvolvimento de ações de saneamento básico, principalmente a implantação de sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário nestas comunidades.

As ações de Saneamento Rural desenvolvidas principalmente em comunidades rurais quilombolas e assentamentos da reforma agrária tiveram suas metas estabelecidas até 2013 voltadas para atender principalmente ao programa “Água Para Todos”, mais especificamente ao Plano de Universalização do Acesso a Água para Consumo Humano no Semiárido, com vistas a atender ao Plano Brasil Sem Miséria.

Em fevereiro de 2015, uma tecnologia simplificada desenvolvida pela Fundação Nacional de Saúde foi instalada no Colégio da Polícia Militar de Manaus. Estudantes e funcionários foram beneficiados com a instalação de clorador simplificado, que faz a dosagem de cloro na água para que essa seja tratada. Além de professores e demais empregados, a unidade de ensino estima receber mais de 3,5 mil alunos a partir deste semestre.

Os cloradores são utilizados em pequenas comunidades, como aldeias indígenas e comunidades quilombolas, podendo cada unidade tratar 1.000 litros de água por dia. As vantagens do clorador são: baixo custo, fácil montagem e operação, durabilidade e o fato de não se constituir como um material permanente e de não ter riscos de superdosagem se seus operadores seguirem as recomendações dadas pela Fundação.

Visando fomentar as ações de cooperação técnica, em 23 de janeiro de 2015 foi publicada a Portaria nº 28/2015 delegando competência para as Superintendências Estaduais formalizarem parcerias, sem repasse de recursos, com instituições governamentais e/ou governamentais em apoio aos municípios na gestão dos serviços públicos de saneamento básico. Tal providência estimulará o desenvolvimento desta ação pelas Suest's, inclusive já há reflexo positivo dessa medida visto que a Superintendência do Estado do Paraná está formalizando o Acordo de Cooperação Técnica nº 001/2015 com o CISPARG-Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná, visando apoiar a gestão técnica e administrativa dos 45 (quarenta e cinco) municípios consorciados. Relativamente ao primeiro trimestre de 2015 não houve nenhum município beneficiado no desenvolvimento das ações/atividades de apoio à gestão técnica e administrativa dos prestadores de serviços públicos de saneamento básico. Entretanto, no eixo 'capacitação' parte integrante do programa, foram atendidos 21 (vinte e um) municípios mediante realização da Oficina de Política e Plano Municipal de Saneamento Básico, realizada em Natal/RN, no período de 09 a 13 de março de 2013.

Diretriz 16 - Contribuir para erradicar a extrema pobreza no país.

No campo da saúde, o Plano Brasil Sem Miséria (BSM) objetiva expandir e qualificar os serviços públicos ofertados às pessoas em situação de extrema pobreza, nos seguintes eixos do Plano: inclusão produtiva, acesso a serviços e garantia de renda. Dentre os resultados apurados até agosto de 2015, merecem destaque:

Acompanhamento das Condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família – em relação ao acesso ampliado por meio do acompanhamento das condicionalidades de saúde às ações básicas (pré-natal, imunizações e acompanhamento do crescimento e desenvolvimento) para a 2ª vigência de 2015, o total de famílias a serem acompanhadas é de 11.189.385 e, até o presente momento (parcial de 11.09.2015), foram acompanhadas 554.564, o que representa 4,96% de famílias acompanhadas. Na 1ª vigência de 2015, foram acompanhadas 8.889.141 de famílias do Programa Bolsa Família, totalizando 73,9% de acompanhamento.

Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A – Em 2015 já foi realizada a distribuição de 1.598.000 cápsulas de 100.000 UI e 7.318.650 cápsulas de 200.000 UI para os estados da federação, tendo sido suplementadas 2.472.363 crianças com idade entre 6 e 59 meses.

NutriSUS – Fortificação da alimentação infantil com micronutrientes em pó – Entre agosto/2014 e março/2015 foram realizadas oficinas de capacitação para implantação da Estratégia NutriSUS em todos os estados, exceto DF, com apoio dos Grupos de Trabalho Intersetorial (GTI-E).

Desnutrição Infantil - Está sendo realizado o monitoramento dos casos de desnutrição infantil nos municípios da ANDI (Atenção Nutricional à Desnutrição Infantil), assim como os impactos da implementação da agenda em outros indicadores de saúde. A partir da publicação da Portaria nº 2267 de 16/10/2014 que autoriza a transferência de recursos de custeio aos municípios participantes da ANDI de acordo com avaliação das metas pactuadas, foi realizado o pagamento fundo a fundo em maio de 2015: 216 municípios de um total de 238 que realizaram a adesão à ANDI, estão aptos a receber o incentivo financeiro.

Programa Aqui Tem Farmácia Popular – O Programa ampliou a rede credenciada mapeada pelo BSM, passando de 1.590 municípios da extrema pobreza abrangidos pelo Programa em dezembro de 2014 para 1.639 em agosto de 2015.

ANEXO I

Atividades de controle encerradas no 2º Quadrimestre de 2015 – Por tipo

Atividade	Qtde
Auditoria	616
Fiscalização	2
Verificação do TAS	43
Visita Técnica	146
Total Geral	807

Atividades de controle encerradas no 2º Quadrimestre de 2015 – Por objeto

Objeto	Qtde
Assistência farmacêutica	205
Atenção básica	140
Gestão	75
Investimentos	30
Média e Alta Complexidade	213
Vigilância em Saúde	54
Fora de bloco de financiamento	70
Cooperação Técnica - Apoio à implantação do componente do SNA	12
Cooperação Técnica - Apoio à implementação do componente do SNA	6
Coop. Técnica - Interação com os Gestores e Conselhos de Saúde	2
Total Geral	807

Classificação das constatações das ações de controle (Auditoria e Fiscalização) - 2º quadrimestre de 2015 –

Classificação das constatações	Conformidade		
	Conforme	Não Conforme	Total Geral
Assistência Farmacêutica	150	315	465
Assistência Farmacêutica - Componente Especializado	9	13	22
Assistência Farmacêutica - Medicamentos estratégicos	4	8	12
Assistência Farmacêutica Básica	131	275	406
Componentes Básico e Especializado	2	5	7
Componentes Básico e Estratégico	1	4	5
Componentes Básico, Estratégico e Especializado	3	10	13

Classificação das constatações	Conformidade		
	Conforme	Não Conforme	Total Geral
Assistência Média e Alta Complexidade	1788	1846	3634
Assistência Ambulatorial	222	341	563
Assistência Hospitalar	396	658	1054
Assistência Hospitalar/Ambulatorial	253	333	586
SAMU 192	917	514	1431
Atenção Básica	508	769	1277
ESF - PACS/PSF	166	217	383
ESF Saúde Bucal	44	66	110
Processo de Trabalho	170	215	385
Resultado	12	19	31
Unidade hospitalar	2		2
Unidades Básicas de Saúde	110	251	361
Visita Domiciliar	4	1	5
Cadastramento de Serviços	5	3	8
Média e Alta Complexidade	5	3	8
Controle Social	304	318	622
Conferência de Saúde	8	5	13
Conselho de saúde	291	307	598
Ouvidoria/Central de Atendimento ao Usuário	5	6	11
Controles Internos	68	139	207
Estrutura	8	22	30
Processo	58	112	170
Resultado	2	5	7
Engenharia/Arquitetura	43	143	186
Equipamentos	3	10	13
Obras e Serviços	40	133	173
Gestão do Trabalho e Educação em Saúde	20	11	31
Educação em Saúde	15	7	22
Gestão do Trabalho	5	4	9
Gestão Municipal	10	13	23
Assistência de Atenção Básica	4	8	12
Regulação	6	5	11
Humanização da atenção e gestão da saúde	2	3	5
Direitos e deveres dos usuários	2	3	5
Programa Farmácia Popular do Brasil	349	1580	1929
Unidades Privadas-Aqui Tem Farmácia Popular	347	1576	1923
Unidades Próprias	2	4	6
Programas Estratégicos	60	54	114
Estrutura	19	18	37
Processo	33	32	65
Resultado	8	4	12
Recursos Financeiros	1106	1139	2245
Contrato	156	191	347
Convênios	54	60	114
Emenda Constitucional 29/2000	45	18	63
Execução Orçamentária	180	298	478
Fundo a Fundo	195	150	345

Classificação das constatações	Conformidade		
	Conforme	Não Conforme	Total Geral
Fundo de Saúde	311	229	540
Licitação	165	193	358
Recursos Humanos	20	32	52
Gestão	7	19	26
Profissionais de Saúde	13	13	26
Regionalização, Planejamento e Programação	220	265	485
Comissão Intergestores Bipartite	6	1	7
Estrutura Organizacional	20	9	29
Instrumentos Planejamento PDR/PPI/PDI	10	14	24
Plano de Saúde	106	117	223
Relatório de Gestão	77	119	196
Termo de Compromisso de Gestão	1	5	6
Regulação	42	74	116
Centrais de Regulação	27	25	52
Controle e Avaliação	15	49	64
Saúde Bucal CEO (média e alta complexidade)	4	12	16
Estrutura	1	5	6
Processo	3	5	8
Resultado		2	2
Saúde do Trabalhador	113	72	185
Ações	34	24	58
Estrutura Física	4	5	9
Estruturação	29	5	34
Plano de Ação de Saúde do Trabalhador	2	3	5
Produção de Informação	16	13	29
Recursos Humanos	13	18	31
Recursos Materiais	11	1	12
Regionalização	4	3	7
Sistema Nacional de Auditoria	2	6	8
Estrutura	1	5	6
Processo	1	1	2
Vigilância em Saúde	72	126	198
Vigilância Ambiental	4	13	17
Vigilância Epidemiológica	55	65	120
Vigilância Sanitária	13	48	61
Total Geral	4887	6920	11807

Ministério da Saúde
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
Coordenação-Geral de Planejamento